

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2016

**NDDH**

Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE·TO**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos

## RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Em conformidade com a Resolução CSDP/TO nº 025, de 06 de agosto de 2008; Lei Complementar nº 80/94; Lei Complementar Estadual nº 55/2009; Lei Federal nº 12.527/2011 e Constituição Federal de 1998.

2

Tocantins

2016

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## EQUIPE DO NDDH

**Coordenadora** Isabella Faustino Alves

**Coordenadora Auxiliar** Denize Souza Leite

**Analista Jurídica** Liz Marina Regis Ribeiro

**Estagiária de Direito** Tatiane Dias Medeiros

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                               |           |
|-------------------------------|-----------|
| <b>JANEIRO</b> .....          | <b>6</b>  |
| Descrição das atividades..... | 7         |
| Reportagens .....             | 8         |
| <b>FEVEREIRO</b> .....        | <b>10</b> |
| Descrição das atividades..... | 11        |
| Nota Pública.....             | 12        |
| Reportagens .....             | 13        |
| <b>MARÇO</b> .....            | <b>15</b> |
| Descrição das atividades..... | 16        |
| Nota Pública.....             | 18        |
| Reportagens .....             | 19        |
| <b>ABRIL</b> .....            | <b>28</b> |
| Descrição das atividades..... | 29        |
| Reportagens .....             | 31        |
| <b>MAIO</b> .....             | <b>38</b> |
| Descrição das atividades..... | 39        |
| Artigos.....                  | 41        |
| Reportagens .....             | 44        |
| <b>JUNHO</b> .....            | <b>56</b> |
| Descrição das atividades..... | 57        |
| Nota Pública.....             | 59        |
| Reportagens .....             | 60        |
| <b>JULHO</b> .....            | <b>65</b> |
| Descrição das atividades..... | 66        |
| Reportagens .....             | 68        |
| <b>AGOSTO</b> .....           | <b>71</b> |
| Descrição das atividades..... | 72        |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|   |            |
|---|------------|
| Artigos.....  | 74         |
| Reportagens .....   | 76         |
| <b>SETEMBRO.....</b>  | <b>87</b>  |
| Descrição das atividades.....   | 88         |
| Reportagens .....   | 90         |
| <b>OUTUBRO .....</b>  | <b>94</b>  |
| Descrição das atividades.....   | 95         |
| Reportagens .....   | 96         |
| <b>NOVEMBRO .....</b>   | <b>100</b> |
| Descrição das atividades.....   | 101        |
| Artigos.....  | 102        |
| Reportagens .....   | 105        |
| <b>DEZEMBRO.....</b>  | <b>111</b> |
| Descrição das atividades.....   | 112        |
| Reportagens .....   | 114        |
| <b>ANEXO I – Gráficos de produtividade .....</b>                              | <b>129</b> |
| <b>ANEXO II – Cartazes de eventos promovidos pelo NDDH e publicações.....</b> | <b>131</b> |



# JANEIRO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE·TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 1.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|       |   |
|-------|---|
| 08/01 | Recebimento de comunicação de Violação de DH de pessoa presa oriunda da 8ª DPE Criminal de Araguaína – autos nº 0001633.30.2015.827.2706;   |
| 11/01 | Elaboração de minuta de Resolução CSDPE: Estabelece regras para reserva de vagas do concurso de ingresso na carreira de Defensor Público da classe inicial;<br><br>Elaboração de minuta de Resolução CSDPE: Altera a Resolução-CSDP nº 86, de 22 de agosto de 2012, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado; □<br>Despacho no SEI: junta as minutas elaboradas por este NDDH com vistas à alteração da Resolução CSDP nº 86, de 22 de agosto de 2012; |
| 14/01 | Reunião da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE;<br><br>Reunião com integrantes do Palmas Participa;  |
| 18/01 | Reunião com integrantes do Palmas Participa para organização de Seminário sobre Reforma do Plano Diretor de Palmas;   |
| 21/01 | Reunião aberta do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa – CERDR;<br><br>Ato Público pelo Dia Nacional do Combate à intolerância Religiosa;  |
| 22/01 | Reunião com integrantes do Palmas Participa para organização de Seminário sobre Reforma do Plano Diretor de Palmas;   |
| 26/01 | Participação na abertura do Seminário sobre Trabalho Escravo Contemporâneo;   |
| 28/01 | Reunião Ordinária do CEDDH;<br><br>Despacho no SEI: <b>INFORMA</b> que este Núcleo Especializado, em atuação conjunta com o Fórum Palmas Participa e em parceria com outras diretorias da Defensoria Pública e Núcleo de Ações Coletivas, organiza para os dias 02, 03 e 04 de fevereiro de 2016 o <b>Seminário Palmas em Foco: participação e direito à cidade</b> .   |
| 29/01 | Reunião com a TI da DPE – capacitação em <i>hotsite</i> .   |

## 1.2 REPORTAGENS

### Seminário Estadual sobre Trabalho Escravo Contemporâneo acontecerá nesta terça-feira

Publicado em 25/01/2016

Por Shara Rezende - Governo do Tocantins

#### Seminário Estadual sobre Trabalho Escravo Contemporâneo

Com a finalidade de combater o trabalho escravo contemporâneo e promover os direitos dos trabalhadores tocaninenses, a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Tocantins (Coetrae-TO); grupo formado por diversas instituições e órgãos, presidido pela Secretaria de Estado de Defesa e Proteção Social (Sedeps); realizará nesta terça-feira, 26, o Seminário Estadual sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, no auditório do Palácio Araguaia, em Palmas, das 8 às 18 horas. Os interessados em participar do evento podem fazer as inscrições no seguinte endereço [defesa social.to.gov.br](http://defesasocial.to.gov.br).

O trabalho escravo contemporâneo é caracterizado pelo trabalho forçado e a qualquer tempo, em condições indignas ao ser humano, sendo normalmente controlado mediante fraude ou ameaça e violência à integridade física, à liberdade e/ou à vida. As principais atividades que escravizam o ser humano são a construção civil, indústria têxtil e produção rural.

“O Seminário Estadual sobre Trabalho Escravo Contemporâneo tem o objetivo de convidar a sociedade para debater sobre a existência desse tipo de violação dos direitos humanos ainda neste século e com isso combatê-la. Estima-se que existam mais de 27 milhões de escravos e escravas em todo o mundo, compõem esse quadro homens, mulheres e crianças, tanto no campo quanto na cidade. Precisamos colocar esse assunto em pauta e com isso discutir qual é o papel de cada um para mudar essa realidade que acomete o povo brasileiro e tocaninense”, falou a presidente da Coetrae e secretária de Defesa e proteção Social, Gleidy Braga.

O seminário faz parte da programação da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e contará com a participação de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet), da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego, Coordenadoria Nacional de Erradicação do trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho, Procurador do Trabalho no Tocantins, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e dos membros da Coetrae-TO.

#### Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

O dia 28 de janeiro, no Brasil, é celebrado o dia nacional de combate ao trabalho escravo. A data foi escolhida em homenagem aos auditores-fiscais do trabalho Eratóstenes de Almeida, João Batista



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Soares Lage e Nelson José da Silva, e ao motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados quando investigavam denúncias de trabalho escravo na zona rural do município de Unaí (MG) no ano de 2004. A data foi oficializada em 2009.

Disponível em: <<http://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2016/1/25/seminario-estadual-sobre-trabalho-escravo-contemporaneo-acontecera-nesta-terca-feira/#sthash.pbk6EGB7.dpuf>>

## O seminário de prevenção e combate ao trabalho escravo no Tocantins realizado em Palmas contou com a presença do grupo casa da capoeira Brasil-Bélgica de Araguaína.

Publicado em 25/01/2016

Por Redação Araguaína News

Poder público, sociedade civil organizada e comunidade acadêmica estão participaram do Seminário Estadual sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, que ocorreu no dia 26, no auditório do Palácio Araguaia, em Palmas.

O semináriodiscutiu sobre o que é o trabalho escravo contemporâneo e também divulgou o que esse tipo de exploração do trabalhador que ainda é uma triste realidade no Tocantins, Brasil e Mundo.

O seminário foi promovido pela Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Tocantins (Coetrae-TO); grupo formado por diversas instituições e órgãos.

A presidente da Coetrae-TO e secretária de Estado da Defesa e Proteção Social (Sedeps), Gleidy Braga, destacou a importância de se realizar um evento como o seminário e ressalta que todos os agentes da sociedade são responsáveis por prevenir e combater o trabalho escravo no Tocantins.

O projeto Casa da Capoeira Brasil-Bélgica esteve presente no seminário, onde oMestre Anzol e Professora Aline juntos com seus alunos fizeram uma grande apresentação de Maculelê, Samba de Roda, Samba Duro e a famosa Roda de Capoeira.

Disponível em: <<http://www.araguainanews.com/2016/01/o-seminario-de-prevencao-e-combate-ao.html>>





# FEVEREIRO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 2.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|                 |  |
|-----------------|--|
| <b>01/02</b>    | Entrevista – Rádio 96 FM, tema: seminário Palmas em Foco;  |
| <b>02/02</b>    | Entrevista – Tv Jovem Palmas, Dra. Elydia, tema: seminário Palmas em Foco;<br>Entrevista – Tve Brasil, Dra. Elydia, tema: seminário Palmas em Foco;<br>Entrevista – Redesat, Dra. Elydia e João Bazolli, tema: seminário Palmas em Foco; |
| <b>02-04/02</b> | Realização do Seminário Palmas em Foco: Participação e Direito à Cidade;   |
| <b>02/02</b>    | Instauração do PROPAC NDDH 001/2016 – acompanha processo de reforma do plano diretor de Palmas/TO;   |
| <b>05/02</b>    | Elaboração de minuta de Edital de Convocação das organizações da sociedade civil para comporem o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;<br>Termo de encaminhamento – cópia integral de processo ao DPAGRA;            |
| <b>11/02</b>    | Atendimento de integrante do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa para apresentação de propostas de pauta da próxima reunião do;  |
| <b>15/02</b>    | Reunião do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;<br>Apresentação do Plano de Metas junto à Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE;   |
| <b>18/02</b>    | Nota Pública NDDH sobre decisão do STF;  |
| <b>19/02</b>    | Atendimento Inicial: caso de intolerância racial;  |
| <b>23/02</b>    | Reunião de lançamento do Projeto Nós Propomos;<br>Atendimento: caso de intolerância racial, coleta de termos de depoimentos de testemunhas;  |
| <b>25/02</b>    | Visita de inspeção no CASE em atuação conjunta com o CEDDH;  |
| <b>29/02</b>    | Termo de encaminhamento – documento ao DPAGRA;<br>Estudo NDDH 001/2016 – dispõe sobre a legalidade da realização de vistorias nas unidades prisionais pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Tocantins;                |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|  |  |
|--|--|
|  | 09 ofícios enviados: Ofícios nº 010/2016 a 018/2016;       |
|  | 02 memorandos enviados – Memorando nº 006/2016 e 007/2016. |
|  | 29 e-mails enviados – nº 041/070.                          |

## 2.2 NOTA PÚBLICA

### NDDH emite nota pública sobre decisão do STF

Publicado em 18/02/2016

A Defensoria Pública do Tocantins, por intermédio de seu Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, externa profundo pesar pelo conteúdo da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na data 17 de fevereiro de 2016, no sentido de que “a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência.” (HC 126.292), o que importou em modificação da jurisprudência daquela Corte.

Com efeito, a execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação afronta gravemente a literalidade do art. 5º, inciso LVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual dispõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Ademais, viola o art. 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (“Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se prova sua culpabilidade, de acordo com a lei e em processo público no qual se assegurem todas as garantias necessárias para sua defesa”), bem como o artigo 8º, I (“Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa”) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

Nesse contexto, ressalte-se que, consoante consta do art. 1º do Decreto 678/92, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.

A violação ao conteúdo desse direito humano, reconhecido como garantia fundamental no plano interno, pode ensejar, inclusive, a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, o que consiste em função institucional da Defensoria Pública, consoante se depreende do art. 4º, inciso VI, da Lei Complementar 80/94.

A Defensoria Pública – que tem como objetivos a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório – reafirma que o Estado Democrático fundado pela Constituição Cidadã de 1988 funda-se no postulado da dignidade da pessoa humana, o que implica no respeito, por todos os Poderes constituídos, aos direitos e garantias fundamentais, dentre os quais se destaca o postulado da não culpabilidade, notabilíssima garantia contra o poder punitivo estatal.

**Autora:** Isabella Faustino Alves - Defensora Pública - Coordenadora do NDDH

## 2.3 REPORTAGENS

### Seminário reúne várias opiniões sobre revisão do Plano Diretor de Palmas

Publicado em 02/02/2016

Por Clédiston Ancelmo

O primeiro dia do Seminário Palmas em Foco: Participação e Direito à Cidade, foi repleto de discussões e debates de idéias. O evento está acontecendo no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Uma realização do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, do NAC - Núcleo de Ações Coletivas, e do Palmas Participa. O seminário visa proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e contribuir para o fortalecimento da participação social no processo de reforma do plano diretor da capital.



Na abertura estiveram presentes autoridades, professores, defensores públicos, estudantes, e representantes de organizações não governamentais e movimentos sociais.

Pela manhã, Ephim Shluger, do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas, apresentou os passos da revisão do Plano Diretor. Em seguida o arquiteto e urbanista Marcos Pimentel Bicalho, e a professora de Arquitetura e Urbanismo da UFT – Universidade Federal do Tocantins, Olivia de Campos Maia Pereira, apresentaram o tema Um Esforço para Entender o Plano de Ação Palmas Sustentável. O debate foi mediado pelo arquiteto e urbanista e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil-Tocantins, Giovanni Alessandro Assis Silva.

À tarde as questões foram em torno do atual Plano Diretor elaborado em 2007 com explicações do Conselheiro Federal do Conselho do CAU/TO Luiz Hidebrando Ferreira Paz, e da professora da UFT Patrícia Orfila. O debate foi mediado pela professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT Ana Beatriz Araújo Velasquez.

Para o Secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Palmas, Alan Barbiero, pautar a revisão do plano diretor é uma obrigação não só do poder público, mas também de toda a sociedade. “Essas colaborações que estamos colhendo aqui vão nos ajudar muito a conduzir esse processo extremamente complexo que vai melhorar as condições de vida da nossa cidade”, disse o Secretário.

Segundo João Bazolli, professor da UFT e coordenador do Palmas Participa, esse evento conseguiu aproximar as várias vertentes que devem participar da discussão da revisão do Plano Diretor. “Emerge no debate as discordâncias, mas também o avanço na possibilidade de propostas de solução dos problemas da cidade”, concluiu Bazolli.

A defensora pública e coordenadora do NDDH, Elydia Leda Barros Monteiro, avaliou como positivas as exposições de ideias do primeiro dia do Seminário. “Nós temos algumas possibilidades de convergência para avançar na discussão. Avalio hoje como positivo para que a gente possa abrir o debate e definir novas metas”, afirmou a coordenadora.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016



Para o defensor público-geral da DPE-TO, Marlon Costa Luz Amorim, a realização do evento é uma oportunidade de abrir a discussão para que a sociedade participe das mudanças. “Que saíamos daqui com propostas reais que possam colaborar na revisão do Plano Diretor de Palmas”, concluiu o defensor público-geral.

Nesta quarta-feira, 3, as discussões continuam a partir das 8 horas com temas como a articulação do legislativo sobre a revisão do Plano Diretor, e os

aspectos técnicos, sociais e jurídicos do sistema BRT (*Bus Rapid Transit*).

O Seminário Palmas em Foco: Participação e Direito à Cidade, conta com o apoio da UFT – Universidade Federal do Tocantins, IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismos, IFTO – Instituto Federal do Tocantins, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil do Tocantins, CEF – Caixa Econômica Federal, MPE – Ministério Público Estadual e MPF – Ministério Público Federal, Ministério das Cidades, Ministério da Educação.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17103>>



# MARÇO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 3.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|       |  |
|-------|--|
| 02/03 | Relatório de Inspeção no CASE;<br>Atendimento - retorno: caso de intolerância racial;  |
| 03/03 | Reunião do CEDDH;  |
| 04/03 | Reunião no MPF em <b>atuação conjunta com a Defensoria de Execução Penal de Araguaína</b> (Dr. Sandro Ferreira);<br>Reunião do COETRAE-TO;   |
| 07/03 | Nota Pública – <b>atuação conjunta NDDH e NUDEM</b> – manifesta apoio ao requerimento de indulto para o dia 8 de março nas penitenciárias femininas;<br>Entrevista – para ASCOM DPE;<br><b>Ação Civil Pública – atuação conjunta NDDH, NAC e 17ª Defensoria Da Capital – regularização fundiária, autos nº 0007540-77.2016.827.2729;</b> |
| 08/03 | Reunião do CEDDH – Comissão Especial que acompanhou a inspeção no CASE se reuniu para elaborar relatório conjunto;   |
| 10/03 | <b>Denúncia de violação de Direitos Humanos</b> – informa sobre notificação extrajudicial com cunho discriminatório de ideologia de gênero e diversidade por parte do padre da paróquia de Santo Antônio de Pádua, em Palmas/TO (por correio eletrônico);  |
| 11/03 | <b>Atendimento Coletivo – atuação conjunta com o DPAGRA</b> – Projeto Defensoria Quilombola – Comunidade Quilombola Santa Maria das Mangueiras, na Zona Rural no município de Dois Irmãos-TO – <b>quantidade de assistidos atendidos 40 (quarenta);</b><br>Elaboração de ata conjunta de atendimento coletivo;                           |
| 14/03 | Reunião com o MPF - Reunião com Dra. Renata sobre a situação do BRT – <b>atuação conjunta com o NAC;</b><br>Seleção de Estagiário;   |
| 15/03 | Reunião do Conselho Municipal de Acessibilidade, Mobilidade e transporte – CMAMT – <b>Atuação Conjunta - Dra. Isabella e NUDECON</b> compareceram;   |
| 17/03 | Palestra em Mesa redonda sobre Direitos Humanos na UFT (Calourada  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|       |  |
|-------|--|
|       | Unificada/CUICA);  |
| 18/03 | Atendimento – retorno: caso de intolerância racial;<br>Participação como ouvinte no Seminário de Práticas de Justiça Restaurativas;  |
| 21/03 | Inspeção na Casa de Prisão Provisória de Palmas/TO a fim de constatar violações de direitos fundamentais de assistidos presos em regime fechado – <b>atuação conjunta com o NADEP e Defensoria de Execução Penal de Palmas (Dra. Maurina)</b> ;  |
| 22/03 | Reunião da Comissão Eleitoral do CEDDH – análise da documentação encaminhada pelos candidatos;<br><br>Palestra em <b>Ato de Juristas pela Defesa da Legalidade e da Democracia</b> , tema: “devido processo legal”, na UFT;  |
| 28/03 | Seleção de estagiário – 3ª fase;<br><br>Reunião com a Diretoria Administrativa de Palmas para realização de estudo social junto às comunidades Pinheirinho Vive e União Sul pela equipe Multidisciplinar;<br><br>Reunião Aberta sobre o BRT – em atuação conjunta com o NAC e MPF;   |
| 29/03 | Reunião da Comissão Eleitoral do CEDDH – análise de recurso das habilitações indeferidas;<br><br>Recomendação nº 001/2016 – em atuação conjunta com a Defensoria da Fazenda Pública de Araguaína (Cleiton Martins da Silva);<br><br>Elaboração de release sobre a Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia;  |
| 30/03 | Reunião da Comissão Eleitoral do CEDDH – conferência final de documentação juntada;<br><br><b>Denúncia de violação de Direitos Humanos – em unidade prisional:</b> ação penal 0007470-66.2015.827.2706, ação penal 0010192-73.2015.827.2706 e incidente de insanidade mental nº 0010288-88.2015.827.2706 – Origem: Cristiane Japiassú/7ª DPE do Júri de Araguaína; |
| 31/03 | Elaboração de Edital de Resultado Final 01/2016 referente à eleição de entidades da sociedade civil para o CEDDH/TO.   |
|       | <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>   |
| 36    | Correio eletrônico – nº 071 a 107.   |
| 0     | Memorandos   |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|   |   |
|---|---|
| 5 | Ofícios – nº 019 a 024  |
| 1 | Carta Convite   |
|   | <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b>   |
|   | 16.0.000000837-4 – Semana Nacional da Luta pelo direito à Moradia<br>16.0.000000961-3 – 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos<br>15.0.000003723-8 – Relatórios de Atividades do NDDH |

## 3.2 NOTA PÚBLICA

### DPE-TO apoia indulto para o dia internacional da mulher nas penitenciárias

#### NOTA PÚBLICA - NDDH e NUDEM

Publicado em 07/03/2016

O NDDH - Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e o NUDEM - Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Tocantins vêm, por meio desta, MANIFESTAR APOIO ao requerimento de indulto para o dia 8 de março, dia internacional da mulher, nas penitenciárias femininas.

O requerimento, assinado por mais de 200 (duzentas) entidades, foi entregue ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Governo Federal, no dia 4 de fevereiro do corrente ano.

No texto, as entidades afirmam que há necessidade de políticas efetivas indicando a urgência para que o indulto, instrumento histórico de política criminal, de previsão constitucional, seja aplicado de modo eficaz, para que de fato contemple as mulheres. "*De cerca de 610 mil presos, 38 mil são mulheres. A maioria está detida por delito que envolve pouca quantidade de droga*".

Com efeito, é urgente a utilização desse importante instrumento de política criminal com vistas a que as especificidades de gênero sejam levadas em consideração, uma vez que o encarceramento de mulheres, além de implicar nas diversas violações de direitos humanos registradas diariamente nas prisões do Brasil, o que é do conhecimento de todos, resulta em desagregação familiar e inserção de crianças em situação de desamparo e de risco.

A Defensoria Pública – instituição que tem como objetivos a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos– reafirma que o Estado Democrático fundado pela Constituição Cidadã de 1988 funda-se no postulado da dignidade da pessoa humana, razão pela qual se corrobora o pedido à Presidenta da República para que, no dia 8 de março, conceda o indulto às mulheres encarceradas do Brasil.

Vanda Sueli M. de Souza Nunes - Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Isabella Faustino Alves - Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17600> >

## 3.3 REPORTAGENS

### Comunidade quilombola em Dois Irmãos recebe atendimento jurídico da Defensoria Pública do Tocantins

Publicado em 14/03/2016

Por Cinthia Abreu

Uma comunidade que se formou quando os primeiros moradores vieram em fuga de uma guerra na região do Rio Mearim, no Estado do Maranhão, por volta do século XIX ou início do século XX. Os grupos de fugitivos chegaram à região de Dois Irmãos, onde denominaram de 'Gerais', e após algum tempo de habitação plantaram uma mangueira que, ao logo dos anos deu frutos e reproduziu com fartura, levando o local a vir a ser conhecido como Mangueiras. Esta é a história da Comunidade Quilombola Santa Maria das Mangueiras, localizada a 50 km da cidade de Dois Irmãos, na região oeste do Tocantins. O local foi o escolhido para receber o projeto “Defensoria Quilombola”, da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, na sexta-feira, 11.



Cerca de 40 pessoas foram atendidas no encontro realizado pelos núcleos DPAGRA – Defensoria Pública Agrária, coordenado pelo defensor público Pedro Alexandre Conceição; NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, coordenado pela defensora pública Isabella Faustino Alves; e equipe multidisciplinar da DPE-TO. A comunidade é formada em uma área de cerca de 120 alqueires e ali habitam 23 famílias.

#### **Demandas**

Na reunião, os defensores públicos e equipe fizeram apresentação sobre o “Defensoria Quilombola” – atividade que visita as comunidades quilombolas colhendo informações sobre a situação de cada uma e provoca os órgãos responsáveis para proporcionar soluções -, e ouviram às demandas.

Conforme o presidente da Associação Comunidade Quilombola Santa Maria das Mangueiras, Manoel Bonfim, a sobrevivência da comunidade quilombola é tirada essencialmente da lavoura e as manifestações culturais resumem-se nas festividades da Festa do Divino Espírito Santo. Segundo ele, faltam políticas públicas nas áreas da regularização fundiária, saúde, educação, transporte, infraestrutura, saneamento básico e energia elétrica, dentre outras. “Não temos nenhum tipo de

fornecimento de água. Para uso básico tipo para beber, tomar banho, fazer comida e lavar roupa e louças, a gente tem que ir buscar no córrego”, complementa Manoel Bonfim em sua reivindicação.

Fruto do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida Rural”, a comunidade recebeu 23 unidades habitacionais em dezembro do ano passado. O investimento foi de cerca de 700 mil, conforme placa na comunidade, porém, alguns problemas foram detectados, como a



cozinha construída do lado externo – exposta ao sol durante todo o dia – e problemas com a energia elétrica. “Quatro casas foram entregues sem energia elétrica. Depois que fizeram a entrega das casas, a promessa era de que até, no máximo em fevereiro, eles voltariam para ligar a energia, mas até o momento sequer entraram em contato”, ressalta Bonfim, ao citar a sua própria casa.

Ainda em 2011, a Secretaria Estadual de Agricultura inaugurou no local a Casa de Farinha, com uma série de máquinas como lavador, prensa, peneira vibratória, forno rotativo e uniformizador de farinha, com a promessa de que a fábrica teria a capacidade de produzir 750 quilos por dia, processando 2 toneladas de raiz de mandioca, uma importante fonte de renda. Porém, os equipamentos foram adquiridos, uma festa na comunidade foi realizada para a inauguração, e o espaço nunca entrou em funcionamento. “O nosso erro foi permitir que eles fizessem a inauguração sem o local estar pronto para a gente trabalhar. Agora estamos aí por mais de quatro anos com esse espaço e máquinas que não servem pra nada, porque nem sequer um técnico para ensinar a gente a usar enviaram”, indigna-se o morador Juraci Alves Pereira.

Para aproveitar ao menos a estrutura da Casa de Farinha, foi feita uma divisão no prédio para construir a Escola Municipal Sino de Ouro. Cerca de dez computadores foram adquiridos em um programa do governo federal no ano de 2012 e repassados pela prefeitura à comunidade, contudo, nunca funcionaram, estando embalados nas caixas nos fundos da sala de aula por quase quatro anos. A escola é provisória, pois os moradores ainda aguardam o cumprimento da promessa do governo local da construção de um colégio no local para atender os alunos até o 9º ano. Enquanto a promessa não é cumprida, uma professora da própria comunidade leciona para cerca de dez alunos, do 1º ao 5º ano, e os demais alunos são encaminhados para escola rural em ônibus escolar. “Nós já cedemos o terreno para a construção da escola, um agrimensor veio na comunidade há dois anos e mediu o terreno, informando que já havia verba para a construção da escola e ela precisava ser feita urgentemente, mas ele nunca mais voltou”, declara Manoel Bonfim.

O atendimento de saúde na comunidade também é precário. Não existe agente de saúde para atender aos moradores e o posto de saúde mais próximo, em Dois Irmãos, não tem atendimento regular. “Médicos e dentistas não visitam a comunidade, ambulância não atende à região e, muitas vezes, quando vamos ao postinho em Dois Irmãos eles não estão atendendo”, lamenta a senhora Carmelita Pereira Silva.

## Defensoria

De acordo com o defensor público Pedro Alexandre será realizado um relatório a partir das demandas anunciadas pelos moradores. A partir dele, serão oficiados os órgãos responsáveis para que sejam tomadas as devidas providências e medidas judiciais cabíveis. “As demandas das comunidades quilombolas são semelhantes, principalmente no que se refere à luta pela

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

regularização fundiária e os enormes embaraços encontrados no âmbito dos entes governamentais. Por isso, o nosso empenho é pela defesa dos interesses transindividuais, como acesso a serviços públicos básicos, à água, energia, educação e saúde”, pontuou o Defensor Público.



A Defensora Pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, ressaltou que é papel da Defensoria Pública atuar, na seara

extrajudicial e judicial, com vistas à promoção dos direitos humanos fundamentais dos integrantes das comunidades quilombolas. “Um dos objetivos da ação é verificar *in loco* a situação da comunidade com relação à prestação dos serviços públicos essenciais, os quais são fundamentais para a permanência das comunidades tradicionais no território de origem. Neste sentido, a DPE-TO vai diligenciar com vistas à solução administrativa dos problemas verificados”, ressalta.

## Defensoria Quilombola

A DPE-TO, por meio do NAC - Núcleo de Ações Coletivas e DPAGRA - Núcleo Defensoria Agrária, criou em 2012, o Projeto “Defensoria Quilombola”. Instaurado pela Portaria nº 87/2012, o objetivo é de tutelar os direitos de todas as comunidades tradicionais de origem Quilombola, reconhecidas ou em processo de reconhecimento, no âmbito Tocantins. Em 2014, o NUSA – Núcleo de Defesa da Saúde passou a integrar o Programa. Em 2016, o NDDH também integrou o projeto.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/dpagra/noticia/17698>>



## ACP requer regularização fundiária e instalação de rede de energia no Setor Universitário em Palmas

Publicado em 16/03/2016

Por Cinthia Abreu

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do NAC – Núcleo de Ações Coletivas e do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, protocolou ACP – Ação Civil Pública em face da Prefeitura de Palmas e da Energisa Tocantins Distribuidora de Energia.

Desde o ano de 2008, cerca de duzentas famílias em situação de hipossuficiência econômica ocupam, de forma mansa e pacífica, a Área de Serviço Regional Taquaruçu - 2ª Etapa - ASR-T2, mais conhecida como “Setor Universitário”. O objetivo da Ação é obrigar a concessionária de energia a promover a instalação de rede de distribuição e alimentação energética dos imóveis alocados na área e também exigir da Prefeitura a regularização fundiária de interesse social do Setor Universitário, de modo a garantir o direito social à moradia.

A Ação foi necessária após o esgotamento de tentativas de solução extrajudicial do caso. Na ACP, a Defensoria Pública requereu, ainda, que o Município de Palmas promova a regularização fundiária de interesse social dos imóveis do Setor Universitário no prazo máximo de um ano.

## Entenda o Caso

No ano de 2013, compareceu ao Núcleo de Ações Coletivas o presidente da Associação dos Moradores do Setor Universitário, informando que, desde o ano de 2008, cerca de duzentas famílias em situação de hipossuficiência econômica ocupam, de forma mansa e pacífica, a Área de Serviço Regional Taquaruçu - 2ª Etapa - ASR-T2, mais conhecida como “Setor Universitário, Loteamento Taquarussu, 2ª Etapa”. Segundo o presidente, as famílias adquiriram os imóveis de boa-fé do então proprietário da área em epígrafe, que promoveu o seu microparcelamento irregular, a despeito de lhes ter outorgado Instrumento Particular de Cessão de Direitos com Contrato de Compra e Venda.

Diante disso, o NAC instaurou, no dia 5 de março de 2013, o Procedimento Preparatório para Ação Civil Pública nº 141/2013. No dia 24 de abril de 2013, o Núcleo provocou a Secretaria de Habitação do Município de Palmas (Ofício/NAC/DPE-TO nº266/2013 – Propac nº 141/2013), requisitando informações sobre a situação do Setor Universitário, tendo obtido, no dia 7 de maio de 2013, resposta no sentido de que o loteamento é formado por chácaras particulares, razão pela qual a regularização fundiária seria de responsabilidade dos loteadores.

Na mesma oportunidade, o NAC expediu às concessionárias de serviços públicos Celtins e Saneatins o Ofício Recomendatório nº 263/2013 – Propac nº 141/2013, com vistas a que efetivassem a ligação energética e hidráulica dos imóveis alocados na área em destaque. A Foz Saneatins respondeu que a instalação da rede de abastecimento de água foi instalada parcialmente, não tendo sido beneficiado o lote nº 85 (chácara 85) por não se tratar de área do Setor Universitário, o que impediria a concessionária de executar a instalação da rede hidráulica, salvo mediante autorização do Poder Público ou mediante ordem judicial.

A Celtins, por sua vez, respondeu o ofício Ofício/NAC/DPE-TO Nº 338/2013 – Propac Nº 141/2013 no sentido de que “a área noticiada não possui projeto de construção de rede de energia elétrica, inclusive, tem-se notícia de que o local é um loteamento particular”, cabendo tal encargo ao loteador.

Assim, a Defensoria Pública empreendeu diversas diligências, com vistas a regularização da prestação dos serviços públicos essenciais de energia elétrica e água, tais como requisições de informações, e realização de reuniões com o Poder Público, concessionárias de serviços públicos e representantes de moradores.

Após inúmeras tentativas, no dia 25 de setembro de 2014, o Comitê Gestor da Concessão de Palmas, por intermédio do ofício nº 019/2014-CGCP, noticiou que autorizou a instalação da rede de distribuição de água potável na área em questão. Porém, embora a Foz Saneatins tenha

disponibilizado o acesso ao serviço público de distribuição de água potável às famílias residentes na área em questão, não se deu o mesmo com relação ao serviço de energia elétrica.

No dia 9 de março de 2015, a Defensoria Pública provocou a Energisa acerca da viabilidade de autorizar a ligação energética dos imóveis situados nos lotes/chácaras nº 85 (Ofício/NAC/DPE-TO Nº 57/2015 – Propac Nº 141/2013), não tendo obtido resposta. A concessionária informou que seria imprescindível a apresentação de documentos por parte de todos os eventuais beneficiários, tendo solicitado o auxílio da DPE-TO para mobilizar os interessados com vistas a providenciar a documentação exigida, o que foi prontamente atendido.

No dia 20 de outubro de 2015, a Energisa, modificando as informações transmitidas à Defensoria Pública anteriormente, manifestou-se no sentido que não seria possível promover a instalação da rede de distribuição energética na área em questão, em razão de o Município de Palmas-TO e o Itertins terem informado que a região em comento cuida-se de área microparcelada, cabendo aos seus proprietários/loteadores a assunção deste encargo.

Por fim, no dia 12 de novembro de 2015, o NAC provocou a Diretoria de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação do Governo Municipal de Palmas, requisitando-lhe informações sobre eventual inserção da área em comento em programa de regularização fundiária de interesse social. A resposta foi no sentido de que a área se encontra no rol das oito áreas prioritárias para regularização fundiária, sem, contudo, apontar quando este procedimento de ordenamento.

Diante do esgotamento das tentativas de solução extrajudicial do caso, foi ajuizada Ação Civil Pública em favor das famílias economicamente hipossuficientes que residem na região, com vistas à regularização fundiária da área e ao fornecimento do serviço essencial de energia elétrica.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17769>>

## Transporte público e trânsito em debate com a participação da Defensoria

Publicado em 18/03/2016

Por Cinthia Abreu



Os Defensores Públicos Isabella Faustino, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, e Fabrício Brito, coordenador do Nudecon – Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor, participaram na terça-feira, 15, da reunião do conselho de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte, na sede do PrevPalmas.

O evento contou com a participação do prefeito de Palmas, Carlos Amastha, e do secretário de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte de Palmas, *Christian Zini*, e teve o objetivo de garantir segurança do trânsito. O conselho é formado por vários segmentos da sociedade, como setores governamentais e não-governamentais.

Na pauta foram debatidas questões relativas ao estacionamento rotativo, tarifa do transporte público e outras questões relativas ao trânsito na cidade de Palmas. Ficou definido na reunião que, a partir dos próximos dias, a Prefeitura de Palmas lançará uma campanha nas ruas que vai mostrar onde estão todos os radares e câmeras no trânsito, com o tema de que o objetivo do município não é o de aplicar multas, mas reduzir acidentes.

A Defensora Pública Isabella Faustino, Coordenadora do Núcleo de Defesa do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos – que foi uma das organizadoras do Seminário “Palmas em Foco: Participação e Direito à Cidade”, que aconteceu em fevereiro na sede da Defensoria Pública em Palmas, e que contou com discussões relativas à Revisão do Plano Diretor da Cidade e implantação do BRT Sul – destacou, no contexto da discussão relativa ao transporte público, a necessidade de se ampliar o debate com a população: “Entende-se que é necessário ampliar o debate, sobretudo viabilizando-se a efetiva participação daqueles que se utilizam do transporte público, com a realização de audiências públicas, amplamente divulgadas, com antecedência, priorizando-se que estas ocorram em horários nos quais a população possa participar.”

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17774>>

## Direitos Humanos em debate na Universidade Federal

Publicado em 22/03/2016

Por Cinthia Abreu

24

A defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa e Direitos Humanos, da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, participou de mesa-redonda sobre Direitos Humanos na UFT – Universidade Federal do Tocantins na noite de quinta-feira, 17. A mesa-redonda teve como tema "Direitos Humanos: Debates Iniciais", como parte da programação da “Calourada Unificada da UFT”, no auditório do Cuica – Centro Universitário de Integração entre Ciência, Cultura e Arte.



Além da defensora pública, participaram da mesa de debates Ivan Guarani (Grupo de Trabalho Indígena da UFT), Bernadete Aparecida (Casa 8 de Março), Marina Galvão (Comissão de DH da OAB), Brendon Andrade (MUDAS/UFT) e Cristian Ribas (Enegrecer).

Em sua fala, a Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da DPE-TO, destacou que os direitos humanos foram arduamente conquistados, ao longo da história da humanidade. Ressaltou, ainda, que a democracia é essencial para a existência e manutenção dos direitos humanos já conquistados, sempre a custo de muita luta. “A Defensoria Pública, que nasceu no Brasil com a Constituição de 1988 e que é, a um só tempo, expressão e instrumento do regime democrático, tem como uma de suas principais funções institucionais a promoção dos direitos humanos”, assegurou a defensora pública.

## NDDH

O Núcleo tem como atribuições receber e apurar representações que contenham denúncias individuais ou coletivas de violação dos direitos humanos; notificar as autoridades e tomar as providências necessárias para cessar os abusos praticados, bem como representar às autoridades competentes a fim de que apurem e evitem qualquer ato de violação de direitos humanos; propor, monitorar e avaliar as questões relativas a direitos humanos no âmbito das atribuições da Defensoria Pública; coordenar o acionamento de Cortes Internacionais em casos de violação de direitos humanos. O NDDH é responsável, ainda, por contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17825>>

## Reunião com impactados do BRT na próxima segunda-feira, 28

Publicado em 22/03/2016

Por Cinthia Abreu

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do NAC – Núcleo de Ações Coletivas e NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, e o MPF – Ministério Público Federal avisam às famílias interessadas que na próxima segunda-feira, 28, às 19h30, na Escola Estadual Liberdade (Área Verde, s/n - Jardim Aurenny III), em Palmas, haverá reunião para discutir os impactos do BRT – *Bus Rapid Transit* – com a população, bem como para colher demais informações.

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins vem acompanhando as famílias desde o início do projeto e também as discussões promovidas pela gestão municipal, fornecendo informações sobre os direitos que possuem, esclarecendo como deve se dar o processo de desapropriação e, principalmente, promovendo o diálogo entre todos os envolvidos.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17827>>

## Valor das indenizações e demora no processo são as principais reclamações dos impactados do BRT

### Impactados estiveram reunidos com a DPE-TO e o MPF.

Publicado em 29/03/2016

Por Cinthia Abreu

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

“Já se passaram quase três anos e a gente vive de promessa em promessa, acreditando que a história vai mudar. Preciso fazer vários reparos na minha casa, mas não posso porque a Prefeitura proibiu de mexer nas casas, mas ao mesmo tempo, eles não dão andamento às indenizações, enquanto isso, o povo fica prejudicado.” A história do aposentado Antônio Luiz da Silva, 68 anos, é semelhante a de outras famílias que tiveram as propriedades impactadas pela obra de construção do corredor do BRT – *Bus Rapid Transit*.



Diversos impactados estiveram reunidos na noite de segunda-feira, 28, na Escola Estadual Liberdade, no Aurenly III com a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins e o MPF – Ministério Público Federal. O encontro é resultado de atuação conjunta dos Defensores Públicos Felipe Cury, coordenador do NAC – Núcleo de Ações Coletivas, e Isabella Faustino, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos com a Procuradora da República no Tocantins Renata Ribeiro Baptista.

As principais reclamações envolveram os valores da avaliação da Prefeitura que, segundo as famílias, está abaixo do valor de mercado e, ainda, a demora no pagamento das indenizações. Consoante destacou a Procuradora da República presente no evento, os valores bloqueados em ação judicial ajuizada pelo MPF são os recursos federais, o que não obsta o pagamento das indenizações que, segundo o projeto do BRT, se dará com recursos do Município.

Na ocasião, foram sanadas dúvidas sobre o processo de desapropriação, indenização, saída das propriedades e, além disso, os defensores e a procuradora aproveitaram para colher mais informações sobre o tema. Além das residências na região, lotes vazios, igrejas, comércio e até uma escola estadual será impactada, conforme descreve o pai de um dos alunos da instituição, Erdileis Paiva. “Nós tínhamos projetos para ampliar a escola, transformar a escola com melhorias. A estrutura de madeira aqui é bem antiga, ela seria toda reformada, mas está tudo estagnado. Esperamos que a mudança dela fique em um lugar acessível e ampliada para atender todas as demandas da nossa comunidade”, conclui.

## Defensoria

A Defensoria Pública do Tocantins vem acompanhando o procedimento de implantação do corredor BRT Sul, por meio de procedimento instaurado no Núcleo de Ações Coletivas, já tendo realizado dois atendimentos coletivos no ano de 2015, oportunidade em que promoveu o diálogo entre os impactados e a Prefeitura Municipal.

Na oportunidade, os Defensores Públicos ressaltaram a necessidade de os impactados hipossuficientes que não tenham constituído advogado procurarem a Defensoria Pública, com vistas a que sejam devidamente orientados e acompanhados durante o procedimento.

## Atendimento

Conforme a Resolução nº 104/2013 do CSDP – Conselho Superior da Defensoria Pública – que dispõe sobre os parâmetros para deferimento de assistência jurídica integral aos usuários dos serviços, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins – é assistido da Instituição o

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

cidadão que tenha renda mensal de até três salários mínimos observados individualmente, ou renda familiar mensal que não ultrapasse cinco salários mínimos; não seja proprietário, titular de aquisição, herdeiro, ou legatário de bens móveis, imóveis ou direitos, cujos valores ultrapassem a quantia equivalente a 200 salários mínimos; e que não possua investimentos financeiros em aplicações superiores a 20 salários mínimos.

## BRT

Ao todo, são 216 famílias impactadas pelas obras do BRT Palmas/Sul, sendo 138 com edificações e 81 lotes vagos, duas igrejas, uma escola e dois equipamentos públicos. O processo já dura quase três anos e o investimento está orçado em cerca de R\$ 238 milhões. Até dezembro do ano passado, 56% das famílias impactadas manifestaram interesse pela permuta. Os imóveis estão localizados nos Jardins Janaína, Aeroporto e Aurenly III. Porém, até o momento, nenhuma família recebeu o valor de indenização e não deixará o imóvel sem receber o valor acordado.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17845>>





# ABRIL

**NDDH**

Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 4.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|          |  |
|----------|--|
| 1º/04    | Reunião no MPF em <b>atuação conjunta NDDH e NAC</b> – Dr. Felipe e Dra. Isabella se reuniram com Dra. Renata para discutir sobre o BRT;   |
| 4 a 8/04 | Realização da Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia – <b>atuação conjunta NDDH, NAC e DPAGRA</b> ;  |
| 4/04     | Atendimento Coletivo na Vila Agrotins - Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia – <b>atuação conjunta NDDH e DPAGRA</b> – <b>quantidade de assistidos atendidos: 116 (cento e dezesseis)</b> ;  |
| 5/04     | Atendimento Coletivo no Setor Lago Norte - Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia - <b>atuação conjunta NDDH e NAC</b> – <b>quantidade de assistidos atendidos: 50 (cinquenta)</b> ;   |
| 6/04     | Roda de Conversa com Representantes dos Movimentos Sociais – <b>atuação conjunta NDDH, NAC e DPAGRA</b> – <b>quantidade de líderes presentes: 06 (seis)</b> ;  |
| 8/04     | Roda de Conversa com Defensores Públicos – <b>atuação conjunta NDDH, NAC e DPAGRA</b> – <b>quantidade de defensores presentes: 10 (dez)</b> ;<br>Entrega de Apostila sobre Direito à Moradia – <b>atuação conjunta NDDH, NAC e DPAGRA</b> ;<br>Lançamento de Informativo Especial NDDH/Abril;<br>Artigo “Direito social à moradia como ponto de partida dos direitos fundamentais”– <b>atuação conjunta NDDH e DPAGRA</b> ;<br>Audiência Pública – Encerramento da Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia – <b>atuação conjunta NDDH, NAC e DPAGRA</b> ;<br>Elaboração de Ata Circunstanciada da audiência pública;<br>Peticionamento – <b>atuação conjunta NDDH, NAC e 17ª Defensoria Da Capital</b> – autos nº 0007540-77.2016.827.2729; |
| 11/04    | Reunião com DPAGra e 15ª Defensoria Da Capital – <b>atuação conjunta NDDH, DPAGRA, e 15ª Defensoria Da Capital</b> – autos nº 0006929-27.2016.827.2729, desocupação da Fazenda Normandia;<br>Peticionamento – <b>atuação conjunta NDDH e 15ª Defensoria Da Capital</b> – autos nº 0006929-27.2016.827.2729;<br><b>Denúncia de violação de Direitos Humanos em estabelecimento prisional</b> – Dra. Denize informa (por telefone) sobre presa mantida em condições inadequadas em Cadeia Masculina – Dra. Isabella/NDDH presta  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                            |  |
|----------------------------|--|
|                            | apoio encaminhando minuta de HC pertinente ao caso;  |
| 12/04                      | Reunião CEDDH – última reunião da gestão que se encerrou em 30 de abril do corrente ano, teve como pauta o Seminário Preparatório para a Conferência Nacional dos Direitos Humanos e o Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos;   |
| 15/04                      | Reunião do COETRAE – realizada na sala de reuniões da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – MTE, teve como pauta o seminário e audiência pública que serão realizados em Gurupi;   |
| 18/04                      | Vistoria na Cadeia Pública de Colméia – <b>atuação conjunta NDDH, NADEP e Defensoria de Execução Penal de Colméia;</b>   |
| 19/04                      | Participação no Seminário Desafios Indígenas como ouvinte, realizado pela UFT;   |
| 20/04                      | Reunião do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa – pauta: informes do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, plano de ação para o ano de 2016 e composição do comitê estadual – foi definida data para realização de seminário sobre liberdade religiosa, ficando a cargo do NDDH/DPE a disponibilização de auditório da sede para a realização do evento. Solicitação encaminhada via SEI nº 1132-4;<br><br>Ofícios conjuntos – Situação de violação de direitos humanos em Colméia do Tocantins – <b>atuação conjunta NDDH, NADEP e Defensoria de Execução Penal de Colméia;</b> |
| 25/04                      | Reunião do Conselho Estadual de Educação em Direitos Humanos – pauta: seminário de Educação em DH;   |
| 27 a 29/04                 | Participação como Observadora do Poder Público, representando o Tocantins por meio da DPE-TO/NDDH, na Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília/DF;  |
| <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b> |  |
| 14                         | Correio eletrônico – nº 108 a 122  |
| 8                          | Memorandos – nº 08 a 016   |
| 5                          | Ofícios – nº 026 a 030   |
| 9                          | Ofícios Conjuntos  |
| 0                          | Carta Convite  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|  | PROCESSOS SEI GERADOS:   |
|--|--|
|  | 16.0.000001133-2 – Solicitação de reserva<br>16.0.000001132-4 – Solicitação de reserva<br>16.0.000000995-8 – Voluntário NDDH<br><i>16.0.000000961-3 – 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos</i><br><i>15.0.000003723-8 – Relatórios de Atividades do NDDH</i> |

## 4.2 REPORTAGENS

### Núcleos Especializados da DPE vão promover Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia

Publicado em 01/04/2016

Por Alessandra Bacelar

De 4 a 8 de abril de 2016 será realizada pela DPE – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio dos Núcleos Especializados de Direitos Humanos, Ações Coletivas e Defensoria Agrária, a Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia.

As ações que compõem o cronograma do evento visam a fomentar o debate acerca da efetivação do direito à moradia no campo e na cidade, com vistas a dar visibilidade ao tema e fomentar o aprimoramento das políticas públicas, projetos e programas relativos ao direito à moradia. Além disso, a Semana tem o objetivo de promover o debate acerca do tema com membros e servidores da instituição, com os movimentos sociais e, ainda, com outros órgãos e instituições públicas e representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além da sociedade civil em geral, de modo a proporcionar um amplo e democrático debate sobre a efetivação do direito à moradia e à terra, e contribuir no fortalecimento da participação social no processo de construção de políticas públicas fundiárias.

Serão promovidos atendimentos coletivos na Vila Agrotins e Setor Lago Norte, com vistas a identificar demandas prioritárias relativas a políticas públicas fundiárias, projetos e programas relativos à efetivação do direito social à moradia, bem como melhor conhecer a realidade local e colher demandas dos assistidos da instituição.

A programação conta ainda com a realização de Rodas de Conversas com Defensores Públicos e representantes dos Movimentos Sociais, com o objetivo de promover o debate e a reflexão acerca



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

dos mecanismos de efetivação do direito social à moradia, bem como a disseminação de conteúdo técnico-jurídico relativo ao tema e a questões afins.

No dia 8 de abril, no encerramento da Semana, será realizada audiência pública com vistas à colheita de demandas da população e dos movimentos sociais relativamente à efetivação do direito à moradia no campo e na cidade, de modo a conferir visibilidade ao tema, fomentando o aprimoramento das políticas públicas, projetos e programas que visam a efetivar o direito social à moradia.

## Semana Nacional do Direito Social à Moradia

A Semana Nacional de Defesa do Direito à Moradia será realizada em todo o país entre 2 a 8 de abril de 2016. A implementação foi aprovada por unanimidade na 10ª Reunião Ordinária do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – Condege. A proposta foi apresentada, pela coordenadora da Comissão Especializada do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege, defensora geral do Rio Grande do Sul, Adriana Schefer do Nascimento. A data foi escolhida em razão de ser em 08 de abril o Dia Nacional de Luta pelo Direito à Cidade e à do Direito à Moradia Digna.

A Comissão Especial do Direito à Moradia e Questões Fundiárias deliberou que cada estado que dispõe de membro na Comissão realizará atividades ligadas ao tema ao longo da Semana Nacional, como o agendamento de visitas a ocupações, para melhor conhecer a realidade local e fornecer subsídios aos defensores acerca das condições de moradia das comunidades. Os resultados das visitas poderão dar maior impulso aos trabalhos extrajudiciais e judiciais. Além das visitas, a proposta prevê a realização de audiências públicas em cada estado, encerrando a Semana Nacional de Defesa do Direito à Moradia.

### Programação:

|   |   |  |
|---|---|--|
|   | 6 de Abril  |  |
| 4 de abril  | 14h – Roda de Conversa com os representantes de Movimentos Sociais  |  |
| 14h – Abertura da Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia. | Local: Auditório da DPE-TO  |  |
| 14h15 – Atendimento Coletivo na Vila Agrotins                     | 8 de Abril  |  |
| Local: Rua 2, Chácara 36  | 09h – Roda de Conversa com Defensores Públicos que atuam na defesa do direito à moradia e regularização fundiária |  |
| 5 de Abril  | Local: Auditório da DPE-TO  |  |
| 19h – Atendimento Coletivo no Setor Lago Norte                    | 14h – Audiência Pública   |  |
| Local: Setor Lago Norte, Alameda 1, lote 18.                      | Local: Auditório da DPE-TO  |  |

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17896>>

## Moradores da Vila Agrotins recebem atividades da Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia

Publicado em 05/04/2016

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Por Alessandra Bacelar

Cerca de 100 moradores da Vila Agrotins, zona rural de Palmas-TO participaram na tarde desta segunda-feira, 4, da abertura da Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia, uma organização dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Tocantins - NDDH - Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, DPAGRA - Defensoria Pública Agrária e NAC - Núcleo de Ações Coletivas.



De início, a Defensora Pública Isabella Faustino ressaltou que a Semana foi instituída pelo Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, a ser realizada pelas Defensorias Públicas dos Estados, a fim de dar visibilidade à temática e às reivindicações relativas à efetivação do direito social à moradia, bem como apresentar práticas exitosas de auto organização dos assentamentos informais. “O direito social à moradia deve ser conjugado com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, de modo que esse direito só se efetiva com a moradia digna, que demanda habitação em situação adequada, acompanhada dos serviços essenciais.”, destacou a Coordenadora do NDDH.

Na ocasião, o defensor público Pedro Alexandre Conceição Aires fez uma retrospectiva sobre o atendimento que vem sendo prestado aos moradores, e prestou informações sobre o andamento processual, tendo ressaltado os serviços públicos que passaram a ser disponibilizados, a exemplo de energia elétrica e transporte escolar, a partir da atuação da Defensoria Pública no caso.

A Vila Agrotins existe desde junho de 2013, quando dezenas de famílias ocuparam o local na busca de enfim conseguir uma área definitiva pra morar. Muitos já haviam passado por outras ocupações e pela insegurança de não ter casa própria e nem mesmo saber até quando ficaria no local escolhido pra morar de forma indefinida enquanto as políticas públicas não chegavam a eles.

Uma dessas pessoas é José Alves Filho, 64 anos. Ele está acampando na Vila Agrotins desde 2013, veio pra o local em busca de conseguir a casa própria. Antes tinha uma bicicletaria, mas os clientes foram diminuindo e já não tinha mais condições de pagar as dívidas. Ouviu falar da mobilização e resolveu se juntar ao grupo. No começo com algumas incertezas, mas aos poucos foi entendendo como tudo funcionava e atualmente vive numa área onde planta coco, manga, caju, cana, feijão e mandioca, esses dois últimos responsáveis pelo sustento dele e da companheira. "Meu sonho é que a gente consiga o título da área, preferia ficar aqui, mas se porventura não puder, o importante é ter um lugar próprio e certo pra morar".



## Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

De 4 a 8 de abril de 2016 será realizada pela DPE-TO, por meio dos Núcleos Especializados de Direitos Humanos, Ações Coletivas e Defensoria Agrária, a Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia.

As ações que compõem o cronograma do evento visam a fomentar o debate acerca da efetivação do direito à moradia no campo e na cidade, com vistas a dar visibilidade ao tema e fomentar o aprimoramento das políticas públicas, projetos e programas relativos ao direito à moradia. Além disso, a Semana tem o objetivo de promover o debate acerca do tema com membros e servidores da instituição, com os movimentos sociais e, ainda, com outros órgãos e instituições públicas e representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além da sociedade civil em geral, de modo a proporcionar um amplo e democrático debate sobre a efetivação do direito à moradia e à terra, e contribuir no fortalecimento da participação social no processo de construção de políticas públicas fundiárias.



Além do atendimento coletivo na Vila Agrotins, será realizado atendimento no Setor Lago Norte, com vistas a identificar demandas prioritárias relativas a políticas públicas fundiárias, projetos e programas relativos à efetivação do direito social à moradia digna, bem como melhor conhecer a realidade local e colher demandas dos assistidos da instituição.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17937> >

## Defensoria Pública atende comunidade do Lago Norte

Publicado em 06/04/2016

Por Cíntia Abreu

O direito à moradia adequada é um direito fundamental, reconhecido tanto no plano internacional como na Constituição Federal e em diversos outros diplomas normativos pátrios. Esse direito não se resume apenas a um teto e quatro paredes, mas depende, para sua efetivação, de condições dignas de habitabilidade, segurança e acessibilidade, as quais demandam a prestação de serviços essenciais e infraestrutura básica (como energia elétrica, sistema de esgoto e coleta de lixo, dentre outros). Com vistas a fomentar a efetivação de tal direito, a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins realiza constantes atividades, tais como o atendimento coletivo realizado na noite da última terça-feira, 5, à comunidade do Setor Lago Norte. A atividade integra a programação da Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia, realizada pela Defensoria Pública do Tocantins, por intermédio dos Núcleos Especializados de Ações Coletivas, Defesa dos Direitos Humanos e Defensoria Pública Agrária, com o apoio do Núcleo de Mediação e Conciliação e do Centro de Estudos Jurídicos.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

O encontro foi mediado pelos defensores públicos Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, e Felipe Cury, coordenador do NAC – Núcleo de Ações Coletivas da Defensoria Pública e contou com a presença de diversos moradores do Setor, que puderam expor as principais demandas coletivas da população da área, bem como obter informações atuais sobre o procedimento acompanhado pela Defensoria Pública que tem como objeto a tutela de direitos fundamentais dos moradores da área em situação de hipossuficiência econômica e vulnerabilidade.



## Comunidade

O Setor Lago Norte abriga cerca de 550 famílias, totalizando mais de 2.500 pessoas, de crianças a idosos. As principais reivindicações da comunidade envolvem a regularização fundiária, o acesso a transporte público adequado, pavimentação, roçagem, acesso a serviços de saúde e instabilidade da eletricidade.

A presidente da Associação de Moradores do Setor Lago Norte, Cleide Paixão Lima, ressaltou que a visita *in loco* e o atendimento coletivo foi de extrema importância para a comunidade. “Assim é mais fácil da gente unir a comunidade porque estamos no nosso próprio setor, assim é mais fácil da gente conhecer todas as demandas e tentar, juntos – Defensoria e moradores, encontrar as melhores providências. Um tempo atrás nós tínhamos um grave problema da coleta de lixo, mas com o auxílio da Defensoria, hoje podemos dizer que o problema foi resolvido e é assim que a gente acredita que os demais problemas também serão solucionados”, alega a presidente.

A instabilidade da eletricidade, segundo os moradores tem gerado grandes prejuízos aos moradores. “Muitas famílias já perderam muitos equipamentos eletrônicos com as quedas constantes de energia elétrica, além do prejuízo da falta do material, todo o processo para requisitar os direitos e bens é muito burocrático e demorado, temos famílias que perderam geladeira, televisão, ventilador há quase um ano e até hoje não conseguiram recuperar nada”, destacou um dos moradores.

A presidente da Associação declarou, ainda, que uma conquista para o Setor foi a instalação de uma sala para um consultório de dentista, porém, nunca foi cedido um profissional para atendimento no local. Quanto ao transporte público, foi registrado que há somente uma linha de ônibus para o Setor. “No período da noite, quem não pega o ônibus na estação às 19 horas só vai conseguir pegar o próximo às 23h15. Não há nem mesmo a necessidade de se criar outra linha, seria suficiente aumentar a quantidade de carros dessas ou aumentar um pouco o percurso da linha que atende o Setor Santo Amaro”, revela Cleide Paixão ao se referir ao transporte público que atende o bairro vizinho.

## Santo Amaro II

Além do Lago Norte, alguns moradores do Setor Santo Amaro II também estiveram presentes na reunião e aproveitaram para fazer as suas reivindicações. O bairro abriga cerca de 100 famílias, que ocuparam o Setor após serem removidos de ocupação às margens da TO-010, no sentido Palmas – Lajeado, em abril de 2012. Maria das Dores conta que, após a transferência, houve muitas conquistas, mas ainda não é suficiente. “Eles pararam na água e energia elétrica, o que é muito bom

para quem não tinha nada. A segurança também melhorou porque morávamos às margens da rodovia, mas ainda falta muito mais para beneficiar a nossa comunidade com a moradia digna. Não temos acesso aos principais serviços para garantir a nossa qualidade de vida”, relata a moradora.

## Defensores

Os Defensores Públicos presentes no evento fizeram uma explanação sobre o objetivo da Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, ouviram as demandas dos moradores e prestaram informações atuais sobre o procedimento acompanhado pela Defensoria Pública.



O coordenador do NAC, o defensor público Felipe Cury conta que todas as demandas foram registradas e que a Defensoria irá oficiar os órgãos e instituições responsáveis para que então possam ser cobradas soluções mais efetivas. “Verificamos que há queixas em quase todos os setores para a convivência básica numa comunidade, uma vez que a garantia dos direitos fundamentais deve existir para todos”, complementa Felipe Cury.

A coordenadora do NDDH, Isabella Faustino, destacou que “a participação dos interessados no processo de reivindicação pela efetivação dos direitos fundamentais, a exemplo do direito à moradia, é de suma importância, e consiste em verdadeiro exercício da cidadania, sobretudo porque esses direitos vêm sendo sonogados justamente à população mais pobre, em grave afronta à Constituição Federal”.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17960> >

## DPE-TO realiza Estudo Social e Cadastro de famílias que residem em ocupações

Publicado em 06/04/2016

Por Alessandra Bacelar



Uma equipe da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins formada por Assistentes Sociais e Jornalistas estiveram na manhã desta quarta-feira, 6, na Quadra T-33, no setor União Sul, com o objetivo de realizar Estudo Social, Cadastro dos Hipossuficientes e verificar as atuais condições que essas famílias residem. As informações colhidas vão subsidiar um

Propac - Procedimento Preparatório de Ação Civil Pública com vistas a tutelar os direitos fundamentais dos moradores.

O relatório final vai conter informações sobre o número de famílias que residem na quadra, tempo de moradia, número de dependentes por família, número de crianças e idosos na família, se há pessoa portadora de deficiência física ou mental na família. Além disso, mencionará se há informações sobre a existência, ou não, de fornecimento de energia elétrica regular pela concessionária de serviços públicos, se há fornecimento de água tratada regular pela concessionária de serviços públicos, além da renda familiar.

Nesta primeira etapa, cerca de 45 famílias serão visitadas, em sua maioria pessoas que vivem em barracos de madeira e lona, sujeitas às intempéries, sem segurança, acesso à infraestrutura básica, somados ao temor diário de serem retirados do local e à frustrante espera da tão sonhada casa própria. Alguns investem o pouco que têm numa estrutura simples de casa, para dar mais segurança aos filhos, outros aproveitam pra cultivar pequenas lavouras para ajudar no sustento da família. O cadastro social também será realizado na ocupação “Pinheirinho Vive”. A atividade integra a programação da Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia

### **Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia**

Até o dia 8 de abril a DPE-TO, por meio dos Núcleos Especializados de Direitos Humanos, Ações Coletivas e Defensoria Agrária, realiza a Semana Nacional da Luta pelo Direito à Moradia, onde ações que compõem o cronograma do evento visam a fomentar o debate acerca da efetivação do direito à moradia no campo e na cidade, com vistas a dar visibilidade ao tema e fomentar o aprimoramento das políticas públicas, projetos e programas relativos ao direito à moradia.

Além disso, a Semana tem o objetivo de promover o debate acerca do tema com membros e servidores da instituição, com os movimentos sociais e, ainda, com outros órgãos e instituições públicas e representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além da sociedade civil em geral, de modo a proporcionar um amplo e democrático debate sobre a efetivação do direito à moradia e à terra, e contribuir no fortalecimento da participação social no processo de construção de políticas públicas fundiárias.



Disponível em :<<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/17964> >



# MAIO

**NDDH**

Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE·TO**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 5.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|            |   |
|------------|---|
| 4/05       | Petição: ciência de deferimento de decisão liminar 0007540-77.2016.827.2729;  |
| 5/05       | Proposta de Campanha de mobilização interna para Oficinas do COETRAE/TO (SEI nº 1312-2);<br><br>Peticionamento em jurisdição internacional – protocolo de Consulta junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Reparação. Denunciante: Juarez Vieira Reis – Via DPE. Local: Campos Lindos. Denunciado: República Federativa do Brasil.  |
| 6/05       | Reunião Conselho Estadual de Educação em Direitos Humanos – pauta: organização do seminário Educação em direitos humanos: pela valorização da vida humana;<br><br>Apoio ao Projeto Nós Propomos e participação como ouvinte no “Seminário Cidadania e participação social: um tema transversal na educação portuguesa” ( <b>atuação conjunta com o Projeto Nós Propomos e Palmas Participa</b> );<br><br>Participação na Expedição cidadã ( <b>atuação conjunta com da DPE/TO</b> );<br><br><b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> Ofício DP/Gab/ExPenArn nº 031/2016 (Araguaína) |
| 9/05       | Reunião com NUSA e Fazenda Pública de Palmas ( <b>atuação conjunta com NUSA</b> );  |
| 10/05      | Petição: Impugnação à contestação nos autos do processo nº 0017896-40.2015.827.2706 ( <b>atuação conjunta com 11ª Defensoria Pública da Fazenda e Registros Públicos de Araguaína</b> );<br><br>Elaboração de Projeto para campanha “Direitos Humanos: eu defendo”;   |
| 12/05      | Reunião com Superintendência de Defensores e Corregedoria;  |
| 13/05      | <b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> Ofício 5ª DPCrim n.º 03/2016 (Porto Nacional) ( <b>atuação conjunta – envio de ofícios</b> );  |
| 16 a 20/05 | Semana do Defensor Público;<br><br>Artigo: Defensoria Pública: expressão e instrumento da democracia, de Isabella Faustino. Publicado no site da DPE;   |
| 18/05      | Reunião do COETRAE/TO – pauta: Oficinas sobre Trabalho Escravo em   |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                               |  |
|-------------------------------|--|
|                               | Gurupi.  |
| <b>22/05</b>                  | <b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> HC nº 0004727-19.2016.827.0000, paciente: ARTHUR FERREIRA DA COSTA NETO;  |
| <b>23/05</b>                  | Organização e participação do SEMINÁRIO MATERNIDADE E POLÍTICA: Repensando o Papel da Mulher na Sociedade ( <b>atuação conjunta com NUDEM e NUSA</b> );<br><br><b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> processo nº 5000179-85.2010.827.2711;<br><br>Auxílio à Dra. Carina Queiroz, envio de minutas de representação pela instauração de PAD; |
| <b>24/05</b>                  | Cerimônia de posse dos novos membros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Tocantins e reunião para eleição de diretoria;<br><br>Lançamento da Campanha “Direitos Humanos: eu defendo”;   |
| <b>25/05</b>                  | Lançamento do Informativo NDDH nº 3, ano II;<br><br>Petição: Habeas Corpus autuado sob o nº 0008354-31.2016.8.27.0000 ( <b>atuação conjunta com Defensoria Pública de Execução Penal de Araguaína</b> );<br><br>Projeto de Cartilha Informativa sobre Respeito à Diversidade Religiosa (SEI 1448-0);   |
| <b>30/05</b>                  | Organização e participação em Oficina sobre Trabalho Escravo em Gurupi;<br><br>Participação em audiência pública sobre Trabalho Escravo na região sul;   |
| <b>31/05</b>                  | Artigo: A pele que não habito, de Isabella Faustino. Publicado no site da DPE;   |
| <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>    |  |
| <b>14</b>                     | Correio eletrônico – nº 123 a 137  |
| <b>0</b>                      | Memorandos   |
| <b>3</b>                      | Ofícios – nº 031 a 033   |
| <b>0</b>                      | Ofícios Conjuntos  |
| <b>0</b>                      | Carta Convite  |
| <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b> |  |

|  |
|--|
| 16.0.000001312-2 – Organização de evento.                  |
| 16.0.000001448-0 - Projeto/Proposta.                       |
| 16.0.000001445-5 – Solicitação.                            |
| 15.0.000003723-8 – <i>Relatórios de Atividades do NDDH</i> |

## 5.2 ARTIGOS

### Em defesa da igualdade de gênero

Publicado em 03/05/2016

Por Denize Souza Leite

Um grupo de Defensoras Públicas, em sintonia com coletivos feministas nacionais, lançou a Campanha “Belas”, “Recatadas” e de Luta, em confronto a estereótipos que quando (quase sempre) impostos, tolhem direitos femininos, e fomentam a violência de gênero a que somos submetidas diuturnamente.

A par de quaisquer posicionamentos pessoais, ou quaisquer outras ideologias estranhas ao Direito, objetivou dar destaque aos Direitos Humanos, em especial ao que determina a Convenção de Belém do Pará, de 1994, que legitima o debate do movimento de mulheres em todo o mundo, sobre a necessidade de se considerar todo tipo de violência objeto de repúdio, e criou para o Estado a obrigação de elaborar políticas públicas e serviços voltados para a proteção das mulheres.

Não é demais ressaltar que a nobre e já por demais calejada Carta Magna de 1988, em seu artigo 5º, consagrou a igualdade de todos perante a lei e, explicitamente, no artigo 226, § 5º, reconheceu a igualdade entre homens e mulheres na família, e, por fim, incorporando integralmente em nossa legislação, os compromissos internacionalmente assumidos desde 1948, quando da aprovação, na Assembleia Geral da ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que diz respeito à condição da mulher.

Tais legislações tiveram impactos profundos na sociedade brasileira, que até então convivía com as definições legais de “mulher casada”, “mulher honesta”, “mulher virgem”, expressões que tinham por objetivo subjugar direitos femininos, excluindo da proteção legal do Estado, um sem número de mulheres que (não) se enquadrassem a estes conceitos. (Notadamente com a revogação do Código Civil de 1916, que até então não reconhecia a igualdade entre o marido e esposa e atribuía ao homem à chefia da sociedade conjugal).



De lá para cá, a duras lutas, nas quais o protagonismo do movimento feminista brasileiro sempre esteve em evidência, muito se estabeleceu em Defesa da Mulher. Mas, pouco se avançou até agora, principalmente pelo desconhecimento ou desprezo deste patrimônio jurídico, que mesmo estando em vigor, ainda encontra entraves para ser aplicado, os quais encontram eco, inclusive, nas instituições que têm a missão de promover sua defesa.

Não foi por outro motivo que o revolucionário líder americano John Quincy Adams, quando da edição da Declaração da Independência, diante da reivindicação de direitos para mulheres, feita por sua própria esposa, afirmou: *“Estejam certas, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino”*.

Por esta razão, a luta pela consolidação da igualdade de gênero necessita estado de vigília, uma vez que o machismo, como elemento estruturante de nossa sociedade, sempre está à espreita para questionar e até revogar conquistas já estabelecidas, a exemplo de recente projeto de lei que afronta os direitos reprodutivos da mulher vítima de violência sexual. O questionamento da condição social da mulher requer de todas nós marcha permanente.

## Denize Souza Leite é defensora pública do Estado do Tocantins

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18203>>

## Defensoria Pública: expressão e instrumento da Democracia

Publicado em 16/05/2016

42

Por Isabella Faustino Alves

*“Em nenhum país do mundo, o método democrático pode perdurar sem tornar-se um costume. Mas pode tornar-se um costume sem o reconhecimento da irmandade que une todos os homens num destino comum?”*

(Norberto Bobbio – *O Futuro da Democracia*)

Com a reconstrução da democracia no Brasil, após 21 anos de ditadura militar, a Constituição Federal vigente fundou a Defensoria Pública, instituição que considera, a um só tempo, instrumento e expressão da democracia, cuja definição clássica consiste em governo do povo.

Em razão do ideal que a democracia se propõe a alcançar, o povo deve ser compreendido não apenas como um todo, mas, sobretudo, dentro das especificidades de grupo, no qual se destacam os hipossuficientes e os vulneráveis, destinatários da assistência integral e gratuita garantida pela Constituição, por intermédio da Defensoria Pública.

Os Defensores Públicos, membros dessa instituição, exercem parcela do dever-poder estatal, resultante do compromisso democrático firmado em 1988, como agentes políticos de transformação social – o que compreende, muito além do acesso ao Judiciário, a difusão e a conscientização acerca



dos direitos humanos e da cidadania, a promoção da educação em direitos e, ainda, a primazia da solução autocompositiva dos litígios – de modo a contribuir, de maneira efetiva, para a erradicação da pobreza e da marginalização; para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e pluralista, que assegure a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social – valores que a democracia pretende realizar.

Enquanto governo do povo, o regime democrático funda-se em princípios tais como a igualdade, a liberdade e, notadamente, a dignidade humana – o que coincide com o mister da atuação dos Defensores Públicos, a quem compete a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Ao contrário disso, a sociedade na qual nem todos têm amplo acesso ao exercício de direitos se distancia do regime democrático, porquanto *elege* aqueles que reputa dignos de figurar como sujeitos de direitos a partir de critérios econômicos, sociais, etários, raciais, de gênero ou de outro parâmetro discriminatório, apartado da noção de povo.

A sociedade ideal, subjacente aos governos democráticos, cuja construção deve ser perseguida em toda e qualquer atuação da Defensoria Pública, é pluralista, e contempla os menos favorecidos, os vulneráveis e as minorias, visto que, nas democracias, todos os grupos, ou parcela de um grupo, têm direito a voz e fazem jus ao primeiro de todos os direitos, que, na lição de Hannah Arendt, consiste no direito a ter direitos.

Por seu compromisso ideológico e por sua razão de ser atrelada à causa dos excluídos, a defesa da democracia é tarefa primeira da Defensoria Pública, uma vez que essa instituição só existe em decorrência da democracia. Assim, defender a democracia consiste em sua missão primordial, porquanto dela depende o exercício de todas as suas demais funções, na construção da sociedade com a qual o povo (os menos favorecidos, os vulneráveis, as minorias, os marginalizados), detentor de todo o poder, um dia sonhou, e que espera ainda sua concretização.

**Isabella Faustino Alves** é defensora pública e Coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Disponível em :<<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18387> >

## A pele que não habito: um convite à alteridade

Publicado em 31/05/2016

Por Isabella Faustino Alves

Tomando de empréstimo o título do gênio espanhol, é preciso pensar, para além das mazelas que sentimos “na própria pele”, e que decorrem, sobretudo, de condições socioculturais e econômicas, do que (não) nos leva a compartilhar da luta contra a opressão e a injustiça vivenciadas por aqueles que estão na pele que não habitamos.

Refletir sobre as dores suportadas por aquele que está em condição, circunstância ou contexto distinto daquele em que nos achamos é, a um só tempo, expressão e ponto de partida para a compreensão da alteridade e da empatia, essa capacidade de se colocar no lugar do outro, nas

relações interpessoais, e de se identificar com o diferente – que, em última análise, consiste em qualidade e potencialidade humana de transcender sua própria condição e se projetar para o outro, compartilhando de sua conjuntura, suas limitações e conflitos, e de suas dores.

O que leva um branco a militar pela efetiva igualdade racial; como hetero, a empunhar a bandeira pelo respeito às várias manifestações da sexualidade humana; como homem, a empreender a luta contra a cultura patriarcal, a ideologia machista, e a misoginia?

Evidentemente, o pertencimento à raça humana, essa condição comum a todos, que, por si só, faz (ou deveria fazer) com que nos solidarizemos com o sofrimento de outro ser humano, qualquer que seja o contexto de opressão, violência ou injustiça vivenciada.

Apesar da obviedade do raciocínio, a grande questão é: O que me impede, como pessoa humana, de batalhar pela efetiva igualdade racial e de gênero e, de modo geral, pela igualdade de direitos, na prática, entre todos?

Permitam-me uma retificação. Em verdade, o grande óbice à alteridade, nos dias atuais – de individualismo extremado, de competição em todas as searas, de polarização e acirramento dos ânimos – não parece ser a resistência explícita à causa do outro, mas, sobretudo, a apatia, que vem substituindo a empatia, em tempos de modernidade líquida.

Já se disse que mais grave do que o grito dos maus é o silêncio dos bons. Com a expressa ressalva ao maniqueísmo explícito na assertiva, a experiência cotidiana nos mostra que, de fato, a indiferença com a causa daquele com o qual não compartilho da experiência – por ser de outro sexo, de outra raça, de outro credo, ou de classe social distinta, etc– é o maior dos obstáculos à transformação social verdadeira, à consolidação da democracia e dos direitos humanos e, notadamente, à construção de uma cultura de paz.

Sobre as razões para essa apatia, essa ausência de alteridade, a resultar na insensibilidade à causa do diferente, lamentavelmente, tenho mais questionamentos do que respostas. Mais dúvidas (e indignação) ainda quando a omissão vem daqueles que assumiram expressamente o compromisso e/ou que ocupam posição – assumida voluntariamente – de lutar incansavelmente contra a cultura machista, racista, fundamentalista, homofóbica e opressora das minorias e das classes sociais menos favorecidas: é dizer, contra a (so)negação de direitos.

Nesse contexto de inquietações diversas, como certeza exsurge apenas a de que a cultura de paz à qual aspiramos não virá antes do reconhecimento da irmandade que nos une a todos, pessoas humanas, num destino comum. E isso implica, necessariamente, colocar-me na pele que não habito.

**Isabella Faustino Alves** é Defensora Pública. Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Conselheira Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Estado do Tocantins). Especialista em Direito Constitucional e Direito do Estado. Integra o Coletivo Defensores Públicos pela Democracia.

Disponível em :<<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18637> >

### 5.3 REPORTAGENS

## Decisão judicial determina a instalação de rede elétrica no Setor Universitário, em Palmas

Publicado em 09/05/2016

Por Alessandra Bacelar



A Energisa tem um prazo de 30 dias para apresentar ao município de Palmas a documentação e os projetos pertinentes à instalação da rede elétrica referente ao Setor Universitário, Loteamento Taqurussu, 2ª Etapa, com especial ênfase para as chácaras/lotês nº 75 e 85, situado à Rodovia TO 050, subtrecho Palmas-TO à Taquaralto-TO, nas adjacências do Jardim Aurenny-IV.

A decisão judicial deu-se a partir de ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins – DPE-TO, por intermédio do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e do Núcleo de Ações

Coletivas, a qual requereu o fornecimento de energia elétrica no referido Setor e, ainda, a regularização fundiária da área, pedido esse formulado contra o Município de Palmas.

A propriedade daquela área era particular e foi loteada de maneira indevida/irregular, razão pela qual o município deveria fornecer a infraestrutura, entre elas, a instalação de rede elétrica.

Para o juiz Frederico Paiva Bandeira de Souza, analisando a Constituição Federal e decisão do Superior Tribunal de Justiça, a despeito de eventual irregularidade na constituição do loteamento, o certo é que a situação não obsta o fornecimento de energia elétrica, cujo serviço público é considerado essencial, e deve ser prestado para que seja garantido ao menos o mínimo existencial para a sobrevivência digna do cidadão. “Neste contexto, é possível verificar, a priori, a probabilidade do direito dos moradores da área loteada indevidamente, para justificar a concessão da liminar ora pleiteada e determinar que o ente municipal e a concessionária de energia elétrica providenciem a instalação da rede elétrica na localidade. O perigo de dano, neste caso, é presumido, pois, conforme mencionado anteriormente, a energia elétrica é bem essencial e sua ausência fere cruelmente princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da moradia”.

Na decisão foi determinado que a Energisa tem 60 dias para realizar a instalação da rede de distribuição e alimentação energética e em caso de descumprimento, foi fixada multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e dado prazo de 30 dias para contestação por parte do município de Palmas e 15 dias para a Energisa.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18244>>

## Combate ao trabalho escravo em foco

Publicado em 13/05/2016

Por Cinthia Abreu

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Há no Brasil um significativo contingente de pessoas que vivem em circunstâncias degradantes, sujeitadas ao trabalho escravo. Apesar de ter sido formalmente abolido através da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, ou seja, há exatos 128 anos, ainda há milhares de pessoas que continuam trabalhando em condições análogas a de escravo. O Tocantins é considerado atualmente como um dos estados com maior incidência de trabalho escravo, especialmente nas áreas de pecuária, carvoaria e lavoura.



Para tentar combater tais índices e, conseqüentemente, o trabalho escravo contemporâneo e promover os direitos dos trabalhadores tocantinenses são realizadas constantes ações no Estado com participação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, especialmente por iniciativa da Coetrae-TO - Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Tocantins, um grupo formado por diversas instituições e órgãos, presidido pela Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça e com participação da Defensoria Pública do Tocantins, por intermédio do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.

## Oficina

No dia 30 de maio, no campus da Unirg, em Gurupi, a Coetrae-TO realiza uma programação especial para os servidores públicos, a Oficina Sobre Trabalho Escravo Contemporâneo. De acordo com a defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH, o convite é estendido aos servidores da Defensoria Pública do Tocantins da região Sul e Sudeste e o objetivo é de aperfeiçoar e sensibilizar quanto à identificação de situações análogas à de escravo, o que deve contribuir para um controle mais efetivo do quantitativo das denúncias de violação de direitos humanos no Tocantins e, conseqüentemente, para a criação de mecanismos que viabilizem o efetivo combate ao trabalho escravo contemporâneo. Além da oficina, outras ações estão programadas pela Coetrae-TO com o intuito de promover a erradicação do trabalho escravo. Ainda no dia 30 de maio, haverá audiência pública convocada pelo MPF – Ministério Público Federal, que prevê assinatura de termo de cooperação entre as autoridades locais.

Conforme Isabella Faustino, a despeito da escravidão formal ter sido abolida pela Lei Áurea, há 128 anos, remanesce a escravidão sob novas formas, o trabalho escravo contemporâneo. “O direito ao trabalho digno, consectário da dignidade humana, enquanto expressão dos direitos humanos mais fundamentais deve ser promovido incessantemente, inclusive, por meio do combate eficiente ao trabalho análogo ao do escravo”, considera. A Defensora Pública reforça que as pessoas em situação análoga à do escravo são justamente os hipossuficientes e necessitados, Assistidos da Defensoria Pública, “o que ressalta a importância da instituição contribuir, de maneira efetiva, para a erradicação do trabalho escravo.”

## Trabalho escravo

No Brasil, o trabalho análogo ao de escravo, ou “análogo à escravidão”, inserido no artigo 149 do Código Penal, caracteriza-se por condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais e coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manutenção da pessoa no trabalho por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito, que o mantém no trabalho). Os elementos podem ser encontrados juntos ou isoladamente.

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo foi criada por decreto datado de 31 de julho de 2003 e tem como objetivo coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, competindo-lhe, ainda, acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país. No Tocantins, existe o Coetrae-TO - Comitê o Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18372> >

## **Ação Civil Pública pede melhorias para a comunidade da Vila Agrotins**

Publicado em 16/05/2016

Por Cinthia Abreu



A DPE- TO - Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do DPAGRA - Núcleo da Defensoria Pública Agrária e NDDH - Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar a concessão da antecipação de tutela em benefício dos atuais ocupantes da chamada Vila Agrotins. O objetivo é obrigar o Itertins - Instituto de Terras do Tocantins - a promover a regularização fundiária das famílias em situação de vulnerabilidade, que ocupam a área denominada de lote 03/02, localizada no loteamento

Centro Agrotecnológico de Palmas (Agrotins), seja através da legitimação de posse ou da regularização da ocupação, de modo a resguardar o direito social à moradia e de acesso à terra para trabalho.

No local faltam serviços públicos essenciais e sobra a insegurança devido à falta de regularização da área e a existência de uma ação de reintegração de posse movida por particulares em face da coletividade que vive e trabalha na área. A ação pede que se declare nulo o ato administrativo que deu origem ao título definitivo de domínio concedido aos particulares, de forma a suspender as ações possessórias movidas pelos beneficiários do ato administrativo nulo. A titulação da terra é questionada pelos ocupantes, por ter sido feita de forma irregular, por isso pleiteiam o cancelamento administrativo do título atual, sendo que há, inclusive, parecer favorável emitido pela PGE - Procuradoria Geral do Estado, pelo reconhecimento do vício da concessão do domínio, e pelo caráter público da área.

Assinam a ação os defensores públicos Pedro Alexandre Conceição, coordenador do DPAGRA; Isabella Faustino, coordenadora do NDDH - Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, e Arthur Luiz Pádua Marques, Defensor Público responsável pela atuação junto às varas da Fazenda Pública de Palmas/TO. Segundo Pedro Alexandre, a Defensoria Pública vem tentando pela via negocial buscar uma solução amistosa para o conflito. Todavia, diante da injustificável demora dos órgãos da administração pública, não resta alternativa à DPE-TO senão buscar as medidas judiciais adequadas.

### **Entenda o Caso**

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Desde junho do ano de 2013 cerca de 140 famílias, com a presença de mulheres, idosos e crianças, ocupam área denominada de lote 03/02, localizada no loteamento Centro Agrotecnológico de Palmas, ao qual se deu o nome de Vila Agrotins. Em ocupação pacífica, as famílias começaram a explorar o solo da região, produzindo hortifrutigranjeiros na terra, e obtendo o seu sustento, dando, assim, função social e econômica à área. Não existe junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Palmas registro referente ao imóvel denominado de lote 03/02 do loteamento Centro Agrotecnológico de Palmas (Agrotins). Deste modo, a área em questão está abarcada dentre aquelas terras devolutas do Estado.

Assim, a regularização fundiária da área não tem efeitos somente em relação às 140 famílias que a ocupam, mas atinge a toda cidade de Palmas, na medida em que os agricultores compõem o chamado cinturão verde, sendo que os produtos hortifrutigranjeiros cultivados contribuem com o abastecimento do mercado consumidor da capital. Porém, tais famílias têm sido tratadas de forma marginalizada, não recebendo atenção por parte do Poder Público, vivendo ainda em situação de insegurança jurídica.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18418> >

## **OAB e Defensoria promovem seminário “Maternidade e Política”: o evento ocorre a partir das 19 horas no auditório da Defensoria Pública do Tocantins, em Palmas, nesta segunda.**

Publicado em 23/05/2016

48

Por CledistonAncelmo



A OAB-TO – Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins, e a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins promovem nesta segunda-feira, 23 de maio, o seminário “Maternidade e Política: Repensando o Papel da Mulher na Sociedade”. O evento ocorre a partir das 19 horas no auditório da Defensoria Pública do Tocantins, em Palmas.

A atividade será certificada pela ESA – Escola Superior de Advocacia. Na ocasião, o presidente da OAB-TO, Walter Ohofugi, vai lançar o Plano “+Mulheres na Política Tocantinense”. O evento terá duas palestras –

uma sobre a participação da mulher na política e outra sobre violência obstétrica.

As inscrições podem ser feitas no endereço [www.oabto.org.br](http://www.oabto.org.br). Para operadores de Direito será necessário levar uma linha de crochê nº 6. Servidores e estudantes, um pacote de absorvente íntimo. As doações serão direcionadas às unidades penitenciárias femininas do Estado do Tocantins.

A realização do evento conta com a participação de três núcleos da DPE-TO, o NUSA – Núcleo de Defesa da Saúde, o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, e do NUDEM – Núcleo de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher. Pela a OAB-TO, a promoção é da CMA - Comissão da Mulher Advogada e da ESA - Escola Superior de Advocacia.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Confira, abaixo, a programação completa do seminário:

## **SEMINÁRIO MATERNIDADE E POLÍTICA:**

### **Repensando o Papel da Mulher na Sociedade**

Data: 23 de maio de 2016

Local: Auditório da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Palmas/TO

Horário: das 19h às 22h30

Promoção : Núcleo Especializado de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Palmas/TO, Comissão da Mulher Advogada (CMA) e Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins (OAB/TO)

Coordenadoras do Evento: Profa. Dra. Gisela Maria Bester (Diretora-Geral da ESA/TO), Profa. Ma. Letícia Bittencourt (Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/TO), Dra. Emileny Lázaro (Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/TO), Dra. Vanda Sueli Machado de Sousa Nunes (Coordenadora do Nuden - Núcleo Especializado de Promoção a Defesa dos Direitos da Mulher) da DPE/TO e Dra. Denize Souza Leite (Defensoria Pública do Estado do Tocantins).

Comissão Organizadora: Integrantes da Comissão da Mulher Advogada OAB/TO, Integrantes da ESA – Escola Superior da Advocacia do Tocantins, Membros da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Inscrições: <http://www.oabto.org.br/>

Com certificação de 4h conferida pela Escola Superior da Advocacia da OAB/TO, mediante prévia inscrição online e assinatura na lista de presenças, no local do evento.

Para inscrições: a doação de linha de crochê nº 6, se profissional, ou, no caso de estudante, 01 pacote de absorvente íntimo. As doações serão direcionadas às unidades penais femininas do Estado do Tocantins.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18543> >

49

## **NDDH lança Campanha e informativo especial no mês da Defensoria**

### **A Defensoria Pública do Tocantins quer saber como a população defende os direitos humanos no dia a dia**

Publicado em 24/05/2016

Por Alessandra Bacelar

Nesta segunda-feira, 23, o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, lança uma edição especial do Informativo do Núcleo que reúne artigos, notas públicas, cartilhas, reportagens, informações sobre cursos, capacitações, dicas de filmes, novidades legislativas, ementas de estudos, banco de petições e artigos, questões de

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

concurso, contatos úteis e, ainda, a participação em atividades ligadas a comitês, comissões e conselhos estaduais.

O material será disponibilizado na página do NDDH no site institucional para que todos tenham acesso. Para isso basta acessar o endereço eletrônico <http://ww2.defensoria.to.gov.br/pagina/16972>.

De acordo com a coordenadora do NDDH, defensora pública Isabella Faustino Alves, a intenção do informativo é difundir os direitos humanos, estimulando o interesse, a reflexão e a discussão sobre essa temática, de relevância para todos.



“A promoção dos direitos humanos é notabilíssima atribuição da Defensoria Pública, cuja atuação pauta-se, antes de tudo, na exigência da observância e do respeito aos direitos e garantias fundamentais, que nada mais são do que os direitos humanos positivados no plano interno. Promover os direitos humanos é contribuir para uma efetiva transformação social, que não se funda no medo de punições, mas na consciência acerca da dignidade inerente a todos os seres humanos pelo só fato de existirem como tais.”

O Núcleo adotou como uma das atividades institucionais a elaboração de informativos com a periodicidade bimestral, no qual são disponibilizados materiais com foco na promoção e conscientização sobre os direitos humanos e na educação em direitos.

## Campanha Direitos Humanos: Eu Defendo

A Defensoria Pública quer saber como você defende os direitos humanos no seu cotidiano. A resposta deve ser em vídeo, gravada no celular, na horizontal, com até 1 minuto de duração e enviada para o endereço eletrônico [nddh@defensoria.to.gov.br](mailto:nddh@defensoria.to.gov.br). Os melhores vídeos serão divulgados semanalmente na página eletrônica do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e utilizados na produção de um curta-metragem, a ser lançado no dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.

### O que são os direitos humanos

A Organização das Nações Unidas define os direitos humanos como “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”.

De acordo com o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o fundamento dos direitos humanos situa-se na dignidade humana. Assim, todo ser humano é titular de tais direitos tão somente por existir.

Dentre as características dos direitos humanos, tem-se: a) essencialidade (são inerentes a todos os seres humanos); b) universalidade (alcançam todos os seres humanos, sem distinções); c) historicidade (apresentam natureza histórica e resultam das muitas lutas da humanidade pelo reconhecimento e efetivação desses direitos); d) inexauribilidade (são inesgotáveis, podendo ser ampliados a qualquer tempo); e) imprescritibilidade (não se perdem com o passar do tempo); f) irrenunciabilidade (não são passíveis de renúncia, pois ninguém pode abrir mão da própria natureza) e g) efetividade (o Estado deve criar mecanismos coercitivos aptos a sua efetivação).

Além da Declaração Universal dos Direitos do Homem, destacam-se os nove principais tratados da Organização das Nações Unidas acerca dos Direitos Humanos, quais sejam: 1) o Pacto

Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; 2) o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; 3) Discriminação Racial; 4) Discriminação contra as Mulheres; 5) Direitos da Criança; 6) Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, 7) Direitos dos Trabalhadores Migrantes; Desaparecimentos Forçados e 9) Direitos das Pessoas com Deficiência.

## O que é o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos?

É um Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Tocantins que tem como atribuições receber e apurar representações que contenham denúncias individuais ou coletivas de violação dos direitos humanos; notificar as autoridades e tomar as providências necessárias para cessar os abusos praticados, bem como representar às autoridades competentes, a fim de que apurem e evitem qualquer ato de violação de direitos humanos; propor, monitorar e avaliar as questões relativas a direitos humanos no âmbito das atribuições da Defensoria Pública; coordenar o acionamento de Cortes Internacionais em casos de violação de direitos humanos. Também atua em conjunto com a sociedade civil nos mais diversos Conselhos Estaduais de Direitos e promove os direitos humanos por meio da divulgação e conscientização a respeito dos direitos humanos e das garantias fundamentais. É responsável, ainda, por contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18583>>

## Empossados os Conselheiros Estaduais de Defesa dos Direitos Humanos: solenidade foi realizada na sede da Defensoria Pública em Palmas.

51

Publicado em 24/05/2016

Por CledistonAncelmo



Os novos membros do CEDDH-TO – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos foram empossados nesta terça-feira, 24, pela secretária Estadual da Cidadania e Justiça, Gleidy Braga Ribeiro, durante solenidade realizada na sede da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas. Os conselheiros foram eleitos no dia 8 de abril de 2016 para um mandato de dois anos.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos é um órgão deliberativo e de caráter permanente, e tem como função elaborar, coordenar e fiscalizar a Política Estadual de Direitos Humanos. O conselho é composto por 18 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, representantes de entidades do poder público e da sociedade civil organizada.

O representante do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Cristian Ribas, prestigiou a solenidade. Segundo ele, o Brasil vive um momento difícil e o papel do conselho é fundamental nesse instante. “A gente só consegue uma cultura de direitos humanos com democracia. Sem ela não há direitos humanos”, afirmou Ribas.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

A defensora pública Isabella Faustino, coordenadora do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO, foi reconduzida como membro do Conselho, representando a Instituição. “A Defensoria vai continuar fazendo parte desse importante espaço democrático que é o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. Um conselho paritário que tem na sua formação pessoas que se dedicam à causa dos direitos humanos nas mais diversas áreas”, ressaltou a defensora pública.

Para a secretária Estadual da Cidadania e Justiça, Gleidy Braga, esse diálogo com a sociedade civil e também de outras instituições que acompanham os temas dos direitos humanos é essencial. “O Conselho é um espaço de participação social. O que nós desejamos é que ele tenha autonomia e que possa colaborar nessa agenda de políticas públicas”, afirmou a secretária.

Logo após a solenidade, os membros do Conselho se reuniram para a primeira reunião de trabalho, onde foi eleita a mesa diretora. Para presidir o CEDDH foi eleito Romeu Aloísio Feix, representante da Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes. A vice-presidente será Judite da Rocha, representante da ADPRATO – Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins. E a secretária do Conselho será Maria Vanirllidio, da Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça. O mandato dos membros é de dois anos.

“A gente assume com bastante ânimo porque é um Conselho que vem fortalecido. Acredito que a gente possa fazer um bom trabalho. O grande desafio é construir um Plano Estadual de Direitos Humanos. Além disso, precisamos fazer um bom diagnóstico da realidade dos direitos humanos no Tocantins”, afirmou o presidente do CEDDH, Romeu Aloísio Feix.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18587>>



52

**Gurupi recebe oficina e audiência pública sobre trabalho escravo na próxima segunda-feira: eventos vão acontecer no Centro Universitário Unigr a partir das 8 horas**

Publicado em 24/05/2016

Por Clédiston Ancelmo e Cinthia Abreu

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016



Na próxima segunda-feira, 30, o Centro Universitário Unirg, em Gurupi, vai sediar uma programação especial de combate ao trabalho escravo contemporâneo e de promoção aos direitos dos trabalhadores tocantinenses.

A realização é da COETRAE – Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, grupo formado por diversas instituições e órgãos, presidido pela Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça que conta com participação da DPE-TO – Defensoria Pública do Tocantins, por intermédio do NDDH – Núcleo de

Defesa dos Direitos Humanos.

Pela manhã, das 8 às 12 horas, acontece uma Oficina Sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, voltada para os servidores públicos. De acordo com a defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH, o convite é estendido aos servidores da Defensoria Pública do Tocantins da região Sul e Sudeste e o objetivo da participação da instituição é a qualificação dos servidores para a identificação de situações em que o assistido esteja em condição análoga à de escravo, o que deve contribuir para a atuação da Defensoria Pública junto aos órgãos competentes para o resgate desse trabalhador, bem como para um controle mais efetivo das denúncias de violação de direitos humanos no Tocantins e, conseqüentemente, para a criação de mecanismos que viabilizem o efetivo combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Além da oficina, outras ações estão programadas com o intuito de promover a erradicação do trabalho escravo. Ainda no dia 30 de maio, das 14 às 17 horas, haverá audiência pública convocada pelo MPF – Ministério Público Federal, que prevê assinatura de termo de cooperação entre as autoridades locais. O evento será aberto ao público.

## Trabalho escravo

No Brasil, o trabalho análogo ao de escravo, ou “análogo à escravidão”, inserido no artigo 149 do Código Penal, caracteriza-se por condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais e que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manutenção da pessoa no trabalho por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito, que o mantém no trabalho). Os elementos podem ser encontrados juntos ou isoladamente.

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo foi criada por decreto datado de 31 de julho de 2003 e tem como objetivo coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, competindo-lhe, ainda, acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país. No Tocantins, existe a COETRAE – Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18595>>

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## DPE-TO participa de capacitação e audiência pública sobre Trabalho Escravo: a capacitação visa sensibilizar defensores e servidores com a temática

Publicado em 01/06/2016

Por Clédiston Ancelmo e Cinthia Abreu



Membros e Servidores da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins participaram na manhã desta segunda-feira, 30, em Gurupi, de Oficinas sobre Trabalho Escravo realizada pela COETRAE-TO – Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Tocantins.

O objetivo da Oficina é aperfeiçoar e sensibilizar os Servidores Públicos quanto à identificação de situações análogas à de escravo, o que deve

contribuir para um controle mais efetivo do quantitativo das denúncias de violação de direitos humanos no Tocantins e, conseqüentemente, para a criação de mecanismos que viabilizem o efetivo combate ao trabalho escravo contemporâneo.

A capacitação visa sensibilizar defensores e servidores com a temática, uma vez que se trata do único órgão membro da comissão que possui unidades em todas as comarcas do estado. Segundo a analista jurídico Liz Marina Regis a ideia é estabelecer um protocolo defensorial a ser criado a partir das discussões com os Servidores e Membros da DPE-TO com a foco de canalizar as denúncias e suspeitas para o NDDH e a partir disso, seja feito os encaminhamentos aos órgãos de fiscalização.

Para a defensora pública Denize Souza Leite é necessário criar esses encontros de compartilhamento de informações e conscientização, pois quanto mais pessoas informadas sobre a definição de trabalho escravo e condições degradantes de trabalho, mais essa prática será combatida e menos trabalhadores serão explorados. “trabalho escravo é uma grave violação de Direitos Humanos pois atinge dois bens jurídicos tutelados, dignidade humana e liberdade” ressaltou.

São representantes da DPE-TO na COETRAE a defensora pública Isabella Faustino Alves, como titular, e a servidora Liz Marina Regis como suplente. Das oficinas participaram ainda o servidor Daniel Rodrigo Araújo e as defensoras públicas Silvania Pimentel, Lara Gomides e Chárlita Bezerra.

### Audiência Pública

Como segunda parte das atividades, foi realizada uma Audiência Pública para discutir a temática Trabalho Escravo, esclarecendo a população sobre o tema, que não só acontece na zona rural, mas



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

também na zona urbana no exercício de qualquer profissão. Da mesa de debates participaram a defensora pública Denize Souza Leite, a secretaria de cidadania e justiça, Gleyde Braga, Frei Xavier da Pastoral da terra, o procurador da república Walter José Mathias Júnior, Auditor Fiscal do Trabalho do Tocantins, Felipe Póvoa Araújo e o procurador do Trabalho Lincoln Roberto Nobrega Cordeiro.

## Denúncias

As denúncias quanto a qualquer atividade que seja análoga ao trabalho escravo podem ser feitas pelo Fale com NDDH - Núcleo de Direitos Humanos a Defensoria Pública Estadual no (63) 3218-6953, pelo telefone (63) 3218-6917, da Diretoria de Direitos Humanos da Secju, e pelo email [atendimentofiscal.to@mte.gov.br](mailto:atendimentofiscal.to@mte.gov.br), do Ministério Público do Trabalho. Tem ainda o Disque 100 do Governo Federal.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18629> >





# JUNHO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 6.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|           |  |
|-----------|--|
| 1/06      | Nota Pública sobre crise orçamentária noticiada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos;<br><br>Reunião com Jacob Augusto Ferreira para orientações sobre projeto de acessibilidade na DPE;   |
| 3/06      | Reunião do Comitê de Educação em Direitos Humanos;<br><br>Seminário: Violência contra a Mulher: Violação de Direitos Humanos<br>Organização de Palestra: Análise Sistêmica do Estupro Coletivo no Brasil<br><b>(atuação conjunta NUDEM, NDDH, NUDIS, NADEP e NUDECA);</b>  |
| 6/06      | Reunião de servidores dos Núcleos Especializados sobre padronização do uso do SOLAR;<br><br>Reunião com equipe de Comunicação da DPE – cartilha sobre diversidade religiosa;<br><br>Relatório Final das Oficinas do COETRAE sobre Trabalho Escravo;  |
| 7/06      | Reunião com equipe da organização do Seminário Educação em Direitos Humanos;   |
| 8/06      | Participação eventos: Audiência Pública sobre Revisão do Plano Diretor;<br><br>Relatório de Participação em Audiência Pública sobre Revisão do Plano Diretor;<br><br>Participação eventos: Audiência Pública sobre Violência Doméstica;<br><br>Relatório de Participação em Audiência Pública sobre Violência Doméstica; |
| 8 a 10/06 | <b>Organização e participação no Seminário Educação em Direitos Humanos: pela valorização da diversidade;</b>  |
| 10/06     | Apoio Operacional: encaminha modelo de ata de reunião ao DPAGRA;   |
| 14/06     | Participação em Oficina: Planejamento financeiro para Conselhos de Direitos;<br><br>Apoio Operacional: encaminha minuta de ACP sobre regularização fundiária à Defensoria Pública de Arraias;  |
| 17/06     | Reunião na FUNAI para tratar sobre os atendimentos coletivos nas aldeias (PROPAC 004/2014);  |
| 20/06     | <b>Organização e participação na II Reunião Aberta e Roda de Conversa</b>  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|              |  |
|--------------|--|
|              | <b>do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa;</b>  |
| <b>21/06</b> | Reunião no MPE sobre o CMAMT – Conselho Municipal de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte ( <b>atuação conjunta com o NUDECON</b> );<br><br><b>Denúncia de violação de direitos humanos</b> em estabelecimento prisional de Dianópolis. 3ª DP de Dianópolis noticia ao NADEP e NDDH via correio eletrônico. (Ofício NADEP nº 59/2016 à SECIJUS);                |
| <b>23/06</b> | Apoio Operacional: encaminha material informativo para subsidiar palestra da Dra. Elydia Leda em Workshop sobre Tráfico de Pessoas;  |
| <b>24/06</b> | Reunião do COEDE – Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência;  |
| <b>27/06</b> | Reunião do CEDDH – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;   |
| <b>28/06</b> | Reunião Interconselhos sobre orçamento anual e plano de metas;   |
| <b>29/06</b> | Apoio Operacional: encaminha levantamento de ações judiciais sobre retificação ou suprimento ou restauração de registro civil para a 15ª Defensoria Pública da Capital ( <b>atuação conjunta com a 15ª Defensoria Da Capital</b> );<br><br>Apoio Operacional: encaminha modelo de Incidente Coletivo de Excesso/Desvio de Execução à Defensoria Pública de Guaraí; |
| <b>30/06</b> | Palestra em Workshop sobre Tráfico de Pessoas no Departamento de Polícia Federal do Tocantins, Dra. Elydia Leda representou o NDDH no evento e a estagiária Tatiane Medeiros participou como ouvinte;<br><br>Reunião da COETRAE – Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo no Tocantins.  |
|              | <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>   |
| <b>25</b>    | Correio eletrônico – nº 138 a 163  |
| <b>0</b>     | Memorandos   |
| <b>0</b>     | Ofícios  |
| <b>0</b>     | Ofícios Conjuntos  |
| <b>0</b>     | Carta Convite  |
|              | <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b>  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

16.0.000001732-2 – Organização de evento.

15.0.000003723-8 – *Relatórios de Atividades do NDDH*

## 6.2 NOTA PÚBLICA

### NOTA PÚBLICA

Publicada em 01/06/2016

O Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos – NDDH da Defensoria Pública do Tocantins, tendo em vista a atribuição constitucional outorgada à Defensoria Pública de promoção dos direitos humanos (art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil), a qual compreende a postulação perante os órgãos dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos (art. 4º, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública), e considerando que o Brasil é membro da Organização dos Estados Americanos e signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos – destacando-se seu compromisso constitucional com a prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais (artigo 4º, inciso II, CRFB) e com a formação de instâncias internacionais de proteção a Direitos Humanos (artigo 7º do ADCT) – vem manifestar preocupação com a grave crise orçamentária noticiada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o que afetará o cumprimento de suas funções e atribuições (previstas no Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, aprovado pela resolução AG/RES. 447, adotada pela Assembleia Geral da OEA, em seu Nono Período Ordinário de Sessões, realizado em La Paz, Bolívia, em outubro de 1979).

59

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos, responsável pela apuração de casos individuais de violação a direitos humanos e pelo monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados Membros.

Nesse contexto, a Defensoria Pública do Tocantins, por seu Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, manifesta apoio ao apelo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de que os Estados Membros assumam sua responsabilidade com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sobretudo mediante o aumento do orçamento do Fundo Ordinário da OEA, com vistas a atribuir à CIDH e ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos em geral os recursos necessários para o cumprimento de suas atribuições, ao tempo em que reforça o pleito ao Estado Brasileiro no sentido de que, na condição de liderança regional, destine especial atenção ao fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

A Defensoria Pública – instituição que tem como objetivos a primazia da dignidade da pessoa humana; a afirmação do Estado Democrático de Direito e a prevalência dos Direitos Humanos – reafirma que o Estado Democrático fundado pela Constituição Cidadã de 1988 funda-se no postulado da dignidade humana, o que implica atenção constante ao fortalecimento dos órgãos regionais do Sistema Interamericano, como demonstração do compromisso do Estado Brasileiro com a proteção dos direitos humanos.

**Isabella Faustino Alves**

Defensora Pública - Coordenadora do NDDH

**Denize Souza Leite**

Defensora Pública - Coordenadora Auxiliar do NDDH

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18652>>

## 6.2 REPORTAGENS

### Seminário foca Educação em Direitos Humanos

Publicado em 01/06/2016

Por Cinthia Abreu



A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins é parceira na realização do Seminário de Educação em Direitos Humanos, que acontecerá nos dias 8, 9 e 10 de junho na sede da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Tocantins (OAB/TO), em Palmas, a partir das 16 horas. O tema deste ano é “Pela Valorização da Diversidade Humana” e a programação vai contar com conferências, mesas redondas, debates, grupos de trabalho e plenárias.

Além da DPE-TO, são parceiros neste evento as secretarias Estaduais de Cidadania e Justiça (Seciju),

Educação (Seduc); o Centro dos Direitos Humanos de Palmas (CDHP); Fundação Universidade do Tocantins (Unitins); Instituto Federal do Tocantins (IFTO); Colégio Marista; Comissão Dominicana de Justiça e Paz; Fórum Estadual de Educação; Prefeitura de Palmas; e Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Tocantins (OAB Tocantins).

#### NDDH

A Defensoria Pública do Tocantins tem uma atuação forte no campo dos Direitos Humanos, através do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, coordenado pela defensora pública Isabella Faustino Alves. O Núcleo tem o intuito de promover os direitos humanos por meio da divulgação e conscientização a respeito dos direitos humanos e das garantias fundamentais. O NDDH é responsável, ainda, por contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais. De acordo com Isabella, o objetivo do Seminário de Educação em Direitos Humanos é levar para reflexão e discussão a Educação em Direitos Humanos, buscando a valorização da diversidade humana, além de debater sobre o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.

#### Participe

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

O seminário oferece 150 vagas para Educação Básica, 40 para Educação Superior, 40 para a Educação Não Formal, 40 para o Sistema de Justiça e Segurança, e 30 vagas para profissionais da área da Comunicação, totalizando 300 vagas.

Seguem os links das inscrições:

Educação Básica: <https://www.unitins.br/Eventos/E018Participacao/Create?>

Educação Superior: <https://www.unitins.br/Eventos/E018Participacao/Create?>

Educação não-formal: <https://www.unitins.br/Eventos/E018Participacao/Create?>

Sistema de justiça e segurança: <https://www.unitins.br/Eventos/E018Participacao/Create?>

Comunicação: <https://www.unitins.br/Eventos/E018Participacao/Create?>

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/18654>>

## Defensoria sedia Roda de Conversa sobre Diversidade Religiosa nesta segunda-feira: a Roda de Conversa é aberta ao público e está marcada para às 14 horas no auditório da DPE-TO em Palmas

Publicado em 17/06/2016

Por Clediston Ancelmo



A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins vai sediar nesta segunda-feira, 20, a 2ª Reunião Aberta do COERDR - Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa – COERDR. Na ocasião será realizada uma roda de conversa sobre diversidade religiosa. O evento será no auditório da Instituição a partir das 14 horas.

A roda de conversa é uma proposta do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa, vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, com objetivo de debater a questão a partir das situações de intolerância religiosa ocorridas no Estado. O NDDH – Núcleo Especializado de Direitos Humanos da DPE-TO é membro do COERDR e busca fortalecer as ações de combate à intolerância e disseminar uma cultura de paz, democracia e direitos humanos.

Na oportunidade, três palestrantes compartilharão um pouco de sua história e da história da religião. Rosângela Bazaia, membro do Comitê, representa a Sociedade Islâmica El Shaimah que falará sobre o Islamismo; Pastor Ricardo Varga Mora, da Igreja Presbiteriana que vai tratar sobre o Cristianismo; Dr. Heber Renato Paula Pires, que vai trazer o tema Judaísmo; e a Profa. Dra. Mirian Tesserolli, Professora do Curso de História em Porto Nacional, falará sobre a relação entre as religiões, as influências em nossa sociedade e como o Professor deve lidar com assunto.

A reunião é aberta e qualquer pessoa pode participar das discussões.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19061>>

## Diversidade religiosa é tema de roda de conversa na Defensoria Pública: objetivo foi debater sobre o respeito à diversidade religiosa a partir das situações de intolerância ocorridas no Estado

Publicado em 21/06/2016

Por Rose Dayanne Santana



Integrantes do COERDR - Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa, e seguidores de diversas orientações religiosas participaram nesta segunda-feira, 20, de uma roda de conversa com objetivo de debater sobre o respeito à diversidade religiosa a partir das situações de intolerância religiosa ocorridas no Estado, no auditório da Defensoria Pública, em Palmas. A Instituição é membro do COERDR, por meio NDDH – Núcleo Especializado de Direitos

Humanos da DPE-TO.

A Roda de Conversa trouxe como foco o debate sobre religiões de origem abraâmicas, e na ocasião representantes dos seguimentos religiosos trouxeram alguns aspectos históricos das religiões, construções e crenças, entre eles, Rosângela Bazaia e El Shaimah, da religião Islâmica, o pastor Ricardo Vargas Mora, da Igreja Presbiteriana, que falou sobre o Cristianismo, e Heber Renato Paula Pires, que falou sobre a religião Judaica. “Foi boa oportunidade onde nós expusemos nossos pontos de vistas, falamos sobre nossas religiões e mostramos que não existem diferenças”, destacou a Rosângela Bazaia.

Após as explanações dos convidados, os participantes puderam interagir, fazendo perguntas e comentários sobre o que foi exposto, e ainda pontuando sobre as religiões que seguem.

Essa foi a primeira roda de conversa e a ideia do Comitê é realizar outras com palestrantes de outras orientações religiosas. Para o NDDH, é muito importante a participação da sociedade civil e de órgãos públicos no fortalecimento e na elaboração de diretrizes e políticas públicas estaduais, que visem assegurar os Direitos Humanos.

### COERDR

O COERDR - Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa do Tocantins (CEDR/TO) foi instituído pela Portaria nº 259, de 03 de junho de 2015, da Sedeps - Secretaria Estadual de Defesa e Proteção Social, atualmente Secretaria de Cidadania e Justiça. Trata-se de um órgão consultivo, deliberativo, propositivo, fiscalizador e de caráter permanente que objetiva favorecer a promoção do direito à diversidade religiosa, o combate à intolerância e a proteção contra violações de direitos humanos por motivação religiosa no Estado do Tocantins, para a



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

construção de uma sociedade pluralista e democrática, para a construção de uma cultura de paz fundada no reconhecimento e respeito às diferenças crenças e convicções. A Defensoria Pública do Estado do Tocantins compõe membro do Comitê, por intermédio do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, que conta ainda com a participação de outras instituições e órgãos públicos e movimentos sociais.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19198>>



63

## Defensoria Pública participa de discussão sobre tráfico de pessoas no Tocantins: representando a DPE-TO, a defensora pública Elydia Leda Monteiro explanou sobre esse mal que assola o mundo

Publicado em 01/07/2016

Por Rose Dayanne Santana



Nesta quinta-feira, 30, várias instituições, entre elas a DPE-TO – Defensoria Pública do Tocantins, se reuniram no auditório da Justiça Federal em Palmas para debater sobre o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas no Estado, durante Workshop realizado pela Polícia Federal no Tocantins, em execução da Operação Spartacus III, e em apoio à Campanha Coração Azul da ONU – Organização das Nações Unidas.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Representando a DPE-TO e o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, a defensora pública Elydia Leda Monteiro explanou sobre esse mal que assola não só o país, mas o Estado e também o mundo, tendo em vista os números referentes ao tráfico de pessoas, trazendo uma abordagem baseada no viés dos Direitos Humanos, como tem ou não tem trabalhado dentro desse tema.



Segundo a Defensora Pública, quando se fala em enfrentamento do tráfico de pessoas, dentro do sistema de Direitos Humanos é preciso considerar três prismas, que são a prevenção, o atendimento às vítimas e a repressão, e ainda deve-se considerar que eles não são trabalhados em escala, pois um não exclui outro e só funciona quando atuam juntos.

“Esses três prismas são basiladores do enfrentamento do tráfico, para muito além de reprimir e punir, é preciso considerar a questão da vítima, a falta de condições dela, e principalmente o seu acolhimento. A vulnerabilidade social anda de mãos dadas com as vítimas do tráfico, e elas, na maioria das vezes, têm receio de denunciar esse esquema. Pois as estratégias de aliciamento são muito requintadas, inclusive elas têm um corpo de manutenção perto das unidades onde as famílias das vítimas estão. Não são só elas, a conta não é só delas, é também dos familiares. E ainda tem o obstáculo de retornar ao país, a sua cidade, sem condições de emprego e renda”, explicou a Defensora Pública.

Ao pontuar sobre a rede de enfrentamento, Elydia Leda ponderou sobre alguns avanços nas políticas públicas, citando o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e ainda falou sobre a fragilidade da rede em atender as vítimas, principalmente das instituições de defesa, entre elas, as Defensorias Públicas, uma vez que essas vítimas continuam invisíveis e a demanda não chega à Instituição.

“As vítimas do tráfico de pessoas não chegam às portas da Defensoria Pública, ao contrário dos outros casos, das outras áreas de atuação que nós temos. Nós estamos falando de vítimas que sequer se reconhecem como tais ou como sujeitos de direitos, tamanhas são as violações as quais estão submetidas cotidianamente. E isso só reforça a invisibilidade dessas pessoas. Talvez os nossos maiores parceiros sejam de fato os movimentos sociais, pois eles trazem para nós essa demanda”, ressaltou Elydia Leda reforçando ainda a disposição da Defensoria Pública para trabalhar junto com as demais instituições para enfrentar esse mal generalizado, o que irá refletir no atendimento da Instituição. “É a partir dessas parcerias, dos encaminhamentos conjuntos, que nós vamos fazer um trabalho para criar essa demanda, que efetivamente e faticamente existe, mas que não é vista por nós”, afirma.

Por fim, a Defensora Pública colocou os principais desafios para o enfrentamento do tráfico de pessoas, entre eles, combater as causas do “mercado de pessoas”, a criação de condições de vida digna no país, oferta de serviços públicos às vítimas que vieram para o Brasil, e melhorar a comunicação entre os países para o fortalecimento da rede de proteção.

Além da Defensoria Pública, representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público Federal, da Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, da Comissão Pastoral da Terra e da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19388>>



# JULHO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 7.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|       |  |
|-------|--|
| 1/07  | Elaboração e envio de Proposta de Evento (II Seminário Ações Afirmativas) ao COEDE;<br><br>Elaboração de roteiro e metodologia do II Seminário Palmas em Foco ( <b>atuação conjunta NDDH e NAC</b> );<br><br><b>Denúncia de violação de direitos humanos</b> em Porto Nacional. A Diretora Regional de Porto Nacional noticia ao NDDH via correio eletrônico caso de manifesto desrespeito à Súmula 11 do STF; |
| 4/07  | Reunião com equipe do NAC sobre atuação conjunta na promoção do II Seminário Palmas em Foco ( <b>atuação conjunta NDDH e NAC</b> );  |
| 5/07  | Elaboração e protocolo de Relatório de Atividades de Junho de 2016 junto à Corregedoria;   |
| 6/07  | Participação em evento: Encontro Estadual dos Povos Indígenas, realizado no Palacinho, em Palmas-TO;   |
| 7/07  | Reunião Extraordinária do COEDE para consolidação do Plano de Metas do conselho (proposta do NDDH contemplada para execução conjunta);   |
| 8/07  | Reunião com Palmas Participa e NAC para organização do II Seminário Palmas em Foco ( <b>atuação conjunta NDDH e NAC</b> );<br><br>Reunião com a Diretoria de Comunicação da DPE sobre a cartilha da diversidade religiosa;<br><br>Elaboração e protocolo de PROJETO sobre Cartilhas de Direitos Humanos autuado no SEI sob o nº 1834-5/16;   |
| 11/07 | <b>APOIO OPERACIONAL:</b> encaminha minutas de ações indenizatórias e contestações em casos de morte em estabelecimento prisional;   |
| 12/07 | <b>Denúncia de violação de direitos humanos</b> em estabelecimento prisional de Dianópolis. 3ª DP de Dianópolis noticia ao NADEP e NDDH via correio eletrônico caso de suposta violência policial e ausência de exame de corpo de delito;  |
| 13/07 | <b>Elaboração de minuta de PROJETO de Grupo de Estudo e Trabalho com ênfase em igualdade de gênero e protocolo junto ao SEI nº 1654-7/16;</b>  |
| 15/07 | Elaboração e protocolo (SEI nº 1732-2/16) de Roteiro de Evento e metodologia referente ao II Seminário Palmas Em Foco ( <b>atuação conjunta</b>  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|       |  |
|-------|--|
|       | <p><b>NDDH e NAC);</b></p> <p>Elaboração de petição de Ação Civil Pública sobre o caso do Setor União Sul – PROPAC/NAC nº 050/2012 (<b>atuação conjunta NDDH e NAC);</b></p>   |
| 18/07 | <p>Atendimento Coletivo na Vila Agrotins(<b>atuação conjunta NDDH e DPAGRA) – 46 assistidos atendidos;</b></p>   |
| 19/07 | <p>Reunião com a Assessoria de Comunicação sobre o Projeto de Cartilhas de Direitos Humanos;</p> <p>Elaboração e envio dos Planos de Metas da DPE/NDDH junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para o 2º semestre de 2016 e 2017;</p>  |
| 20/07 | <p><b>Denúncia de violação de direitos humanos</b> em estabelecimento prisional de Palmas/ homofobia – caso encaminhado pelo Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Palmas;</p>  |
| 21/07 | <p>Reunião com a Assessoria de Comunicação e Diretoria de Tecnologia da Informação sobre o II Seminário Palmas em Foco;</p>  |
| 25/07 | <p>Solicitação de <b>APOIO OPERACIONAL</b> da <b>25ª DP Criminal da Capital</b> na elaboração de petições nos processos 5003949-66.2009.827.2729, 0037928-94.2015.827.2729 e 0000308-51.2015.827.2728;</p>   |
| 27/07 | <p><b>Denúncia de violação de direitos humanos</b> – lavratura de termo de depoimento do presidente da Associação de Surdos de Palmas, que denuncia caso de assistida surda que teve o direito ao acesso à justiça por não haver intérprete de libras competentes na Delegacia de Polícia em que foi interrogada;</p> <p><b>APOIO OPERACIONAL</b> – Elaboração de solicitação de atendimento e encaminhamento à Defensoria Pública de Porto Nacional, bem como emissão de Ofício NDDH nº 38/2016 ao IFTO requisitando intérprete oficial para acompanhar o atendimento realizado pela Defensora Pública titular.</p> |
| 29/07 | <p><b>APOIO OPERACIONAL</b> – Elaboração de duas petições de substituição de regime de cumprimento de pena (<b>atuação conjunta NDDH, NADEP e 25ª DP da Capital</b>)</p>   |
|       | <p><b>OUTROS EXPEDIENTES:</b></p>  |
| 25    | <p>Correio eletrônico – nº 164 a 183</p>   |
| 0     | <p>Memorandos</p>  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| 11                            | Ofícios – nº 34 a 45  |
| 0                             | Ofícios Conjuntos   |
| 0                             | Carta Convite   |
| <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b> |   |
|                               | 16.0.000001834-5 – Projeto Cartilhas de Direitos Humanos.<br>16.0.000001837-0 – Solicitação de cobertura de evento: Roda de Conversa Militar por Direitos Humanos e(m) Crise: desafios e perspectivas.<br>16.0.000001883-3 – Solicitação de confecção de banner institucional do NDDH e cartaz com o Ciclo do Trabalho Escravo para disponibilização das sedes da Defensoria Pública.<br><br>15.0.000003723-8 – <i>Relatórios de Atividades do NDDH</i> |

## 7.2 REPORTAGENS

68

### Resultado liminar provisório é apresentado aos moradores da Vila Agrotins

Publicado em 19/07/2016

Por Cinthia Abreu



de infraestrutura adequada no local.

Os defensores públicos falaram sobre o processo de regularização fundiária da área, as providências que estão sendo adotadas pela Defensoria para resguardar os direitos fundamentais das famílias e ainda tiraram dúvidas dos moradores. De acordo com os Defensores Públicos, a titularidade da área

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio dos núcleos DPAGRA – Núcleo da Defensoria Pública Agrária e NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, realizou atendimento coletivo na manhã desta segunda-feira, 18, na Vila Agrotins, em Palmas. A reunião contou com a participação de representantes de famílias que atualmente ocupam a área, lutando pela posse da terra, e ainda dos defensores públicos Pedro Conceição Alexandre, do DPAGRA, e Isabella Faustino Alves, do NDDH. Na pauta, a regularização fundiária e implantação

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

é questionada pelos ocupantes e os moradores alegam que a titulação foi feita de forma irregular e, por isso, buscam o cancelamento da titulação atual e a regularização.

Desde 2013, a Defensoria está prestando atendimento jurídico às famílias. “Já passamos por situações bem complicadas, como a execução de duas ordens de despejo, falta de transporte escolar, de energia elétrica



e, de após a atuação da DPE, vemos uma maior consolidação da posse, com superação de alguns desses antigos problemas”, comentou o Defensor Público, acrescentando que a defesa dos moradores segue em processo judicial.

## Ação

Na ocasião, foi citada ainda que, no mês de maio deste ano, a Defensoria Pública ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar a concessão da antecipação de tutela em benefício dos atuais ocupantes da chamada Vila Agrotins. O objetivo é obrigar o Itertins – Instituto de Terras do Tocantins a promover a regularização fundiária das famílias que ocupam a área, seja através da legitimação de posse ou da regularização da ocupação, de modo a resguardar o direito social à moradia e de acesso à terra para trabalho. A ação pede que se declare nulo o ato administrativo que deu origem ao título definitivo de domínio concedido aos particulares, de forma a suspender as ações possessórias movidas pelos beneficiários do ato administrativo nulo. “A Defensoria ingressou a Ação Civil Pública, destinada a anular o ato administrativo que o Itertins fez de conferir o título a particulares. Recentemente, tivemos um resultado liminar provisório positivo. O Judiciário decidiu suspender os efeitos daquele título, não sendo possível a sua utilização para qualquer finalidade até o final do processo”, adiantou Pedro Alexandre.

Para a defensora pública Isabella Faustino, coordenadora do NDHH, a decisão provisória é uma vitória, mas ainda é necessário muito trabalho. “A missão da Defensoria Pública, contempla – além da atuação para a efetivação de direitos e para a garantia da igualdade daquele que se encontra em situação de vulnerabilidade com relação a qualquer outra parte, na seara judicial – a educação em direitos, único instrumento de libertação de todos que se encontram em situação de opressão e que são vítimas da sonegação de direitos”, asseverou a Defensora Pública, que disponibilizou material educativo sobre direitos humanos aos moradores da Vila Agrotins.

## Energia

No final de 2015, através de atuação da DPE-TO, as famílias conseguiram a instalação da rede de energia elétrica no local. Porém, as famílias reclamam de problemas na cobrança de tarifa. “Tem alguma coisa muito errada com essa cobrança da Energisa na conta de boa parte dos nossos moradores. Em um mês vem um talão de R\$ 93,00, em outro de R\$ 800,00 e de repente aparece uma cobrança de R\$ 3 mil por consumo de um mês que continua o mesmo que os outros. A empresa vai ter que rever essa situação”, indigna-se o vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais do Cinturão Verde de Palmas, Wilson Gomes. Ainda segundo ele, a Energisa já foi procurada por boa parte dos moradores e a informação é a de que é necessário que os mesmo busquem o cadastramento como zona rural, o que está sendo feito e as famílias ainda aguardam providências. “Conquistamos a energia elétrica com o apoio da Defensoria Pública, mas agora precisamos de esclarecimentos quanto a esses problemas em algumas contas e esperamos contar novamente com o

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

apoio da instituição”, complementa o vice-presidente, ao citar a instalação da rede de energia elétrica realizada no final do ano de 2015 na Vila Agrotins.

## Entenda o Caso

Em ocupação pacífica, as famílias começaram a explorar o solo da região no ano de 2013, produzindo hortifrutigranjeiros na terra, e obtendo o seu sustento, dando, assim, função social e econômica à área. Denominada Agrovila Agrotins, o local reúne atualmente 180 famílias em uma área de mais de 150 hectares. Os proprietários, cuja titularidade fora concedida em 2010 e cancelada posteriormente, receberam benefícios do programa federal Luz Para Todos, de fornecimento de energia elétrica em áreas rurais. Porém, tanto o título quanto a posse do terreno são alvos de questionamentos na Justiça, desde a ocupação, há cerca de três anos. Paralelamente, particulares detentores de títulos de propriedade do terreno, entraram na Justiça solicitando a reintegração da posse. A justiça estadual chegou a determinar a reintegração da posse, ou seja, o despejo das famílias ocupantes, atendendo pedido dos empresários. Mas, após atuação da Defensoria Pública, o Judiciário suspendeu a execução da medida. A área está localizada próxima ao Centro Agrotecnológico de Palmas.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19495>>





# AGOSTO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 8.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|            |  |
|------------|--|
| 01/08      | Publicação de artigo: “A quem interessa negar direitos ao povo?”, de Isabella Faustino Alves. Disponível em: < <a href="http://justificando.com/2016/08/01/a-quem-interessa-negar-direitos-ao-povo/">http://justificando.com/2016/08/01/a-quem-interessa-negar-direitos-ao-povo/</a> >.  |
| 04/08      | Peticionamento em jurisdição nacional: em <b>APOIO OPERACIONAL</b> à <b>25ª DP Criminal da Capital</b> no processo nº 5003949-66.2009.827.2729;<br>Peticionamento em jurisdição nacional: em <b>APOIO OPERACIONAL</b> à <b>25ª DP Criminal da Capital</b> no processo nº 0037928-94.2015.827.2729;   |
| 10/08      | Participação como ouvinte em Curso de Capacitação para Conselheiros da Pessoa com Deficiência promovido pelo COEDE/TO;   |
| 15/08      | <b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> violência durante abordagem policial – comarca de origem: Porto Nacional;<br>Solicitação de <b>APOIO OPERACIONAL:</b> Dra. Napociani – caso do assistido L. R. N.;<br>Elaboração do roteiro e metodologia do II Seminário Palmas em Foco;<br>Elaboração do Relatório de Atividades de Julho/2016;   |
| 15 a 19/08 | <b>Realização do II Seminário Palmas em Foco: dinâmicas e dilemas de uma cidade – ATUAÇÃO CONJUNTA COM O NAC;</b>  |
| 17/08      | Lançamento da <b>5ª Edição do Informativo NDDH</b> , cujo destaque foi o tema do trabalho escravo;   |
| 19/08      | Reunião do COETRAE/TO para definição de pauta e organização da audiência pública;<br><b>Participação da mesa em Audiência Pública, enquanto integrante da COETRAE/TO, para discussão do PLS 432 no Auditório da Assembléia Legislativa;</b>  |
| 22/08      | Reunião com a 15ª DP de Fazenda Pública da Capital, Dra. Elydia, sobre a desocupação na Fazenda Normandia e solicitação de <b>APOIO OPERACIONAL;</b><br>Prestação de <b>APOIO OPERACIONAL</b> à <b>15ª DP da Fazenda Pública da Capital</b> para organização de equipe de servidores para atuarem na Desocupação da Fazenda Normandia e contato com o MPF e envio de modelos de Recomendação;<br>Prestação de <b>APOIO OPERACIONAL</b> à <b>DP Cível de Itaguatins, Dra.</b> |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|              |  |
|--------------|--|
|              | <b>Michele Vanessa do Nascimento:</b> envio de modelos de Recomendação;  |
| <b>23/08</b> | Solicitação de <b>APOIO OPERACIONAL</b> da <b>17ª DP da Fazenda Pública da Capital, Dr. Arthur</b> , na pesquisa relacionada à aplicabilidade do ramo (Direitos Humanos);<br><br><b>Atendimento coletivo</b> na Cadeia Pública de Lajeado – 24 assistidos atendidos;<br><br><b>Elaboração e apresentação de conteúdo da CARTILHA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS;</b>  |
| <b>24/08</b> | Participação como ouvinte na Palestra 10 anos da Lei Maria da Penha: conquistas e desafios;  |
| <b>25/08</b> | <b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> Memorando nº 03/2016/DP de Arraias:violência durante abordagem policial de assistido quilombola de Kalunga do Mimoso – comarca de origem: Arraias;<br><br>Solicitação de <b>APOIO OPERACIONAL</b> da <b>DP de Arraias, Dra. Aline Mendes</b> para envio de representação à Corregedoria da Polícia Militar para apuração da denúncia de violação de direitos humanos de assistido;<br><br>Reunião do <b>Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;</b>   |
| <b>26/08</b> | <b>Denúncia de violação de direitos humanos:</b> violência policial em estabelecimento prisional – Dra. Maurina Jácome, DP da Execução de Palmas, encaminha a denúncia ao NDDH e NADEP e solicita providências;<br><br><b>LANÇAMENTO DA CARTILHA LIBERDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS –</b> Projeto Cartilhas Educativas de Direitos Humanos;<br><br>Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa;<br><br>Realização de roda de Conversa sobre liberdade religiosa e direitos humanos;<br><br>Prestação de <b>APOIO OPERACIONAL</b> à <b>DP de Tocantínia</b> para elaboração e protocolo de <b>Recomendação/NDDH/NADEP nº 02/2016</b> , acerca de transferência de presos para comarcas diversas ( <b>atuação conjunta com o NADEP</b> ); |
| <b>29/08</b> | <b>Elaboração de conteúdo da CARTILHA TRABALHO DIGNO E DIREITOS HUMANOS;</b>   |
| <b>31/08</b> | <b>Sistematização do Banco de Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos;</b>  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|           |  |
|-----------|--|
|           | <b>Sistematização do banco de teses em matéria de Direitos Humanos.</b>  |
|           | <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>   |
| <b>19</b> | Correio eletrônico – nº 184 a 203  |
| <b>0</b>  | Memorandos   |
| <b>02</b> | Ofícios – nº 47 e 48   |
| <b>0</b>  | Ofícios Conjuntos  |
| <b>0</b>  | Carta Convite  |
|           | <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b>  |
|           | 16.0.000002140-0 – Solicitação de reserva de local para realização de Roda de Conversa e Reunião Aberta do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa;<br>16.0.000002104-4 – Solicitação de atualização do sistema para alterar e desvincular a forma de geração de certificados da página de divulgação de eventos no site institucional;<br><br><i>15.0.000003723-8 – Relatórios de Atividades do NDDH</i> |

74

## 8.2 ARTIGOS

### A quem interessa negar direitos ao povo?

Publicado em 03/08/2016

Por Isabella Faustino Alves

Há muito, já cantava o grande compositor brasileiro, Adoniram Barbosa: “Quando o oficial de justiça chegou lá na favela / E contra seu desejo entregou pra seu Narciso / Um aviso pra uma ordem de despejo / Assinada seu doutor, assim dizia a petição / Dentro de dez dias quero a favela vazia / E os barracos todos no chão / É uma ordem superior / Não tem nada não, seu doutor / Vou sair daqui pra não ouvir o ronco do trator / Pra mim não tem problema / Em qualquer canto me arrumo / de qualquer jeito me ajeito / Depois o que eu tenho é tão pouco / minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de trás / Mas essa gente aí, hein, como é que faz?”

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Atualmente, no Brasil, a grande maioria das demandas coletivas relativas a moradia, despejos e conflitos habitacionais urbanos conta com a atuação da Defensoria Pública, na assistência de pessoas em situação de hipossuficiência econômica e hipervulnerabilidade social, como é o caso de todos os brasileiros que ainda não tiveram efetivado o direito fundamental à moradia. Essa é uma relevante atuação da Defensoria Pública na tutela de direitos fundamentais, a exemplo de diversas outras.

Segundo dispõe a Constituição, incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, com vistas a efetivar o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita. No entanto, a Defensoria Pública, função essencial à justiça e instituição primordial para a Democracia, com a qual conta diariamente a maior parte dos brasileiros e brasileiras, hoje se encontra sob grave risco.

O Projeto de Lei 257 16, que estabelece Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, prevê, no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, a imposição do percentual de até 0,7% da Receita Corrente Líquida do Estado para gastos com pessoal das Defensorias Públicas dos Estados, o que, se aprovado, importará no fechamento de parte significativa das unidades da Defensoria Pública do país e, ainda, na exoneração maciça de Defensores Públicos e servidores da instituição, em quase todos os Estados da Federação.

O que significa fechar unidades da Defensoria Pública e exonerar Defensores Públicos? Na prática, isso significa negar direitos a crianças de baixa renda que dependem de pensão alimentícia; às crianças e adolescentes em situação de risco, de maneira geral; aos adolescentes privados da liberdade ou em conflito com a lei; a idosos em situação de vulnerabilidade; a mulheres em situação de violência doméstica; a consumidores que sofrem lesões diversas, diariamente, em todo o Brasil; às pessoas encarceradas; a todos aqueles que necessitam de medicamentos e tratamentos/ assistência médica em geral e que, não raro, tem essa necessidade negada ou retardada pelo Poder Público, necessitando recorrer ao Poder Judiciário; àqueles que esperam a concretização do direito à moradia, no campo e nas cidades; a todos aqueles que sofrem com as mais diversas violações de direitos humanos e a todos aqueles que não tem condições de contratar um advogado para acessar o Poder Judiciário, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Hoje não há um patamar previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal com relação à Defensoria Pública, estando vinculada, ainda – e a despeito de se tratar de instituição autônoma – ao orçamento do Poder Executivo. No entanto, o patamar previsto no aludido Projeto de Lei é absolutamente insuficiente às finalidades a que se presta a instituição, destacando-se que a maior parte das Defensorias Públicas dos Estados tem gastos com pessoal em percentual superior ao previsto nesse Projeto, razão pela qual uma futura adequação resultaria na necessidade de exonerar membros, servidores e fechar unidades, um abominável retrocesso social e negação de direitos, sobretudo aos pobres, marginalizados e oprimidos de nossa sociedade.

Além de violar a Constituição Federal em diversos aspectos – sobretudo ao afetar drasticamente o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita, cuja prestação incumbe à Defensoria Pública, e de legislar em sentido contrário ao dispositivo constitucional que prevê a obrigatoriedade de todas as unidades jurisdicionais brasileiras contarem com Defensores(as) Públicos(as) – , o aludido projeto de lei negligencia o fato de que obstar o funcionamento das instituições cuja missão consiste na efetivação de direitos fundamentais e em demandar pela efetivação de outros direitos de igual fundamentalidade é negar a própria razão de ser do Estado.

Com efeito, o Estado, enquanto instituição, só existe em razão de os indivíduos terem aberto mão de certa parcela de sua liberdade (o que permite ao Estado interferir diretamente em suas vidas, em

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

diversos aspectos) em troca de que esse ente efetive direitos fundamentais, dos quais se reconhece como devedor, sobretudo, a partir de sua Constituição. Assim, atuar o Estado com vistas a embarçar a efetivação de direitos, notadamente direitos já conquistados, importa em agir contra sua própria finalidade, a resultar em intolerável contrassenso. A partir dessa constatação elementar, é notório que se utilizar de crise econômica como justificativa para retrocessos sociais, mormente na seara dos direitos já garantidos (a duras penas) é negar sua própria finalidade, e pretender se utilizar de um direito CONTRA seu respectivo titular.

Contra esse Projeto de Lei, verdadeira transgressão ética das finalidades do Estado, impossível não lembrar a lição de Paulo Freire, que, em sua Pedagogia da Autonomia, nos legou o sempre oportuno registro: “Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da ‘justa ira’ dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.

**Isabella Faustino Alves** é Defensora Pública. Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Conselheira Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Estado do Tocantins). Especialista em Direito Constitucional e Direito do Estado. Integra o Coletivo Defensores Públicos pela Democracia.

Disponível em :<<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19637> >

## 8.3 REPORTAGENS

76

### II Seminário Palmas em Foco começa nesta terça-feira

Publicado em 15/08/2016

Por cynthia Abreu

II Seminário  
**PALMAS EM FOCO**  
Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade

Cidadão palmense **PARTICIPE!** De 16 a 19 de agosto Auditório da Defensoria Pública

Ampla debate sobre a nossa cidade, seus problemas e potencialidades. Um espaço aberto para o fortalecimento da democracia e da participação social no processo de revisão do Plano de Diretor de Palmas. Participe e contribua!

Apoio:  
Organização:

O II Seminário Palmas em Foco acontece de 16 a 19 de agosto, no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas. O tema desta edição é “Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade” e o objetivo é proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e o seu desenvolvimento. As inscrições podem ser realizadas até esta segunda-feira, 15, por meio do site [www.defensoria.to.gov.br](http://www.defensoria.to.gov.br). As vagas são limitadas e haverá emissão de certificado de participação.

Na programação, estão previstas palestras e debates sobre “Plano Diretor: uma análise de elaboração e implantação do instrumento”, “Expansão Urbana e Conflito Ambiental”,

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

“As eleições municipais de 2016 impedem a revisão do Plano Diretor neste ano?”, “Cidade e financeirização urbana”, “Cidade compactada ou dispersa”, “Ordenamento territorial no município de Palmas: a ocupação desordenada” e “Os 15 anos do Estatuto da Cidade”. Haverá transmissão ao vivo, via Facebook oficial da Defensoria Pública, de alguns trechos da programação.

## Seminário

O evento visa disseminar conteúdo técnico-jurídico sobre tema urbano, bem como possibilitar a formação de opinião da população na busca de soluções aos questionamentos relacionados aos problemas e as potencialidades da cidade. De acordo com a defensora pública Isabella Faustino, trata-se de um espaço para amplo debate sobre Palmas. “Um espaço aberto para fortalecimento da democracia e da participação social no processo de revisão do Plano Diretor de Palmas”, define. A primeira edição do Seminário aconteceu no mês de fevereiro deste ano.

O Seminário é uma realização da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, através do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, NAC – Núcleo de Ações Coletivas e Cejur – Centro de Estudos Jurídicos, e Palmas Participa.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/19752>>

## Revisão do plano diretor é pauta no primeiro dia de debates do II Palmas em Foco

Publicado em 17/08/2016

77

Por Cinthia Abreu

O II Seminário Palmas em Foco foi aberto na tarde desta terça-feira, 16, no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas. No primeiro dia de atividades, a revisão do Plano Diretor de Palmas esteve em foco, com o tema “Plano Diretor: uma análise da elaboração e implantação do instrumento”. As exposições foram feitas por José Alberto Tostes (Comissão Especial de Planejamento Urbano e Ambiental do CAU/BR), pela professora Lucimara Albieri de Oliveira (Universidade Federal do Tocantins), professor João Bazoli (Coletivo Palmas Participa) e Veneranda Rosa de Oliveira (Federação das Associações Comunitárias e dos Moradores do Tocantins), mediados pela professora Adriana Dias (Ceulp/Ulbra).



Os debates mostraram que a revisão do Plano Diretor suscita uma rica discussão sobre o futuro dos municípios, a partir dos problemas locais, das potencialidades e das aspirações de cada município, além de discutir como foi feita a gestão e o acompanhamento da implantação do Plano Diretor vigente nos últimos 10 anos. “Impensável uma expansão urbana com tamanhos vazios na cidade.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Aquela frase ‘qual a cidade que de fato queremos?’ deve ser levada à regra, o debate político tem que se fazer presente”, orienta José Alberto Tostes. Segundo ele, os debates do Seminário Palmas em Foco devem contemplar questionamentos tais como, qual a proposta para a questão dos vazios urbanos? O que queremos estabelecer para uma maior dinâmica social? e quais as perspectivas para o desenvolvimento de Palmas?.



De acordo com o professor João Bazolli, é importante se trabalhar a qualificação através de seminários e se focar o conceito de democracia participativa. “Quando a gente fala da revisão do Plano Diretor, falamos de Constituição Federal, então temos um campo de princípios que o Direito abriga, no qual a gente pode impetrar ações com base nos princípios. Precisamos ter um acompanhamento do Plano Diretor muito próximo sim, ou teremos a cidade expandida”, relata.

O evento contou com a participação de universitários, professores, representantes do poder público e comunidade em geral. “É muito interessante ver a universidade saindo do seu meio teórico, acadêmico e vindo ao encontro do cidadão e suas necessidades. A Defensoria Pública se sente muito honrada com a presença de cada um, desejamos que esse evento seja extremamente produtivo, que os resultados sejam efetivos e que a população seja efetivamente beneficiada com as discussões que estejam aqui travadas”, comenta o Defensor Público Geral, Marlon Costa Luz Amorim.

O presidente da Adpeto – Associação dos Defensores Públicos do Estado do Tocantins, o defensor público Neuton Jardim ressaltou que o evento é de extrema importância porque proporciona uma formação de opinião da comunidade e contribui com o desenvolvimento da cidade. “Desejamos um efetivo proveito na discussão sobre a regularização urbana. Sabemos que a situação atual não está atendendo aos menos desfavorecidos e a moradia é um dos principais desses direitos. Desejamos que o seminário seja uma porta de sugestão de debates”, disse o presidente. A programação do primeiro dia se encerrou com debate aberto ao público, com perguntas e comentários direcionados aos palestrantes.

## Seminário

O II Seminário Palmas em Foco segue até a próxima sexta-feira, 19, no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas. O tema desta edição é “Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade” e o objetivo é proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e o seu desenvolvimento. Na programação, estão previstas ainda palestras e debates sobre “Expansão Urbana e Conflito Ambiental”, “As eleições municipais de 2016 impedem a revisão do Plano Diretor neste ano?”, “Cidade e financeirização urbana”, “Cidade compactada ou dispersa”, “Ordenamento territorial no município de Palmas: a ocupação desordenada” e “Os 15 anos do Estatuto da Cidade”.

Haverá transmissão ao vivo, via Facebook oficial da Defensoria Pública, de alguns trechos da programação. O Seminário é uma realização da DPE-TO, através do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, NAC – Núcleo de Ações Coletivas, Cejur – Centro de Estudos Jurídicos, e Coletivo Palmas Participa.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19757>>



## **5ª edição do Informativo Defesa dos Direitos Humanos destaca o tema Trabalho Escravo: o objetivo do informativo é promover a educação em direitos**

Publicado em 17/08/2016

Por Clediston Ancelmo

Já está disponível para download a V Edição do Informativo Defesa dos Direitos Humanos, produzido pelo NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Nesta edição o informativo traz diversos artigos relacionados aos Direitos Humanos e uma reunião de artigos e reportagens com a temática de “Trabalho Escravo”. Além disso, a publicação traz ainda notícias sobre a atuação do NDDH no último bimestre, especialmente na organização do II Seminário Palmas Participa, que acontece esta semana no auditório da Defensoria Pública em Palmas, e debate questões como a revisão do Plano Diretor da Capital.

O Informativo Defesa dos Direitos Humanos é destinado aos Membros e Servidores da Defensoria, além de Acadêmicos, Assistidos e população em geral, e tem o objetivo de promover a educação em direitos.

Para baixar o arquivo do Informativo, basta acessar a [página do NDDH](#) dentro do portal da Defensoria Pública ou clicar [aqui](#).

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/19816>>

## Sociedade discute e apresenta propostas para revisão do plano diretor de Palmas: no segundo dia do Seminário Palmas em Foco, técnicos apresentaram o processo de revisão do Plano

Publicado em 18/08/2016

Por Rose Dayanne Santana

No segundo dia de discussões do Seminário Palmas em Foco - Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade, técnicos do Município de Palmas apresentaram, nesta quarta-feira, 17, o processo de revisão do Plano Diretor Participativo do município de Palmas e ouviram propostas de professores, acadêmicos, representantes da sociedade civil organizada e do poder público. O evento segue até a próxima sexta-feira, 19, no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, na Capital.



A apresentação foi feita pelo coordenador da Equipe Técnica de Revisão do Plano Diretor, Marcus Vinicius Bazzoni, e pelo arquiteto e urbanista do IPUP - Instituto de Planejamento Urbano de Palmas, Giordane Martins, que trouxeram pontos como a orientação legal do processo de revisão, tais como decretos, leis e recomendações; as etapas de revisão (planejamento, leitura da cidade, diagnóstico municipal, diretrizes e propostas, projeto de lei); atores envolvidos, como conselhos, comissões, comunidade, sociedade civil organizada e equipe técnica, entre outros.

Segundo Bazzoni, a revisão do Plano Diretor Palmas está estruturada em três eixos: meio ambiente e mudanças climáticas, fiscal e governança e desenvolvimento territorial (que deve abranger regularização fundiária e habitação). A Prefeitura vem trabalhando desde 2013 na análise do município, no entanto, oficialmente os trabalhos foram formalizados com a Comissão Especial de Revisão, instituída em abril de 2016, por meio do Decreto nº 1.234/2016.

Conforme a metodologia proposta pela Prefeitura, após apresentação de mapas e do cronograma de reuniões comunitárias e setoriais – o qual prevê a realização de 24 encontros para realização da leitura da cidade, com comunidade, academia, sindicatos, movimentos sociais – foi aberto o espaço para contribuições dos participantes, que apresentaram problemas, soluções e potencialidades do município de Palmas.

Alguns questionamentos foram feitos após a explanação dos técnicos, tais como a ineficiência dos mapas apresentados para o entendimento da população sobre o processo; a mobilidade urbana; especulação imobiliária e IPTU Progressivo; problemas ambientais diversos, entre eles, no entorno da serra e nas áreas centrais; loteamentos irregulares dentro e fora do perímetro urbano; a falta de publicidade das etapas do processo à sociedade, entre outros.

“Gostaria que a Prefeitura disponibilizasse o material no site, não só os resultados, mas os próprios mapas, por exemplo. Desde as primeiras reuniões estamos pedindo isso. Queremos acessar as informações e as propostas para podermos acompanhar o processo e participar efetivamente das discussões”, ressaltou a professora Juliana Cunha.

O professor da Universidade Federal do Tocantins e integrante da Comissão de Direito Urbanístico da OAB, João Bazzoli, também reforçou essa questão, uma vez que, segundo ele, a falta de

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

informações impossibilita a qualificação dos cidadãos que querem participar das discussões. “Precisamos participar das reuniões de forma qualificada e para isso é preciso ter acesso às informações. É necessário se atentar à qualificação, para que possamos participar de maneira igualitária das reuniões e audiências públicas, num nível de conhecimento que nos possibilite estar com propriedade do debate”, alertou.



Em relação à publicidade do processo de revisão do Plano Diretor, o coordenador da Equipe Técnica, Marcus Vinicius Bazzoni, explicou que, embora haja um site específico para divulgação das informações, devido ao período eleitoral e por recomendação do Ministério Público, estão suspensas as plataformas de comunicação do Município.

Além dessas questões, a coordenadora do NDDH – Núcleo de Defesa de Direitos Humanos, defensora pública Isabella Faustino Alves, destacou a preocupação da DPE-TO com as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que são áreas demarcadas no território de uma cidade, para assentamentos habitacionais de população de baixa renda, as quais devem estar previstas no Plano Diretor e demarcadas na Lei de Zoneamento.

“A Defensoria Pública tem uma preocupação primordial em relação ao Plano Diretor que são as ZEIS. Considerando que a Defensoria Pública é uma instituição vocacionada para a defesa da população hipossuficiente e em vulnerabilidade social, lidamos diariamente com demandas relacionadas à moradia e essa tem sido uma demanda muito grande, sobretudo se considerada a idade de Palmas, cidade jovem. Palmas tem se mostrado uma cidade excludente, na qual a população hipossuficiente é relegada às regiões periféricas, desprovidas de equipamentos públicos e serviços públicos essenciais, vítimas da negligência do estado e de discriminação. É preciso instituir ZEIS nas áreas centrais, para que não seja mantida essa tendência de exclusão das famílias de baixa renda em vulnerabilidade social”, ressaltou a Defensora Pública.

Ao final da reunião, foi realizada a leitura e validação dos pontos levantados na plenária. De acordo com Bazzoni, o que foi discutido vai resultar em um relatório que será publicado no Diário Oficial do Município, e ainda explicou que as sugestões e questionamentos apresentados pelos participantes serão sistematizados e levados à análise dentro do processo de revisão do Plano Diretor.



Participaram também da reunião, o coordenador da Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas, José Messias de Souza, o presidente do IPUP, EphimShluguer, e o representante do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Matozalém Santana.

## Seminário

O II Seminário Palmas em Foco é uma realização da DPE-TO, através do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, NAC – Núcleo de Ações Coletivas, Cejur – Centro de Estudos Jurídicos, e Coletivo Palmas Participa. Com o tema desta edição é “Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade” tem como objetivo proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e o seu

desenvolvimento. Na programação, estão previstas ainda palestras e debates sobre “As eleições municipais de 2016 impedem a revisão do Plano Diretor neste ano?”, “Cidade e financeirização urbana”, “Cidade compactada ou dispersa”, “Ordenamento territorial no município de Palmas: a ocupação desordenada” e “Os 15 anos do Estatuto da Cidade”.

Haverá transmissão ao vivo, via Facebook oficial da Defensoria Pública, nos dias 18 e 19, a partir das 14h30.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/19830>>

## Os dilemas do Plano Diretor em meio à política, interesses e gestão administrativa

Publicado em 18/08/2016

Por Cinthia Abreu

As eleições municipais de 2016 impedem a revisão do Plano Diretor neste ano? Este foi o questionamento em pauta no II Seminário Palmas em Foco, na manhã desta quinta-feira, 18, no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas. Diferentemente de boa parte dos municípios brasileiros, que sob orientação do judiciário deixaram a revisão do Plano Diretor para o período pós-eleição, o processo em Palmas acontece em meio à efervescência de campanhas eleitoral. Para os participantes do Seminário, os interesses da sociedade devem estar acima de interesses eleitoreiros e, por isso, a discussão acerca do Plano Diretor nesse período tem apitidão de viciar o procedimento.



Os painéis foram mediados pela professora Aline Salles (Universidade Federal do Tocantins) e o debate contou com ampla participação da comunidade acadêmica. As exposições dos painéis foram feitas por Edilberto Carvalho (Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil), Franciele Paola Barbosa (Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil) e pela defensora pública Isabella Faustino Alves (coordenadora do NDDH – Núcleo de Direitos Humanos da DPE-TO).

### Participação popular

Em razão de a legislação eleitoral controlar várias ações do poder público durante o ano de eleições, o debate na manhã desta quinta-feira instigou à reflexão sobre a possibilidade de o processo de revisão do Plano Diretor coincidir com o período de campanha eleitoral.

A defensora pública Isabella Faustino, coordenadora do NDDH, ressaltou que o processo de revisão do Plano Diretor durante o período eleitoral é potencialmente violador dos princípios da moralidade e da impessoalidade, em razão da aptidão de confundir o eleitor quanto ao objetivo das reuniões comunitárias, o que é prejudicial à democracia. Para Isabella, o momento da revisão do Plano Diretor é decisivo porque permitirá reverter a tendência excludente que se constata em Palmas atualmente. Quanto à gestão democrática da cidade, a Defensora destacou que o poder público deve incentivar continuamente a participação dos cidadãos, de modo que o acompanhamento da implantação do Plano Diretor e das decisões sobre os rumos da cidade seja permanente.



## Gestão

Membro da Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil, Franciele Paola propôs uma reflexão sobre a interferência do Plano Diretor no processo eleitoral. Ela ressaltou que quando tratamos de Plano Diretor, tratamos da cidade como um todo, e se olharmos a plataforma de campanha do candidato esse debate também vai estar lá. Ela define a discussão da revisão do Plano Diretor em ano eleitoral como ‘minimamente insegura’. “Não estamos falando só de rever o Plano Diretor de forma técnica, mas estamos falando de uma análise que implica diretamente na gestão.”

Datada de 2007, a Lei Complementar nº 155 que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Palmas deve ser revista pelo menos a cada dez anos, como preconiza o Estatuto da Cidade. Membro da Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil, Edilberto Carvalho elogiou a realização do evento e considerou as discussões positivas para o desenvolvimento urbano e bem-estar da sociedade. “É muito importante esse debate da revisão do Plano Diretor, toda a organização está de parabéns pela iniciativa. O que eu deixo como reflexão é que lembremos que esta discussão é um dilema, pois estamos a espera da aprovação legislativa, cujo debate não restringe à questão das emendas. As decisões não podem morrer na Câmara de Vereadores, temos que incentivar uma ampla participação popular”, conclui.

## Seminário

O II Seminário Palmas em Foco segue até a próxima sexta-feira, 19, no auditório da DPE-TO, em Palmas. O tema desta edição é “Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade” e o objetivo é proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e o seu desenvolvimento. Na programação, estão previstas ainda palestras e debates sobre “Cidade e financeirização urbana”, “Cidade compactada ou dispersa”, “Ordenamento territorial no município de Palmas: a ocupação desordenada” e “Os 15 anos do Estatuto da Cidade”. O Seminário é uma realização da DPE-TO, através do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, NAC – Núcleo de Ações Coletivas, Cejur – Centro de Estudos Jurídicos, e Coletivo Palmas Participa.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/19849>>

## Ocupação territorial do município de Palmas é debatida em Seminário

Publicado em 19/08/2016

Por Rose Dayanne Santana

A ocupação irregular de área de preservação ambiental em Palmas e o crescimento desordenado da cidade chamaram atenção do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins - CAU/TO, que alertou os representantes dos governos Estadual e Municipal sobre o avanço urbano sobre a Área de Preservação Ambiental de Lajeado (APA/Lajeado). A questão foi o foco dos debates na manhã desta sexta-feira, 19, durante o II Seminário Palmas em Foco, realizado no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, na Capital.



O debate pontuou o planejamento urbano e a necessidade da implantação ou implementação de mecanismos de controle e fiscalização do crescimento desordenado que tem impactado a cidade. O integrante da Comissão de Políticas Urbanas e Ambientais, Matozalém Santana, fez uma apresentação com imagens de satélite do *Google Earth* sobre o zoneamento ambiental da APA da Serra do Lajeado, com os pontos de incidência de ocupação irregular na área, indícios de loteamento irregulares, e o comparativo dessas ocupações ao longo dos anos.

Segundo Santana, há uma estimativa de mais de 2.000 mil pessoas ocupando essa área e o levantamento feito pelo CAU tem o objetivo de suscitar o debate, alertar a sociedade sobre o problema e verificar junto aos órgãos fiscalizadores o que pode ser feito para frear as ocupações irregulares do município de Palmas. “É uma área que não deveria ter nenhuma interferência urbana e já temos uma situação na área com aberturas de ruas e piquete de casas. Nós pretendemos continuar com essa discussão até que de fato tenhamos uma medida para frear isso, e aproveitando que estamos num momento de revisão do Plano Direito, esse é um ponto a ser discutido solucionado”, destaca.

Após a explanação do representante do CAU, a professora da Universidade Federal do Tocantins, Aline Sueli de Sales Santos, mediou o debate que contou com a participação do coordenador do NAC – Núcleo de Ações Coletivas, defensor público Felipe Cury, do vice-presidente do Naturatins, Edson Cabral, do presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/TO, Antônio César Mello.

“Nós estamos atrasados, mas ainda temos tempo de corrigir e prevenir que não aconteça em Palmas os mesmos desastres que acontecem nas outras capitais. A Defensoria Pública se coloca à disposição para continuar participando desses debates, das reuniões, para atuarmos não apenas quando a população hipossuficiente, a exemplo da área do Jardim Taquari, bater a nossa porta porque não tem fornecimento de serviço de água, energia ou coleta de lixo”, destacou o defensor público Felipe Cury.

Além dos convidados para o painel, professores, acadêmicos, representantes da sociedade civil organizada, comunidade geral e servidores da Defensoria Pública presentes na plateia contribuíram com o debate.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## Seminário

O II Seminário Palmas em Foco é uma realização da DPE-TO, através do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, NAC – Núcleo de Ações Coletivas, Cejur – Centro de Estudos Jurídicos, e Coletivo Palmas Participa. Com o tema “Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade”, tem como objetivo proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e o seu desenvolvimento.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/19875>>



## NDDH lança cartilha contra a intolerância religiosa

Publicado em 29/08/2016

Por Cinthia Abreu

85

Prega a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.” Com o intuito de fazer com que tais princípios sejam difundidos e observados, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins sediou na sexta-feira, 26, reunião pública do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa, que tem a participação da Instituição, por intermédio do NDDH - Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos.



Na ocasião, Defensora Pública Isabella Faustino falou aos membros do Comitê sobre as atribuições do NDDH, ocasião em que promoveu o lançamento da cartilha “Liberdade Religiosa e Direitos Humanos”. De acordo com a defensora pública e coordenadora do NDHH, a cartilha é a primeira de uma série de cinco volumes. “A cartilha é um importante instrumento de promoção da conscientização acerca dos direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, atribuição do

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

NDDH, em consonância com a importante missão constitucional atribuída à Defensoria Pública de promover os direitos humanos”.

Os representantes do Comitê parabenizaram a Defensoria Pública pela realização, ressaltando a importância da cartilha na promoção das atividades do Comitê, sobretudo com relação à conscientização acerca do direito humano à liberdade e à diversidade religiosa no Estado do Tocantins.

O encontro contou com a participação de representantes de diferentes segmentos religiosos e ainda de instituições como a UFT - Universidade Federal do Tocantins, Seduc - Secretaria Estadual de Educação e Seciju - Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.

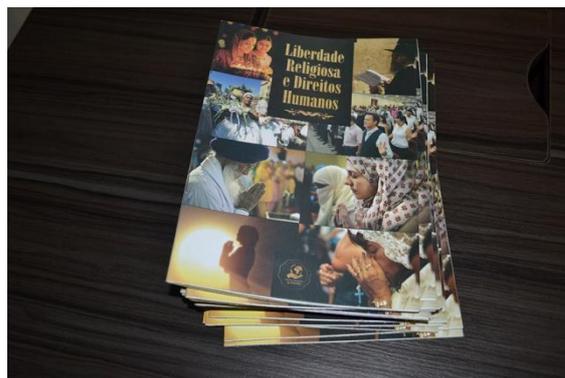
Na ocasião, a realizadora do Movimento pela Vida, um dos principais eventos ecumênicos no Tocantins, Tânia Cavalcante, clamou sobre a importância de reuniões públicas sobre a liberdade religiosa no interior do Estado. “Precisamos agregar grupos também no interior. A intolerância é muito forte nestes pequenos municípios, onde as raízes e a cultura local são enfrentadas com o preconceito de boa parte da população”, declara.

## Comitê Estadual

O CEDR/TO - Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa do Tocantins é formado por representantes da DPE-TO, da SECIJU, dentre outras instituições, órgãos públicos e movimentos sociais. Ele foi instituído pela Portaria nº 259, de 03 de junho de 2015, da Sedeps - Secretaria Estadual de Defesa e Proteção Social. Trata-se de um órgão consultivo, deliberativo, propositivo, fiscalizador e de caráter permanente que objetiva favorecer a promoção do direito à diversidade religiosa, o combate à intolerância e a proteção contra violações de direitos humanos por motivação religiosa no Estado do Tocantins, para a construção de uma sociedade pluralista e democrática, para a construção de uma cultura de paz fundada no reconhecimento e respeito às diferenças crenças e convicções.

86

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/19988>>





# SETEMBRO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 9.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|                 |   |
|-----------------|---|
| <b>1 a 2/09</b> | Participação na 3ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE de 2016, em Teresina-PI;<br>Distribuição de versão virtual da Cartilha “Liberdade Religiosa e Direitos Humanos”;  |
| <b>5/09</b>     | Reunião com CEJUR e DESENVOLVIMENTO - Em atendimento ao processo nº 16.0.000002104-4;<br>Reunião no MPF sobre situação da Fazenda Normandia – ATUAÇÃO CONJUNTA COM O NAC E APOIO OPERACIONAL à 15ª DP da Fazenda Pública da Capital;  |
| <b>13/09</b>    | Peticionamento em jurisdição nacional – AÇÃO CIVIL PÚBLICA autuada sob o nº 003023962.2016.8.27.2729 (União Sul) – ATUAÇÃO CONJUNTA COM NAC;  |
| <b>15/09</b>    | Reunião do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEP/TO;<br>APOIO OPERACIONAL à Execução Penal de Araguaína – realização de diligência externa para providenciar certidão de dias trabalhados de assistido do defensor solicitante;   |
| <b>16/09</b>    | Peticionamento em jurisdição nacional – MANDADO DE SEGURANÇA autuado sob o nº 0015721-09.2016.8.27.0000 – ATUAÇÃO CONJUNTA COM NADEP;   |
| <b>19/09</b>    | APOIO OPERACIONAL à 17ª Defensoria da Fazenda Pública de Palmas – resposta no Email NDDH nº216/2016 – encaminha teses de direitos humanos relativas ao direito à moradia e defesa em reintegração de posse, coletânea de jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre direitos sociais e artigos sobre controle de convencionalidade; |
| <b>20/09</b>    | Denúncia de violação de direitos humanos – solicitação de apoio operacional via atendimento SOLAR nº 160920.001.176 – 3ª Defensoria de Porto Nacional solicita auxílio na elaboração de petição indenizatória;  |
| <b>21/09</b>    | Reunião com o Professor Bazolli sobre livro com os registros da parceria entre Defensoria Pública e Palmas Participa e no Projeto das Cartilhas de Direitos Humanos;  |
| <b>22/09</b>    | Elaboração do conteúdo da Cartilha Trabalho Digno e Direitos Humanos;   |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| <b>26/09</b>                  | Encaminha Memorando NDDH nº 17/2016 em resposta ao Memorando 03/2016 – APOIO OPERACIONAL via atendimento do SOLAR nº 160824002229;  |
| <b>27/09</b>                  | APOIO OPERACIONAL à 15ª DP da Fazenda Pública da Capital – encaminha artigo sobre aspectos críticos da Lei 13.019/2014 (Marco Regulatório do terceiro setor);<br><br>Elaboração de Roteiro de Seminário “Ações Afirmativas” e Edital de Convocação de Audiência Pública;<br><br>Encaminha Memorando NDDH nº 18/2016 solicitando autorização para realização de Seminário e Audiência Pública durante a semana da Consciência Negra; |
| <b>28/09</b>                  | Posse no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEP/IR/TO e 1ª Reunião Ordinária;<br><br>APOIO OPERACIONAL à Defensoria de Execução Penal de Palmas, Dra. Maurina - encaminha minutas (petições, e recomendação) sobre transferência de presos;  |
| <b>29/09</b>                  | Reunião Ordinária no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;<br><br>Intercâmbio de informações sobre peticionamento e procedimentos perante a Corte e Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Defensoria Pública do Estado do Pará;   |
| <b>30/09</b>                  | Ofício Conjunto NDDH/NADEP nº10/2016 – ATUAÇÃO CONJUNTA COM NADEP;  |
| <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>    |   |
| <b>27</b>                     | Correio eletrônico – nº 204 a 231   |
| <b>02</b>                     | Memorandos  |
| <b>04</b>                     | Ofícios – nº 49 ao 52   |
| <b>01</b>                     | Ofícios Conjuntos: NDDH/NADEP nº10/2016.  |
| <b>0</b>                      | Carta Convite   |
| <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b> |   |
|                               | 16.0.000002417-5 – Solicita autorização para realização de Seminário e Audiência Pública na Semana da Consciência Negra da DPETO e apresenta  |

|  |
|--|
| <p>roteiro de evento;</p> <p>16.0.000002422-1 – Digitaliza PROPAC 012/2013;</p> <p>16.0.000002424-8 - Digitaliza PIA 001/2015;</p> <p>16.0.000002393-4 – Digitaliza PROPAC 006/2013;</p> <p>16.0.000002423-0 – Digitaliza PROPAC 001/2014;</p> <p>16.0.000002366-7 – Solicitação de atualização da página do NDDH e inserção de contatos da rede de proteção aos Direitos Humanos;</p> <p>16.0.000002421-3 – Solicita cobertura jornalística da cerimônia de posse do CEP/IR/TO.</p> <p>15.0.000003723-8 – <i>Relatórios de Atividades do NDDH</i></p> |
|--|

## 9.2 REPORTAGENS

### NDDH presente na 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE

90

Publicado em 02/09/2016

Por Nicéia Menegon com informações da Ascom DPE-PI

A coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, Isabella Alves Faustino, participou nesta quinta e sexta-feira, 01 e 02, da 3ª reunião da Comissão de Direitos Humanos do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - CONDEGE, que aconteceu em Terezina, Piauí, e contou com a participação de Defensores Públicos de 11 Estados da Federação. A reunião foi conduzida pelo Presidente da Comissão, Defensor Público Dr. Fábio Amado, da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

O Presidente da Comissão, Defensor Público Dr. Fábio Amado destacou a relevância da reunião. “Esse evento aqui no Piauí tem um ponto estratégico fundamental para que as Defensorias Públicas de todos os Estados e do Distrito Federal e da União pensem em atuações harmônicas e organizadas em favor de grupos em situação de vulnerabilidade. Iremos confeccionar um protocolo de atuação em prol da população em situação de rua, também conversaremos com membros da comissão que envolve a temática LGBTI da



ANADEP, para estabelecermos algumas diretrizes e parâmetros de exercício para as Defensorias de todo o país, além ainda de diversos assuntos que são tratados nestas reuniões trimestrais. Esse encontro está sendo muito consistente, cada vez mais agregador e a participação de mais de dez Estados traz ainda maior relevância para essa reunião no Estado do Piauí”, afirmou.

Para o Coordenador de Direitos Humanos da DPE-PI, Defensor Público Igo Castelo Branco Sampaio, as comissões trabalham também no sentido de desmistificar a questão dos Direitos Humanos. “Temos uma pauta extensa que vai além da esfera criminal onde normalmente é vista a atuação em Direitos Humanos. Teremos reunião com os movimentos sociais e mostraremos a importância da Defensoria nesse papel diferenciado dentro do Sistema de Justiça, que é o de estar diretamente empoderando a comunidade. Temos diretamente a questão de trabalhar com a educação em direitos incentivando as pessoas para que busquem esses direitos. Os colegas que vieram de fora tomarão conhecimento das nossas atividades enquanto Defensoria e o papel que desempenhamos em Direitos Humanos dentro do Piauí.

A defensora pública e coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, Isabella Alves Faustino, destacou que foram abordados diversos temas de grande relevância para a atuação de todas as Defensorias e destacou a importância do protocolo de combate à tortura. “Mais uma reunião extremamente produtiva, na qual foi cumprida uma pauta extensa, sobretudo com o lançamento do protocolo de combate à tortura, o qual será útil a todos os defensores e defensoras do país, no papel fundamental de atuar pela efetivação dos direitos humanos” enfatizou Faustino.

## **Pauta**

A pauta da 3ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE contou com apresentação da Comissão de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, sobre o diagnóstico de Programas de Proteção, exposição de prática de atuação da Defensoria junto às religiões de matrizes africanas, confecção de Protocolo de Atuação em Favor de Pessoas em Situação de Rua. Também no primeiro dia foi tratado sobre a organização do Seminário Nacional de Direitos Humanos, além de ser feita a leitura e aprovação de Nota Técnica sobre o Planos de Educação e PL 867/15 (Escola sem partido). Ainda nesse dia foi discutido e aprovado o Regimento interno da Comissão de Direitos Humanos do CONDEGE.

Ao final do encontro, foi lançado o Protocolo de Combate à Tortura, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e aprovado pelo CONDEGE. Além de um encontro com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/20068> >

## Membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial tomam posse

Publicado em 28/09/2016

Por Cinthia Abreu

Os membros do Cepir - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial foram empossados na manhã desta quarta-feira, 28, em solenidade no auditório da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Órgão colegiado e de caráter consultivo, o Cepir foi instituído pelo Governo do Estado em maio de 2015 com o objetivo de promover o combate à desigualdade racial.



A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins é representada no Conselho pela Defensora Pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos. Ela foi representada na solenidade pela Defensora Pública Denize Souza Leite, coordenadora auxiliar do NDDH. A analista jurídica no NDDH, Liz Marina Regis Ribeiro, tomou posse na ocasião na condição de conselheira suplente da DPE-TO.

Para a defensora pública Denize Souza Leite, a instituição do Conselho é uma vitória para a sociedade civil. “O Conselho cumpre uma determinação do Estatuto da Igualdade Racial, sendo uma ferramenta muito importante para combater de fato a desigualdade racial no nosso Estado, onde a maioria da população é negra”, defende Denize. Ela comentou ainda sobre a importância da participação da Defensoria Pública nesse processo. “A Defensoria enquanto instituição essencial à Justiça recebeu a missão constitucional de promover os direitos humanos. E não tem como promover direitos humanos sem esse olhar interseccional, com o recorte de raça, quando da elaboração de políticas públicas”, expõe.

O objetivo do Cepir é assegurar os direitos da população negra, indígena, cigana, quilombola e das religiões de matriz africana. Para isso, o Conselho tem como uma de suas principais finalidades acompanhar e participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade racial.

Segundo Denize Souza Leite, a população negra no Tocantins ainda sofre muitas mazelas oriundas do racismo. “Dentro do Conselho tenho a certeza de que poderemos contribuir muito. Esperamos que ele seja realmente proativo, deliberativo e propositivo com intuito de modificar essa realidade, inclusive no que tange ao combate do racismo institucional”, conclui.

### Conselho

Vinculado à Seciju - Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, o Conselho é formado por instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil. O trabalho do Cepir é atuar respeitando as competências de definir e o desenvolver os mecanismos de participação e controle social sobre as políticas públicas destinadas à igualdade racial; acompanhar e fiscalizar o processo

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

deliberativo das políticas de promoção da igualdade racial no Estado e fomentar a inclusão de políticas públicas sobre a diversidade racial em âmbito estadual e nacional.

Entre as competências do Conselho, ainda estão: apreciar anualmente a proposta orçamentária da Seciju e sugerir prioridades na alocação de recursos; auxiliar a Secretaria na articulação com outros órgãos da administração pública federal, estadual e municipal; apresentar propostas relativas à implantação de ações de promoção da igualdade racial; propor e participar dos eventos que tratam das políticas públicas de interesse da população negra e de outros segmentos étnicos.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20245>>





# OUTUBRO

**NDDH**

Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE·TO**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 10.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|       |  |
|-------|--|
| 3/10  | Reunião na Superintendência Regional do Trabalho, em atuação conjunta com a FUNAI, sobre o projeto Defensoria na Aldeia;   |
| 4/10  | Reunião na Gerência Indígena na SECIJU sobre parceria no projeto Defensoria na Aldeia;<br>Reunião na Secretaria Especial de Saúde Indígena/DISEI-TO sobre parceria no projeto Defensoria na Aldeia;  |
| 7/10  | Reunião Ordinária do CEPIR – elaboração do regimento interno do Conselho;<br>Sustentação Oral junto ao Conselho Superior da Defensoria Pública pela aprovação da proposta de resolução que institui cotas étnico-raciais na Defensoria Pública – Resolução-CSDP, nº 147, de 7 de outubro de 2016;                  |
| 11/10 | Solicitação de APOIO OPERACIONAL – Dra. Aline Queiroz, Comarca de Aurora, solicita orientação sobre atuação em apoio a assistido preso;  |
| 18/10 | Apresenta Relatório Mensal do NDDH referente a setembro;   |
| 19/10 | Reunião ordinária da COETRAE;<br>Solicitação de APOIO OPERACIONAL – Dr. Fabrício Silva Brito, 3ª Defensoria Cível de Porto Nacional, solicita apoio para resolução de casos de assistidos internados na Clínica Fênix e notícia prováveis violações de direitos humanos;   |
| 21/10 | Protocolo do Projeto Defensoria na Aldeia no SEI, autuado sob o nº 2601-1/2016;  |
| 26/10 | Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa – CERDR;  |
| 27/10 | Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH, no Colégio Marista;<br>Atendimento coletivo em Miracema do Tocantins – atuação conjunta com o NUDECA – desocupação do Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula – coleta de termo de declarações e orientação jurídica; |
| 28/10 | Reunião com o Professor Dr. Bazolli sobre parceria no Projeto das Cartilhas Informativas de Direitos Humanos.  |
|       | <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>   |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| 51                            | Correio eletrônico – nº 231 a 282  |
| 13                            | Memorandos – nº 19 a 32  |
| 0                             | Ofícios  |
| 0                             | Ofícios Conjuntos  |
| 15                            | Carta Convite  |
| <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b> |  |
|                               | <p>16.0.000002640-2 – Solicita cobertura jornalística de lançamento virtual da Cartilha Direitos das Pessoas com Deficiência;</p> <p>16.0.000002601-1 – Projeto Defensoria na Aldeia;</p> <p>16.0.000002491-4 – Solicita cobertura jornalística da aprovação de proposta de Resolução do CSDP formulada pelo NDDH sobre cotas étnico-raciais na Defensoria Pública;</p> <p>16.0.000002506-6 – Encaminha Memorando NDDH nº 019/2016 com solicitação de recursos humanos para o NDDH;</p> <p><i>15.0.000003723-8 – Relatórios de Atividades do NDDH</i></p>  |
| <b>PROJETOS DESENVOLVIDOS</b> |  |
|                               | <p>Elaboração dos projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) 16.0.000002703-4 – Projeto Defensores da Cidadania;</li> <li>b) Projeto Caderno de Direitos Humanos e folder informativo;</li> <li>c) Projeto do Banco de Teses e Jurisprudência em Direitos Humanos;</li> <li>d) 16.0.000002601-1 – Projeto Defensoria na Aldeia;</li> </ul> <p>Elaboração de conteúdo das Cartilhas Informativas de Direitos Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Cartilha do Trabalho Digno e Direitos Humanos;</li> <li>b) Cartilha da Igualdade Racial e Direitos Humanos.</li> </ul> |

## 10.2 REPORTAGENS

### Audiência pública na Defensoria vai debater a igualdade racial no Tocantins

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, realizará audiência pública para discutir a efetivação de ações afirmativas que visem à promoção da igualdade racial no Estado do Tocantins no dia 10 de novembro, no auditório da sede da Instituição (Av. Theotônio Segurado) em Palmas, às 14 horas. O evento será aberto ao público e é coordenado pelas defensoras públicas Isabella Faustino Alves (coordenadora do NDDH) e Denize Souza Leite.

De acordo com a coordenadora do NDDH, a defensora pública Isabella Faustino Alves, o objetivo é colher as demandas da população e dos movimentos sociais relativas à promoção da igualdade racial no Tocantins, bem como promover o debate e a reflexão acerca da efetivação de ações que visem à promoção da igualdade racial, conferindo-se, ainda, maior visibilidade ao mês da Consciência Negra. “A audiência pública é uma oportunidade para discutir a efetivação de ações afirmativas que visem à promoção da igualdade racial no Estado do Tocantins, e tem por objetivo colher as demandas da população e dos movimentos sociais relativas à promoção da igualdade racial no Tocantins”, comenta a Defensora Pública.

## Participação

Além da Defensoria Pública foram convidados a participar da audiência pública representantes do Ministério Público Federal e Estadual, Tribunal de Justiça do Tocantins, Assembleia Legislativa, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins, secretários do executivo estadual, lideranças da sociedade civil organizada e movimentos Sociais.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20565>>

## Estudantes de Miracema são atendidos pela Defensoria Pública após desocupação arbitrária

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins acompanhou a liberação dos estudantes secundaristas e universitários conduzidos à delegacia regional de Miracema do Tocantins, após terem sido apreendidos (no caso dos 12 adolescentes) e presos, após uma desocupação realizada no Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, a qual foi comandada pelo promotor de Justiça da Infância e Juventude de Miracema, Vilmar Ferreira de Oliveira, a despeito da inexistência do necessário mandado judicial. Conforme apuração da Defensoria, além da inexistência de ordem judicial, sequer foi formulado eventual pedido de reintegração ao Poder Judiciário.

Ainda na delegacia regional, logo após a liberação, os defensores públicos Maria do Carmo Cota, coordenador do Nudeca – Núcleo Especializado de Defesa da Criança e do Adolescente; Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, e Luis Gustavo Caumo, titular da Defensoria de Miracema, prestaram orientação aos estudantes apreendidos.



O grupo de alunos que cursa o ensino médio na referida instituição ocupou a escola na tarde de quarta-feira, 26, como forma de manifestação de contrariedade à Proposta de Emenda Constitucional 241 – PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, e à Medida Provisória do Ensino Médio 746, que modifica o ensino médio. De acordo com os estudantes, a manifestação aconteceu de forma pacífica e a diretora da escola já havia autorizado a presença na escola. Porém, na manhã desta quinta-feira, 27, quando os alunos realizavam atividade com acadêmicos da UFT - Universidade Federal do Tocantins, o promotor de justiça chegou ao local, acompanhado de policiais militares, exigindo a desocupação da escola.

Ainda conforme relato dos alunos, uma van, uma caminhonete, duas viaturas e cerca de dez policiais foram utilizadas na condução; todos os objetos pessoais (material escolar, panfletos contrários a PEC 241, barracas, colchões, etc) foram apreendidos e os policiais agiram de forma coercitiva e com agressão verbal e física. “Primeiro, quando o promotor chegou, ele não quis sequer ouvir as nossas explicações de que aquela era uma manifestação pacífica. Ele exigiu que abríssimos o portão com ameaças e, depois de entrar, os policiais agiram de forma arbitrária, sendo grosseiros a todo momento”, declara a estudante de Educação Física da UFT Patrícia Moreira de Oliveira, 23 anos.

## Condução

Ao todo, 26 pessoas, foram conduzidas para a delegacia, dentre as quais 12 adolescentes. Um adolescente, B. O. L., de 15 anos e a universitária Amanda Kharollyna, 24, foram algemados ainda no Centro de Ensino e, depois de prestarem depoimento, foram encaminhados para a realização de exame de corpo de delito. Porém, de acordo com os estudantes, não houve resistência quando de sua condução para a Delegacia: “Eu não apresentei resistência, apenas questionei o porquê de nos encaminharem para a delegacia daquela forma e sobre a falta do mandado. Reclamei de dor no meu braço, mas eles não retiraram as algemas mesmo assim”, conta o adolescente.

A coordenadora do curso de Serviço Social e professora da UFT em Miracema, Rosimeire dos Santos, estava acompanhando os alunos nas manifestações e alega que o promotor de justiça agiu de forma autoritária e não se apresentou com mandado judicial. “Eu cheguei para ele (promotor) alegando que ele estava ferindo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), pois havia menores no local. Ele respondeu grosseiramente – quem é você para entender de leis? O promotor de justiça aqui sou eu”, declara a professora.

## Delegacia

Os estudantes alegaram ainda que foram conduzidos à Delegacia por volta das 10 horas, onde seus pertences foram restituídos, e só foram liberados por volta de 16 horas. “Ficamos até o meio-dia no pátio da delegacia sem ser atendidos por nenhuma autoridade policial. Passamos o dia todo no local

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

e não nos serviram nem alimentação e nem água. Quando solicitamos aos policiais alegando que o mínimo que deveriam servir era água, nos deram água quente da torneira”, conta Mateus Pereira Campos, 18, estudante de Educação Física. Diante disso, professores e técnicos da UFT ampararam os estudantes com lanches, água e informações para os pais. O juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Miracema, André Fernando Gigo Leme Netto, compareceu à Delegacia no período da tarde e determinou a imediata liberação dos jovens e adolescentes.

## **Defensoria**

Ainda na delegacia regional de Miracema, os defensores públicos ouviram a narrativa dos estudantes e lhes prestaram orientações, oportunidade em que foram informados ainda que a instituição adotará todas as medidas cabíveis. Ainda na tarde de quinta-feira, 27, alguns estudantes comparecem à sede da Defensoria Pública de Miracema e foram atendidos pelas defensoras públicas Isabella Faustino Alves e Maria do Carmo Cota. Os demais serão atendidos na manhã desta sexta-feira, 28, pela defensora pública Maria do Carmo Cota, coordenadora do Nudeca.

## **Ocupação**

O movimento de ocupações de escolas contra a PEC 241 tem cunho nacional. Ainda de acordo com os estudantes, a iniciativa foi dos secundaristas, que solicitaram apoio aos universitários. Os estudantes ouvidos ressaltaram que não estava acontecendo aulas no colégio, em virtude da greve dos professores, e que a manifestação foi negociada com a diretora da escola. Os estudantes destacaram ainda que, na ocasião, os estudantes universitários realizavam rodas de conversa com os secundaristas a respeito da finalidade da ocupação.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20557>>



# NOVEMBRO

**NDDH**

Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE·TO**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 11.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|       |   |
|-------|---|
| 3/11  | Lançamento da Cartilha Direitos das Pessoas com Deficiência, o segundo exemplar da Coleção “Direitos Humanos, Eu Defendo!” – Projeto de Cartilhas informativas de direitos humanos (SEI nº 1834-5/16);          |
| 4/11  | Vistoria na Clínica Fênix, em atuação conjunta com NUSA – em resposta a solicitação de Apoio Operacional formulada pela 3ª Defensoria Pública Cível de Porto Nacional;  |
| 7/11  | Reunião da Comissão Especial do CEDDH/TO para discussão sobre curso de capacitação de conselheiros e Seminário de Direitos Humanos;   |
| 8/11  | Reunião dos Núcleos Especializados com equipe de Desenvolvimento da Defensoria Pública para discussão acerca da adequação do SOLAR;   |
| 9/11  | Relatório de Vistoria da Clínica Fênix, localizada em Luzimangues, Porto Nacional;  |
| 10/11 | Realização do II Seminário Ações Afirmativas: Garantia da Igualdade Racial;<br>Realização de Audiência Pública com o objetivo de colher demandas da população tocantinense sobre igualdade racial;              |
| 11/11 | Elaboração de Roteiro do I Seminário Direitos Humanos em Foco, em atuação conjunta com a Diretoria Regional de Porto Nacional;  |
| 16/11 | Reunião do Conselho de Promoção da Igualdade Racial – CEPİR;  |
| 22/11 | Elaboração de Projeto Institucional Caderno de Direitos Humanos;  |
| 27/11 | Realização de Ato em defesa da diversidade religiosa no Parque Cesamar, em atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Comitê Estadual de Respeitos à Diversidade Religiosa; |
| 28/11 | Reunião do COEDE;<br>Elaboração e organização de conteúdo e formatação de Caderno de Direitos Humanos (SEI nº 2855-3/16);   |
| 30/11 | Lançamento da Cartilha Igualdade Racial e Direitos Humanos – Projeto de Cartilhas informativas de direitos humanos, Coleção “Direitos Humanos: Eu Defendo!”;  |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|    |  |
|----|--|
|    | Elaboração de projeto Defensoria Quilombola, em atuação conjunta com o DPAGRA;<br>Revisão e edição de conteúdo da Cartilha “Direito à moradia e Direitos Humanos”.   |
|    | <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>   |
| 19 | Correio eletrônico – nº 283 a 302  |
| 13 | Memorandos – nº 33 a 73  |
| 97 | Ofícios – 53 a 150   |
| 0  | Ofícios Conjuntos  |
| 1  | Carta Convite  |
|    | <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b>  |
| 5  | 16.0.000002762-0 – Roteiro do I Seminário Direitos Humanos em Foco (Porto Nacional);<br>16.0.000002703-4 – Projeto Defensores da Cidadania;<br>16.0.000002814-6 – Solicitação de Apoio a evento - II Encontro de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade (II ERHAD);<br>16.0.000002855-3 – Projeto Caderno de Direitos Humanos;<br><br>15.0.000003723-8 – <i>Relatórios de Atividades do NDDH.</i> |

102

## 11.2 ARTIGOS

### E por falar em acesso à justiça, o que é a Defensoria Pública?

Publicado em 10/11/2016

Por Isabella Faustino Alves

Há muito, já cantava o grande compositor brasileiro Adoniram Barbosa: “Quando o oficial de justiça chegou lá na favela / E contra seu desejo entregou pra seu Narciso / Um aviso pra uma ordem de despejo / Assinada seu doutor, assim dizia a petição / Dentro de dez dias quero a favela vazia / E os barracos todos no chão / É uma ordem superior / Não tem nada não, seu doutor / Vou sair daqui pra não ouvir o ronco do trator / Pra mim não tem problema / Em qualquer canto me arrumo / de

qualquer jeito me ajeito /Depois o que eu tenho é tão pouco / minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de trás / Mas essa gente aí, hein, como é que faz?”

Atualmente, no Brasil, significativa parcela das demandas coletivas relativas a moradia, despejos e conflitos habitacionais urbanos conta com a atuação da Defensoria Pública, na assistência de pessoas em situação de hipossuficiência econômica e hipervulnerabilidade social, como é o caso dos brasileiros que ainda não tiveram efetivado o direito fundamental à moradia. Essa é uma relevante atuação da Defensoria Pública na tutela de direitos fundamentais, a exemplo de diversas outras.

Segundo dispõe a Constituição, incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, com vistas a efetivar o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita.

Nesse contexto, dentre as funções desempenhadas pela Defensoria Pública, destacam-se a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco, de idosos em situação de vulnerabilidade, de mulheres em situação de violência doméstica, de consumidores; a defesa e assistência a adolescentes privados da liberdade ou em conflito com a lei e de pessoas encarceradas; o ajuizamento de ações com vistas a assegurar o fornecimento de medicamentos e tratamentos/assistência médica; a tutela coletiva e a assistência às vítimas das mais diversas violações de direitos humanos – tais como a violência praticada por agentes do próprio Estado.

Além disso, segundo dispõe sua lei orgânica, a Defensoria Pública deve atuar com vistas a priorizar a solução extrajudicial das questões relativas a suas áreas de atuação, podendo, para tanto, realizar tentativas de acordo – por meio da conciliação e da mediação de conflitos – bem como reuniões, com vistas à resolução de demandas e, ainda, expedir recomendações e celebrar termos de ajustamento de conduta com o Poder Público ou com particulares. Também é papel primordial da Defensoria Pública promover a educação em direitos, por meio de seminários, oficinas, audiências públicas, rodas de conversa, palestras, dentre outros meios, acerca dos direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, de modo a contribuir para a sensibilização e conscientização acerca dos direitos humanos e dos direitos de que são titulares todos os brasileiros.

Assim, a Defensoria Pública é instituição primordial para a concretização do acesso à justiça, bem como para a promoção dos direitos humanos e da educação em direitos, no cumprimento de sua missão de contribuir para a efetividade dos direitos fundamentais dos necessitados do ponto de vista econômico, dos vulneráveis e dos marginalizados de nossa sociedade – profundamente marcada pela desigualdade social – bem como para a consolidação da cidadania, com vistas à construção de uma sociedade livre, justa e solidária e de uma cultura de paz.

**Isabella Faustino, é defensora pública e coordenadora do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins**

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/20666>>

## Igualdade racial: a abolição que ainda não veio

Publicado em 21/11/2016

Por Denize Souza Leite

Há cerca de cinco séculos, o Brasil, após ser alvo de uma invasão, a pretexto de um chamado “descobrimento”, serviu de palco para o regime de escravidão colonial mais longo de que se tem notícia, e que perdurou oficialmente por mais de três séculos, tendo como seu marco final oficial o dia 13 de maio de 1888, conhecido como o “Dia da Abolição da Escravatura”.

No entanto, a população negra cujos ancestrais foram escravizados, não vê motivos para comemorações nesta data, porque a liberdade almejada ainda hoje não foi plenamente conquistada, e passados mais de um século, vivenciamos uma abolição inacabada, onde a realidade do “ser negro” no Brasil em quase nada se alterou.

O mito da democracia racial, que se escora no argumento de sermos um país miscigenado, ignora que essa miscigenação não é integradora. É patente que embora sejamos uma sociedade de maioria negra (pretos e pardos), essa parcela considerável da população tem representação inexpressiva nas camadas mais favorecidas ou nos espaços de poder, encontrando-se sua esmagadora maioria cativa na pobreza, a conviver com a ausência de direitos sociais mínimos, numa engrenagem social que tem se mostrado efetiva para manutenção do “status quo”.

Fato é que, como reflexo dessa marginalização e vulnerabilidade social, a população negra sempre encabeça as estatísticas, quando o foco são as mazelas sociais: homens negros lideram os números como vítimas de homicídio, bem como representam a maioria da população carcerária; as mulheres negras são as maiores vítimas da violência de gênero, e as crianças negras estão dentre as mais atingidas pela mortalidade infantil. Números que nos remetem à época das senzalas e navios negreiros.

Com o intuito de se modificar essa lamentável realidade nacional, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.288/2010, importante instrumento destinado a reconhecer as desigualdades raciais ainda existentes, e garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, por meio de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Uma vez que a discriminação e a desigualdade racial são elementos estruturantes de nossa sociedade, o Estado Brasileiro tem o dever de efetivar a igualdade material preconizada em nossa Carta Magna, de forma a promover a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País.

Para tanto, conforme também determina a *Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, de 1965*, da qual o Brasil é signatário, necessitam ser adotadas medidas, programas e políticas de ações afirmativas para assegurar o progresso adequado da população negra ao gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contexto no qual se destacam as tão debatidas cotas raciais.

Ao contrário do que se imagina, as cotas raciais não estimulam uma segregação racial, mas reconhecem que, como diz o poeta, “somos *todos iguais, todos iguais, mais uns mais iguais que os outros*” e que o racismo que temos ainda arraigado, contamina não só nossas relações interpessoais, mas encontra-se institucionalizado no Estado Brasileiro. A conclusão é também da Organização das Nações Unidas em relatório publicado no primeiro semestre deste ano (<https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>), ao constatar que, no Brasil, a violência, a criminalização e a pobreza “continuam a ter uma cor”, afetando de forma desproporcional a população negra do país.

Dentre os muitos exemplos da institucionalização do racismo, podemos apontar os entraves encontrados para se implementar a lei nº11.645/08, que determina o estudo obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, da história e cultura afro-brasileira, ou a campanha política ideológica existente, contra a titulação da terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme garante o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Não foi por outro motivo que, em 2012, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento histórico da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 186, reconheceu por unanimidade a constitucionalidade das cotas raciais, como um mecanismo efetivo de promoção da igualdade material.

Nesse contexto, em referência à morte de Zumbi de Palmares, que foi o maior líder do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência antiescravagista, o dia 20 de novembro foi instituído como o dia da Consciência Negra, verdadeira data comemorativa do movimento negro, por simbolizar, de fato, a luta pela liberdade, pela justiça e pela igualdade racial.

Somos um país forjado na exploração da população negra, passado que nos deixou de herança o dever de uma reparação histórica e social sem a qual não alcançaremos a igualdade racial, imprescindível e necessária para que se cumpram os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de construir uma sociedade livre, justa e solidária e de promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É como nos adverte o professor Helio Santos, “*o Brasil do futuro depende do destino da família negra.*”

**Denize Souza Leite**, é Defensora Pública, Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/20771>>

## 11.3 REPORTAGENS

### NDDH lança cartilha sobre os direitos das pessoas com deficiência

*Cartilha pode ser baixada gratuitamente no site do NDDH*



Publicado em 03/11/2016

Por CledistonAncelmo

A proteção à pessoa com deficiência está prevista em tratados internacionais de direitos humanos, tais como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas, e ratificada no Brasil com status de emenda constitucional.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Apesar disso ainda se verificam violações frequentes aos direitos de pessoas com deficiência, razão pela qual é necessário promovê-los, sobretudo numa perspectiva de educação em direitos humanos, com vistas à construção de uma sociedade inclusiva, que promova igualdade efetiva e o bem de todos, livre de preconceitos e de qualquer forma de discriminação.

Pensando nisso, o NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins lançou a cartilha Direitos das Pessoas com Deficiência. Uma publicação de 32 páginas que esclarece a população com relação a conceitos, legislação, direitos, além da atribuição da Defensoria Pública.

O formato eletrônico da cartilha pode ser baixado gratuitamente na página do NDDH na internet, no endereço [ww2.defensoria.to.gov.br/nddh](http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh).

De acordo com a defensora pública e coordenadora do NDDH, Isabella Faustino, a cartilha é a segunda de uma série de cinco volumes. A primeira foi lançada em agosto passado e traz o tema Liberdade Religiosa e Direitos Humanos. “A coleção é um importante instrumento de promoção da educação em direitos humanos, dos direitos fundamentais e da cidadania”, afirmou a defensora.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20612>>

## Seminário na Defensoria Pública foca a igualdade racial no Tocantins

Publicado em 04/11/2016

Por Cinthia Abreu



A DPE-TO - Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, realizará o “II Seminário Ações Afirmativas: A Garantia da Igualdade Racial”. O evento acontecerá no dia 10 de novembro, às 8 horas, no auditório da Defensoria Pública em Palmas. O Seminário integra a programação do mês da Consciência Negra, que conta também com audiência pública, que visa colher as demandas da população e dos movimentos sociais relativas à promoção da igualdade racial no Tocantins, bem como promover o debate e a

reflexão acerca da efetivação de ações que visem à promoção da igualdade racial. A programação contará, ainda, com apresentações culturais.

A realização do evento é fruto de parceria entre o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e a Universidade Federal do Tocantins – UFT, e as atividades propostas tem o objetivo de promover o debate e a reflexão acerca da efetivação de ações afirmativas com vistas à promoção da igualdade racial no Estado do Tocantins.

### Igualdade

A promoção da igualdade racial está prevista em tratados internacionais de direitos humanos, tais como a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela ONU em 21 de dezembro de 1965, e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969, que prevê, em seu art.1º, § 4, a possibilidade de “discriminação positiva” (a chamada “ação afirmativa”), mediante a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, com vistas a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Atenta a sua missão constitucional, notadamente a função institucional de promover os direitos humanos, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins criou, no ano de 2008, o NDDH - Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, atribuindo-lhe a missão de promover e incentivar a constante e efetiva participação da sociedade civil na divulgação e no aperfeiçoamento das questões relativas aos direitos humanos; e de informar, conscientizar e motivar a população, inclusive valendo-se dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais; o que o faz por meio da atuação efetiva em Conselhos de Direitos, em especial o Cepir - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/20573>>

## Seminário da DPE-TO aprofunda discussões sobre igualdade racial e acesso à políticas afirmativas

*O Seminário integra a programação do mês da Consciência Negra, que contou também com audiência pública*

Publicado em 11/11/2016

Por Keliane Vale

“Como pode um país de face notadamente negra e mulata se desenvolver sem olhar com coragem e com orgulho para sua própria cara? Com o racismo, todos perdemos, é nisto que acreditamos, esta é a luta que travamos”, com esta reflexão, o defensor geral Marlon Amorim abriu a programação do II Seminário Ações Afirmativas: garantia da igualdade racial, nesta quinta-feira, 10, na DPE-TO – Defensoria Pública Estado do Tocantins, em Palmas.



O Seminário integra a programação do mês da Consciência Negra, que contou também com audiência pública, que visa colher as demandas da população e dos movimentos sociais relativas à promoção da igualdade racial no Tocantins, bem como promover o debate e a reflexão acerca da efetivação de ações que visem à promoção da igualdade racial.

O evento fortalece o debate da questão racial no mês da Consciência Negra, buscando efetivar ações que visem à promoção da igualdade racial. Foi realizado pelo NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Cejur – Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UFT – Universidade Federal do Tocantins.

Para a coordenadora auxiliar do NDDH, defensora Denize Souza Leite, é dever do Estado efetivar a igualdade material. “Uma vez que a discriminação e a desigualdade social são elementos estruturantes de nossa sociedade, o Estado brasileiro tem o dever de promover a participação da população negra em condição de igualdade e oportunidade na vida econômica, política, cultural e

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

social do nosso país, necessitando ser adotadas medidas, programas e políticas de ações afirmativas para assegurar o progresso adequado da população negra ao gozo e ao exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contexto no qual se insere as tão debatidas cotas raciais, que ao contrário do que pensam, não estimulam a segregação social, mas sim, é reconhecida constitucionalmente como mecanismo efetivo de promoção da igualdade material”, disse.

A pró-reitora da UFT, Maria Santana Ferreira Milhomem, falou da contribuição da universidade. “A UFT, como universidade jovem, desde o início, debate a questão da igualdade racial. Esse evento vem para contribuir, discutir, disseminar, suscitar a questão da igualdade racial, para desconstruir e realmente entender que precisamos dar um passo muito grande à frente. A Universidade está a postos, tentando fazer esta abordagem, tanto no reduto dela, como externamente”, afirmou.

O presidente da Adpeto – Associação dos Defensores Públicos, Neuton Jardim, considera que o evento representa o trabalho da Defensoria Pública de levar as ações afirmativas às populações que precisam deste tratamento. “A Adpeto tem entre suas atribuições promover essas ações em prol de uma sociedade justa e igualitária”, acrescentou.



O palestrante Sílvio Luiz de Almeida, doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sem se limitar às questões jurídicas – tema da sua palestra, falou de esperança, da sociedade, de pensar em fazer a diferença, em um modo novo de organização social e jurídica. “Falar de ação afirmativa não é falar só de negros, é falar do Brasil, das possibilidades de construir um país real, de um projeto de desenvolvimento. Estou falando de qualidade de vida, das universidades, da previdência social; falar de ações afirmativas é falar que a gente quer cuidar do país do futuro. Não há possibilidade de um futuro decente, se não resolvermos a questão racial”, asseverou o palestrante.

Em sua fala, com o tema “Fundamentos jurídicos da política de cotas raciais no serviço público”, trouxe a importância do Estatuto da Igualdade Social e da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação racial que reafirmam os direitos humanos. “Racismo e discriminação indireta geram estratificação social. Essa luta é política. As políticas são para acabar com as diferenças e não para conviver com elas”, asseverou.

Sílvio Almeida parabenizou a iniciativa da Defensoria Pública do Tocantins com relação a Resolução-CSDP N° 147 de 7 de outubro 2016, que dispõe sobre a adoção de política de cotas étnico-raciais para negros/as, indígenas e quilombolas nos concursos para ingresso nos quadros da Defensoria Pública do Tocantins. “A missão institucional da Defensoria está diretamente relacionada com os direitos humanos e com a realização dos ideais de justiça social, expurgando de todas as formas o racismo institucional. Que seja um exemplo para o país inteiro, tendo assumido este compromisso de construir um futuro que é nosso”, parabenizou.

Durante a palestra com o tema “Monitoramento e Avaliação das Políticas de Cotas Raciais em Concursos Públicos”, a cientista social Najara Lima Costa esclareceu que a política racial é focada em determinados indivíduos que não conseguem ascender socialmente por causa do fenótipo negro, como pode-se observar em profissões que são extremamente segmentadas, como da área da saúde. “Não podemos determinar a meritocracia para pessoas desiguais. As cotas vem aprimorar, porque as pessoas partem de patamares diferentes, de grupos sistematicamente excluídos. É preciso entender

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

que é diferente de políticas sociais”. A palestrante esclareceu que há um controle de acesso às políticas raciais por uma comissão de monitoramento e avaliação e representantes da sociedade civil.

## **Audiência Pública**

A programação desta quinta-feira proporcionou identificar as demandas da população e dos movimentos sociais no que diz respeito à promoção da igualdade racial no Tocantins, bem como o debate e a reflexão acerca da efetivação de ações que visem à promoção da igualdade racial.

À tarde foi realizada uma audiência pública para aprofundar os temas e abrir à discussão para toda a sociedade. O evento teve a participação também de vários estudantes de Universidades do Tocantins.

Participaram da mesa de debate Karoline Soares Chaves, advogada, professora universitária e representante da comissão de Direitos Humanos da OAB-TO; Ana Lúcia Pereira, Coordenadora do Curso de Direito da UFT; Maria Vanir Ilídio, da Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça; Dandara Maria Barbosa Silva, representante do Coletivo Kizoenegrecer e da Marcha Mundial das Mulheres; além dos palestrantes que participaram do Seminário Sílvio Luiz de Almeida e Najara Lima Costa; e a coordenadora auxiliar do NDDH, defensora pública Denize Souza Leite.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20672>>

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016





# DEZEMBRO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 12.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

|              |  |
|--------------|--|
| <b>1 a 2</b> | Realização do I Seminário Direitos Humanos em Foco, em atuação conjunta com a Diretoria de Porto Nacional;   |
| <b>2</b>     | Participação em Roda de Conversa temática sobre Liberdade Religiosa no I Seminário Direitos Humanos em Foco, realizado em Porto Nacional;<br>Participação em Roda de Conversa temática sobre Gênero no I Seminário Direitos Humanos em Foco, realizado em Porto Nacional;  |
| <b>5</b>     | Apoio à realização do II Encontro Regional de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade, promovido pela UFT. Atuação decorrente do Termo de Cooperação firmado entre NDDH e Palmas Participa;<br>Participação em Mesa para discussão sobre Cidade, Direito e Movimentos Sociais, durante o II Encontro Regional de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade;  |
| <b>5 a 9</b> | Apoio à realização da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;   |
| <b>6</b>     | Realização de Roda de Conversa com alunos do 2º ano matutino do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, no Aurenly I, atividade da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;<br>Realização de Roda de Conversa com alunos do 2º ano vespertino do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, no Aurenly I, atividade da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;<br>Realização de Roda de Conversa com alunos do 1º ano vespertino do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, no Aurenly I, atividade da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; |
| <b>7</b>     | Participação em Reunião do CEPPIR;<br>Finalização de conteúdo e diagramação do Caderno de Direitos Humanos;  |
| <b>9</b>     | Apoio à realização do Seminário de Direitos Humanos, atividade da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;<br>Participação em mesa de debate matutino sobre as Perspectivas Atuais dos Direitos Humanos como mediadora. Atividade da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;<br>Participação em mesa de debate vespertino sobre as Perspectivas Atuais dos Direitos Humanos como mediadora. Atividade da I Semana Estadual dos Direitos Humanos. Atuação enquanto membro do Conselho Estadual de Defesa   |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|                               |   |
|-------------------------------|---|
|                               | <p>dos Direitos Humanos;</p> <p>Participação da cerimônia de entrega do I Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos do Tocantins, promovido pela Secretaria de Cidadania e Justiça e Conselhos de Direitos – NDDH premiado em três categorias: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos e Cultura e Direitos Humanos;</p> <p>Lançamento e publicação do Caderno de Direitos Humanos – Projeto de Caderno de Direitos Humanos, Coleção “Direitos Humanos: Eu Defendo!”;</p>   |
| 12                            | Recebimento de denúncia de violação de direitos humanos no sistema prisional – morte de presos em estabelecimento prisional (Cariri/Gurupi);  |
| 13                            | Elaboração do Relatório Final de Atividades do ano de 2016;<br>Elaboração de planilha com andamentos de demandas e controle de ofícios;   |
| 15                            | Participação em reunião do COETRAE/TO   |
| 16                            | <p>Peticionamento em jurisdição brasileira: Ação Civil Pública (Divulgação de imagem de presos provisórios) - atuação conjunta com o NADEP. Número do Processo: 0044895.24.2016.8.27.2729.</p> <p>Peticionamento em jurisdição brasileira: Ação Civil Pública (Falta de acesso viário à Comunidade Mumbuca) - atuação conjunta com o DPAGRA. Número do Processo: 0000849.26.2016.8.27.2736.</p>   |
| <b>OUTROS EXPEDIENTES:</b>    |   |
| 9                             | Correio eletrônico – nº 303 a 312   |
| 6                             | Memorandos – nº 74 a 79   |
| 48                            | Ofícios – 151 a 199   |
| 0                             | Ofícios Conjuntos   |
| 0                             | Carta Convite   |
| <b>PROCESSOS SEI GERADOS:</b> |   |
| 4                             | <p>16.0.000002940-1 – Encaminhamento/providências – Encaminha Memorando 76/2016 sobre regras de organização dos Núcleos;</p> <p>16.0.000002868-5– Projeto/Proposta – sugere a criação de Grupo de Trabalho sobre violência policial;</p> <p>16.0.000002942-8 – Projeto/Proposta – encaminha memorandos 78 e 79/2016 e Protocolo de Atuação Técnica dos Defensores Públicos em casos de tortura;</p> <p>16.0.000002895-2 – Solicitação – Solicita cobertura jornalística da atuação do NDDH na Semana Estadual de Direitos Humanos;</p> <p>15.0.000003723-8 – <i>Relatórios de Atividades do NDDH.</i></p> |

## 12.2 REPORTAGENS

### Cultura, reflexão e direitos humanos em Porto Nacional

Publicado em 28/11/2016

Por Cinthia Abreu

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, realiza na quinta e na sexta-feira, 1º e 2º, o “1º Seminário Direitos Humanos em Foco”. A programação reúne palestras, mesa de debates e apresentações culturais no auditório do IFTO – Instituto Federal do Tocantins, em Porto Nacional. A abertura acontece na quinta-feira, a partir das 19 horas, e haverá atividades durante todo o dia na sexta-feira, 2º. As inscrições estão abertas e podem ser realizadas até quinta-feira, 1º, pelo site: [www.defensoria.to.gov.br](http://www.defensoria.to.gov.br).

O Seminário vai contar com a participação de representantes de movimentos sociais, ONGs, estudantes e comunidade em geral. A abertura vai contar com apresentação do grupo de percussão “Tambores do Tocantins” e Mesa Redonda com o tema central “Direitos Humanos em Foco” e abordagem das temáticas: “Conceito e Desmistificação dos Direitos Humanos”, “Sistema de proteção dos Direitos Humanos”, “Promoção e Defesa institucional dos Direitos Humanos” e “Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Movimentos Sociais”.

Já a programação do segundo dia vai contar com atividades lúdicas com foco na promoção dos direitos humanos, debates em grupos temáticos (Saúde, Sistema Prisional, Gênero, Liberdade Religiosa e Criança e Adolescente). Ao final da programação, será elaborada uma carta aberta à sociedade, onde os participantes do evento se posicionarão em favor da defesa intransigente dos direitos humanos, repudiando toda e quaisquer formas de violação.

#### Reflexão

De acordo com a defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH, o objetivo é promover debates e reflexões a respeito da temática de direitos humanos para a comunidade de Porto Nacional e região, “se constituindo como um instrumento de promoção da educação em direitos humanos, a partir da elaboração de um diagnóstico local”. Ela reforça que o Seminário cumpre a missão do Núcleo de promover e incentivar a constante e efetiva participação da sociedade civil na divulgação e no aperfeiçoamento das questões relativas aos direitos humanos e de informar, conscientizar e motivar a população, inclusive valendo-se dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais.

O evento é realizado pelo NDDH em parceria com a Diretoria Regional da Defensoria Pública em Porto Nacional, sob a gestão da defensora pública Kênia Martins. Segundo ela há uma identificação constante de violação dos direitos humanos na região detectados nos diversos atendimentos da Defensoria Pública. “Entendemos que é necessária a adoção de medidas de caráter contínuo para a garantia dos direitos humanos violados, dentre eles a promoção de projeto para a educação em direitos humanos”, complementa.

Para fazer a sua inscrição clique aqui.

PROGRAMAÇÃO

Dia: 1º dezembro de 2016

19h - Apresentação Cultural do Grupo de Tambores do Tocantins

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

|  |  |
|--|--|
| 19h30 - Mesa Redonda: Direitos Humanos em Foco       | Saúde Pública e Direitos Humanos;                    |
| 23h - Encerramento                                   | Direito Humano à Igualdade de Identidade de Gênero;  |
|  | A Garantia dos Direitos Humanos no Sistema Prisional |
| Dia: 02 dezembro de 2016                             | A Liberdade Religiosa como Direito Humano.           |
| 8h - Café com Direitos Humanos;                      | 12h - Intervalo - Almoço                             |
| 8h30 - Roda de Conversas Simultâneas sobre os Temas: | 14h - Plenária para Socialização dos Temas;          |
| Direitos Humanos da Criança e do Adolescente;        | 17h30 – Encerramento                                 |



## Reflexão sobre direitos humanos em terras portuenses

Publicado em 02/12/2016

Por Cinthia Abreu

Ao som da batucada e do ritmo envolvente do grupo portuense “Tambores do Tocantins”, o I Seminário Direitos Humanos em Foco foi aberto na noite de quinta-feira, 1º, no campus do IFTO – Instituto Federal do Tocantins, em Porto Nacional. Estudantes, representantes de movimentos sociais, do poder público e da comunidade em geral estiveram reunidos com um só objetivo – a promoção dos direitos humanos. Como parte das comemorações do Dia Nacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, o evento acontece até esta sexta-feira, 2, e conta com apresentações culturais, palestras e mesas de debate com foco na reflexão sobre direitos humanos.

Representando a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a noite de abertura contou com a participação das defensoras públicas Kênia Martins, Elydia Leda Barros, Denize Souza Leite e Isabella Faustino Alves, que compuseram Mesa de Trabalhos na companhia do coordenador do Movimento Estadual de Direitos Humanos no Tocantins, Célio Pereira de Souza. A Mesa trouxe como temáticas as abordagens “Conceito e Desmistificação dos Direitos Humanos”, “Sistema de Proteção dos Direitos Humanos”, “Promoção e Defesa Institucional dos Direitos Humanos e Movimentos Sociais”.

### Conceito

A defensora pública Elydia Leda Barros falou sobre o conceito de direitos humanos. “Entendo que as obviedades neste momento atual não são tão óbvias e precisam ser explicadas. É a única característica que a qualquer tempo nos faz iguais. Todos nós devemos ter o mínimo de direitos garantidos para sermos reconhecidos como pessoas”, disse. De acordo com a Defensora Pública, é necessário visitar conceitos pessoais sobre a temática. “Hoje estamos um pouco mais amadurecidos na resistência, então isso nos fortalece a continuar na luta”, complementa. Para ela, é necessário refletir sobre conceitos pessoais sobre os direitos humanos. “Nós temos uma única característica que nos iguala – a condição humana. Se permitirmos que o estado mate, estamos nos tornando assassinos porque estamos violando aquilo que nos é essencial, que é a nossa característica de humanos. Muitos morreram para que nós pudéssemos estar aqui hoje, conversando sobre direitos humanos, muita gente foi torturada, muita gente sofreu, muita gente morreu”, lembra a Defensora Pública.

Já a diretora regional da DPE-TO em Porto Nacional, a defensora pública Kênia Martins, explanou sobre desmistificação dos direitos humanos, destacando sobre os mitos sobre direitos humanos. “A maioria pensa que direitos humanos é só para bandido. Quando a gente intervém pelos direitos humanos de alguém que cometeu um crime, é porque ele está em posição de vulnerabilidade”, defende. Segundo ela, mais da metade da sociedade acredita que bandido bom é bandido morto, mas a regra não se aplica a donos de carvoarias, traficantes, empresários que sonegam impostos, dentre outros. “Bandido na nossa sociedade é aqueles estereótipos do homem negro, pobre que teve péssimas condições de vida. Os defensores dos direitos humanos são a favor de um tratamento justo aos acusados de um crime e também da punição conforme a Lei, à proibição da prática de tortura, garantia de direitos pelo Estado e igualdade de oportunidades para quem quer que seja”, reforça, acrescentando sobre outros erros pregados pela opinião popular como bandeira esquerdista e oposição entre polícia e direitos humanos.

### Institucional

Coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, a defensora pública Isabella Faustino Alves falou sobre o trabalho institucional da Defensoria Pública. “É função da Defensoria prestar orientação e defesa em todos os graus dos necessitados e promoção dos direitos humanos. Porém, em primeiro momento, houve um discurso de que os necessitados seriam apenas do ponto de vista econômico, mas a promoção dos direitos humanos não se limita porque não é possível eu dizer que a promoção dos direitos humanos é só para o grupo A ou grupo B, porque a promoção dos direitos humanos é para todos”, explica. Ela define que todo defensor público por excelência é um defensor dos direitos humanos porque todo trabalho da Defensoria parte da premissa da promoção dos direitos humanos, como por exemplo a atuação dos núcleos especializados. “Nosso papel é promover os direitos humanos de forma coletiva. É saber que qualquer ameaça ao direito de qualquer outra pessoa também ameaça o meu direito”, complementa.

Coordenador do movimento estadual de direitos humanos no Tocantins, Célio Roberto Pereira de Souza, complementa que direitos humanos são a essência do trabalho e história dos movimentos sociais, que surgiram da discussão e implementação das políticas e da lei que não estavam sendo cumpridos e a sociedade começou a se organizar em grupos de defesa. Ele destacou sobre a importância da quebra de preconceitos quanto aos movimentos sociais. “Movimentos sociais nunca foram bandidos, mas seres humanos que defendem o direito de outras pessoas”, conclui.

### Porto Nacional

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Conhecida como Berço da Cultura Tocantinense, o município de Porto Nacional historicamente tem travado importantes lutas contra as violações dos direitos humanos, desde casos contra a democracia e torturas em tempos passados até a repressão à minorias na atualidade. A diretora regional da Defensoria Pública no município, a defensora Kênia Martins reforça que o evento cumpre uma das principais missões da Instituição, que é a promoção dos direitos humanos. “Não há como promover os direitos humanos sem uma atuação preventiva e educadora. Neste ano de 2016, temos vivenciado em tempo real, graves violações aos direitos humanos, vimos a educação ser ideologicamente ser reformada por uma medida provisória, vimos atos de tortura à estudantes e vimos que 67% por cento da nossa população pensa que bandido bom é bandido morto. Todos os dias aparecem em Porto Nacional pessoas que tiveram os seus direitos violados, em especial no campo da saúde, enquanto milhões são roubados dos cofres públicos”, lembra a Defensora Pública.

Membro do Comitê da Diversidade Religiosa, o pastor evangélico Ricardo Vargas Moura elogiou os trabalhos na abertura do Seminário. “Eu acho muito importante a Defensoria promover esse tipo de encontro. Esse evento aqui honra a história de Porto Nacional porque é uma cidade que historicamente está na luta pelos direitos humanos. Parabéns a Defensoria e a essas meninas corajosas porque é muito importante que todos nós sejamos defensores dos direitos humanos”, ressalta, ao citar o empenho das Defensoras Kênia Martins, Elydia Leda Barros, Denize Souza Leite e Isabella Faustino Alves.

A representante Diretoria do IFTO em Porto Nacional, Marilene Dantas, reforçou que o Seminário aproxima os direitos humanos da comunidade acadêmica e promove um debate salutar. “É com muito prazer que recebemos a comunidade de Porto Nacional para refletir sobre um tema tão importante que é os direitos humanos. É importante relembrarmos sempre que o humano está acima de tudo e é com essa sensação de dever cumprido que o IFTO abre as portas da comunidade de Porto Nacional”, expressa.

117

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/20902>>



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016



## Espaço democrático para a promoção dos direitos humanos

Publicado em 05/12/2016

Por Cinthia Abreu

Um amplo espaço democrático para o debate de ideias em prol da promoção de direitos humanos. Assim foi o segundo dia de atividades no I Seminário de Direitos Humanos em Foco, no campus do IFTO – Instituto Federal do Tocantins, em Porto Nacional. Divididos em Rodas de Conversas temáticas, estudantes, representantes de movimentos sociais, do poder público e da comunidade em geral estiveram reunidos durante toda a manhã de sexta-feira, 2, para propor políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos.

Desta forma, os participantes se dividiram nos grupos temáticos Saúde, Sistema Prisional, Gênero, Liberdade Religiosa e Criança e Adolescente. Em um debate salutar de ideias, os participantes apresentaram sugestões ao Sistema de Justiça e ao Estado quanto a elaboração de uma carta aberta à sociedade, onde os participantes do evento se posicionaram em favor da defesa intransigente dos direitos humanos. O objetivo da carta é cobrar posicionamento e implementação de políticas para tentar cessar as violações de direitos. Todas as propostas foram expostas na plenária para socialização dos temas, que aconteceu no período da tarde.



### Saúde

A roda de conversa sobre Saúde foi mediada pela defensora pública Larissa Pultrini. Dentre os principais temas expostos foram relatadas questões como laudos ilegíveis, dificuldade de acompanhar exames no Sistema Único de Saúde com a necessidade de um protocolo para o usuário acompanhar os procedimentos, implantação do Caps AD 03, informatização dos serviços de saúde, violência obstétrica, transparência nas contas públicas e necessidade de abastecimento e regularização dos serviços de atendimento nos postos de saúde e Unidades de Pronto Atendimento.

### Criança e Adolescente

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Já a Roda de Conversa sobre os Direitos da Criança e Adolescente foi mediada pela defensora pública Kênia Martins. Dentro desta temática foram cobradas medidas como a promoção de políticas públicas e espaços de participação popular, mais espaços para lazer das crianças e adolescentes, ações de fomento do primeiro emprego, a criação de um fórum municipal da criança e adolescente, incentivar o protagonismo de crianças e adolescentes, inclusão da disciplina ou de espaços para informação sobre educação sexual nas escolas e sugestão de uma frente parlamentar na Câmara Municipal de defesa da criança e do adolescente, dentre outros.

## Liberdade religiosa



A defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, mediou a Roda de Conversa sobre Liberdade e Diversidade Religiosa. Segundo ela, os participantes relataram que há uma ampla necessidade de ampliar o diálogo sobre a temática. Dos apontamentos foram destacados questões como a implantação e reconhecimento do comitê da diversidade religiosa por parte do poder público, garantir a efetivação da Lei 10.636 com o ensino sobre a história e

cultura afrobrasileira nas escolas, atenção do poder público contra a grave violação da Escola Sem Partido que afronta o conhecimento e liberdade e realização de um fórum sobre direitos da liberdade, diversidade religiosa e estado laico.

## Gênero

A Roda de Conversa sobre Gênero foi mediada pelas defensoras públicas Denize Souza Leite e Vanda Sueli Machado. Na ocasião, foram destacados o melhor acolhimento para vítimas de violência doméstica, necessidade de espaços de debate sobre políticas de gênero, respeito ao direito ao nome social no atendimento de instituições públicas, vagas de emprego para a comunidade LGBTQTT e sensibilizações contra o preconceito, dentre outras.

## Sistema Prisional

As defensoras públicas Larissa Pultrini e Elydia Leda representaram a Roda de Conversa sobre Sistema Prisional. Quanto ao Sistema Prisional foram destacados as mortes recorrentes no sistema prisional com torturas, a exposição da imagem do preso, ineficiência nas custódias, desigualdades para o gênero feminino, falta de estrutura para as mães amamentarem ou darem à luz nos presídios, cobrar do poder público a realização de um projeto de acolhimento e acompanhamento das pessoas que saem do sistema prisional, inserção dessa população no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes, dentre outros.

## Seminário

Como parte das comemorações do Dia Nacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, o I Seminário Direitos Humanos em Foco aconteceu na quinta e sexta-feira, 1 e 2, contando com apresentações culturais, palestras e mesas de debate com foco na reflexão sobre direitos humanos. O evento foi realizado pelo NDDH em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos e com a Diretoria Regional da Defensoria Pública em Porto Nacional, sob a gestão da defensora pública Kênia Martins. Segundo ela, há uma identificação constante de violação dos direitos humanos na região detectados nos diversos atendimentos da Defensoria Pública. “Entendemos que é necessária a adoção de medidas de caráter contínuo para a garantia dos direitos

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

humanos violados, dentre eles a promoção de projeto para a educação em direitos humanos”, complementa.

De acordo com a defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH, o objetivo é promover debates e reflexões a respeito da temática de direitos humanos para a comunidade de Porto Nacional e região, “se constituindo como um instrumento de promoção da educação em direitos humanos, a partir da elaboração de um diagnóstico local.”

Diponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20968>>



120



## Regularização fundiária e espaços urbanos em debate

Publicado em 01/12/2016

Por Cinthia Abreu

O II ERHAD - II Encontro de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade será realizado de 5 a 7 de dezembro, em Palmas. O tema geral do evento é “Cidades participativas e socialmente justas: vivências e um novo olhar sobre o desenvolvimento das cidades” e objetivo é

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

compreender os problemas relacionados a regularização fundiária, habitação e direito à cidade nas Regiões Norte e Centro-Oeste, pela lógica da demanda e da disputa pelos espaços urbanos. A temática em discussão estará dividida em três grandes eixos: “A Dinâmica Urbana”, “Habitação e Irregularidade” e “Direito à cidade”.

A mesa de debate da abertura do evento vai contar com a participação da defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e traz como tema “Cidade, Direito e Movimentos sociais”, às 14 horas, no auditório do campus de Palmas da UFT – Universidade Federal do Tocantins.

O público-alvo será formado por pesquisadores, docentes, estudantes, gestores e técnicos, membros dos conselhos municipais e estaduais, movimentos sociais e demais agentes sociais envolvidos com a temática do desenvolvimento urbano.

## Debate

No II Encontro serão discutidos temas como: Os principais desafios da regularização fundiária urbana; Cidade, Direito e Movimentos sociais; Novas visões e concepções para a ocupação do território urbano pelos pobres, na cidade contemporânea; Experiências de Regularização fundiária. Atores e agentes; O Planejamento Urbano e as dinâmicas da cidade informal; O crescimento do déficit habitacional e a sua relação com o mercado imobiliário; Espaços de mediação e prevenção de conflitos fundiários urbanos: modelos alternativos e estatal; Planos Diretores Municipais: desafio das revisões decenais.

O Encontro é realizado pela UFT/ ITPAC/CEULP/UFPA e tem como apoiadores o Ministério das Cidades e a Defensoria Pública do Estado do Tocantins DPE/TO, pelo NDDH.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20897>>

## Planejamento urbano e direito à habitação em debate

Publicado em 05/12/2016

Por Cinthia Abreu



Com o objetivo de compreender os problemas relacionados à regularização fundiária, habitação e direito à cidade nas Regiões Norte e Centro-Oeste, pela lógica da demanda e da disputa pelos espaços urbanos, foi aberto nesta segunda-feira, 5, o II ERHAD - II Encontro de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade, no auditório do Cuica, no campus de Palmas da UFT - Universidade Federal do Tocantins.

A programação segue até esta quarta-feira, 7, e conta com diversas palestras e mesas de debates com foco no tema central - “Cidades participativas e socialmente justas: vivências e um novo olhar sobre o desenvolvimento das cidades”. A programação da tarde desta segunda-feira foi aberta com a “Mesa 01 - Cidade, Direito e Movimentos sociais”, que contou com a participação da defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, da DPE- TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Na ocasião, a defensora pública apresentou um pouco sobre a atuação da Defensoria Pública, focando a missão institucional e a atuação dos núcleos especializados, e falou ainda sobre a importância do Direito e dos movimentos sociais na luta pela moradia e defesa dos direitos humanos. “A cidade tem se convertido em um verdadeiro palco de lutas cidadãs e, neste contexto, os movimentos sociais de luta pela moradia vem se destacando como atores fundamentais neste processo”, considera. Ela destacou também sobre as formas de atuação da Defensoria Pública nos casos, por exemplo, de regularização fundiária e moradia. “Além da orientação jurídica e da defesa daquele grupo de pessoas no processo, existe também um trabalho de mediação, onde a Defensoria está entre aquele grupo e o Estado”, lembra.

Participam do Encontro pesquisadores, docentes, estudantes, gestores e técnicos, membros dos conselhos municipais e estaduais, movimentos sociais e demais agentes sociais envolvidos com a temática do desenvolvimento urbano. De acordo com o professor da UFT, João Bazolli, o encontro objetiva dar continuidade ao debate promovido pelo I Erhad no intuito de resgatar o rico e democrático debate sobre regularização fundiária no Norte do país, realizado em 2014, no sentido de contribuir efetivamente para o avanço na implantação de instrumentos que melhorem o acesso à terra urbanizada.

### Programação

O Encontro é realizado pela UFT/ ITPAC/CEULP/UFPA e tem como apoiadores o Ministério das Cidades e a Defensoria Pública do Estado do Tocantins DPE/TO, pelo NDDH. A temática em discussão estará dividida em três grandes eixos: “A Dinâmica Urbana”, “Habitação e Irregularidade” e “Direito à cidade”, com foco nos eixos “Os principais desafios da regularização fundiária urbana”; “Cidade, Direito e Movimentos sociais”; “Novas visões e concepções para a ocupação do território urbano pelos pobres, na cidade contemporânea”; “Experiências de Regularização fundiária”, “Atores

e agentes”; “O Planejamento Urbano e as dinâmicas da cidade informal”; “O crescimento do déficit habitacional e a sua relação com o mercado imobiliário”; “Espaços de mediação e prevenção de conflitos fundiários urbanos: modelos alternativos e estatal” e “Planos Diretores Municipais: desafio das revisões decenais”.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20934>>

## Direitos humanos para estudantes de Palmas

### Atividades nas escolas fazem parte da programação da Semana dos Direitos Humanos

Publicado em 07/12/2016

Por Cinthia Abreu



Capital sobre direitos humanos.

Em comemoração ao Dia da Declaração dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, uma programação especial acontece esta semana em escolas públicas da Capital. Por iniciativa do Conselho Estadual de Direitos Humanos, com a participação do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, serão ministradas palestras e debates com estudantes da

123

Nesta terça-feira, 6, a atividade aconteceu na Escola Santa Rita de Cássia. Divididos em salas de aula, membros do Conselho participaram de rodas de conversas com estudantes sobre os Direitos Humanos. A Defensoria Pública do Tocantins foi representada, na ocasião, pela analista jurídica do NDDH, Liz Marina Régis, e pela defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do Núcleo, que conversaram com os estudantes, apresentaram a atuação do Núcleo de Direitos Humanos e distribuíram exemplares das cartilhas lançadas pelo NDDH este ano, acerca dos direitos da pessoa com deficiência e da liberdade religiosa.

De acordo com a Coordenadora do NDDH, o objetivo da atividade é promover e incentivar a reflexão, a compreensão e o debate acerca dos direitos humanos, de seu conceito e significado, e de como se pode defendê-los no cotidiano, aproveitando o ensejo para apresentar a Defensoria Pública, sua missão e atribuições, bem como o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, aos estudantes. “Os alunos se mostraram muito interessados por conhecer mais sobre os direitos humanos e conversar a respeito do tema, tendo aproveitado para formular diversos questionamentos sobre a defesa dos direitos humanos em casos de violações cometidas pelo próprio Estado; do direito humano à liberdade e diversidade religiosa, bem como acerca dos direitos humanos de grupos tais como mulheres; crianças e adolescentes e pessoas com deficiência.

Semana

A programação integra a Semana Direitos Humanos que teve início na segunda-feira, 5, e segue ainda até a próxima sexta-feira, 9, com palestras diárias em escolas da Capital. Nesta quinta-feira, 8, haverá roda de conversa na Escola Mundo do Sócio do Saber, localizada no Case - Centro de Atendimento Socioeducativo, em Palmas. Já na sexta-feira, 9, será realizado Seminário para

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

discussão sobre direitos humanos. No final, haverá a entrega do I Prêmio de Boas Práticas em Direitos Humanos.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/20968>>

124

## Seminário e Prêmio Boas Práticas encerram a programação da Semana dos Direitos Humanos

### A Defensoria Pública do Tocantins venceu o Prêmio em três categorias

Publicado em 08/12/2016

Por Clédiston Ancelmo, com informações da Ascom/SECIJU



O Seminário sobre Perspectivas Atuais dos Direitos Humanos, que acontece nesta sexta-feira, 9, encerra a programação da Semana Estadual dos Direitos Humanos. O evento será a partir das 8 horas, no auditório do Palácio Araguaia. As inscrições podem ser feitas pelo link <http://bit.ly/2hemFJQ>. O Seminário é promovido pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, composto por entidades governamentais e sociedade civil, dentre as quais a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A programação contará com palestra sobre a "Conjuntura da realidade nacional e estadual e os impactos nos direitos humanos" e mesas redondas durante todo o dia, além de apresentações artísticas.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Ao final do evento, será entregue o Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos, promovido pela SECIJU – Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, para 35 entidades públicas e pessoas da sociedade civil. A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, venceu em três categorias: Defesa e Promoção dos Direitos Humanos; Educação em Direitos Humanos; e Cultura e Direitos Humanos.

O Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos do Tocantins tem o objetivo de reconhecer o importante papel de pessoas físicas ou jurídicas, representantes ou não de entidades jurídicas da sociedade civil e Servidores Públicos, cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque nas áreas de promoção e defesa dos Direitos Humanos do Tocantins.

Os vencedores foram anunciados nesta terça-feira, 6, e a cerimônia de premiação será na sexta-feira, 9, a partir das 16 horas, no auditório do Palácio Araguaia, em Palmas, durante o Seminário Perspectivas Atuais dos Direitos Humanos em alusão à Semana Estadual dos Direitos Humanos.

A coordenadora do NDDH, defensora pública Isabella Faustino, convida a sociedade a participar do seminário e a prestigiar a entrega da premiação das entidades que foram destaque em Direitos Humanos no Tocantins em 2016. “A premiação é um importante reconhecimento da atuação da Defensoria Pública na promoção e defesa dos direitos humanos – cumprimento de uma de suas indispensáveis missões, previstas no texto constitucional – e reafirma, também, a essencialidade da instituição para a efetivação dos direitos fundamentais. O Estado, por meio de seus Poderes, órgãos e instituições, só existe, em verdade, para garantir direitos humanos fundamentais. O reconhecimento da Defensoria Pública como referência na promoção desses direitos é um atestado de que vem cumprindo com seu valoroso objetivo, como espera a sociedade e, sobretudo, nosso público-alvo.”, destacou a Coordenadora do NDDH.

Confira a programação do Seminário desta sexta-feira:

8h – Abertura Cultural

8h20 – Conjuntura da realidade nacional e estadual e os impactos nos direitos humanos.

9h – Fila do Povo

10h – Mesa redonda sobre as Perspectivas atuais dos Direitos Humanos

11h – Fila do povo

12h – Intervalo para Almoço

14h- Mesa redonda sobre as Perspectivas atuais dos Direitos Humanos

15h30- Fila do Povo

16h15 – Apresentação de Dança

16h30 – Entrega do Prêmio “Boas praticas em Direitos Humanos”.

18h30 – Encerramento

NDDH

O Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO tem como atribuições receber e apurar representações que contenham denúncias individuais ou coletivas de violação dos direitos humanos; notificar as autoridades e tomar as providências necessárias para cessar os abusos praticados, bem como representar às autoridades competentes a fim de que apurem e evitem qualquer ato de violação de direitos humanos; propor, monitorar e avaliar as questões relativas a direitos humanos no âmbito das atribuições da Defensoria Pública; coordenar o acionamento de Cortes Internacionais em casos de violação de direitos humanos. Também atua em conjunto com a sociedade civil nos mais diversos Conselhos Estaduais de Direitos e promove os direitos humanos por meio da divulgação e conscientização a respeito dos direitos humanos e das garantias fundamentais. É responsável, ainda, por contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/20978>>

## NDDH lança Caderno de Direitos Humanos

### O Caderno traz o conceito, as principais características dos Direitos Humanos e uma evolução histórica dos direitos humanos,

Publicado em 09/12/2016



Em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado anualmente no dia 10 de dezembro, o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, com o apoio da ADPE-TO – Associação dos Defensores Públicos do Estado do Tocantins, lança o Caderno de Direitos Humanos, e-book que estará permanentemente disponível para download gratuito na página do Núcleo.

O Caderno traz o conceito, as principais características dos Direitos Humanos e uma evolução histórica dos direitos humanos, de maneira didática, seguido de uma apresentação da linha do tempo dos direitos humanos no plano internacional e no Brasil, visando a promover a sensibilização e reflexão sobre esse importante tema.

Além disso, a publicação conta com uma coletânea de artigos publicados por Defensores(as) Públicos(as) na mídia nacional e local, nos últimos dois anos, os quais abordam diferentes temáticas relativas aos direitos humanos.

126

De acordo com a defensora pública e coordenadora do NDHH, Isabella Faustino, o Caderno integra a Coleção “Direitos Humanos: Eu defendo”, que tem o objetivo de promover a educação em direitos humanos e, sobretudo, a reflexão sobre a importância dos direitos humanos e de as pessoas refletirem sobre a necessidade de assumir uma postura de defesa desses direitos em seu cotidiano, contando com a Defensoria Pública nesse mister. “O Caderno é mais um importante instrumento de promoção da educação em direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, atentando para a necessidade das pessoas conhecerem seus direitos, e importância deles, sem o que não se pode falar em cidadania plena, nem em democracia efetiva”, afirmou a defensora.

O Caderno de Direitos Humanos pode ser baixado gratuitamente na página do NDDH na internet, no endereço [ww2.defensoria.to.gov.br/nddh](http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh).

## Defensoria recebe três prêmios de Boas Práticas durante Seminário de Direitos Humanos

Publicado em 12/12/2016

Por Clédiston Ancelmo, com informações da Ascom/SECIJU

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016



A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, venceu o I Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos em três categorias. A entrega aconteceu ao final do Seminário Perspectivas Atuais dos Direitos Humanos, que aconteceu na sexta-feira, 9, no auditório do Palácio Araguaia, em Palmas, encerrando a programação da Semana Estadual dos Direitos Humanos.

As categorias nas quais o NDDH foi premiado foram: Defesa e Promoção dos

Direitos Humanos; Educação em Direitos Humanos; e Cultura e Direitos Humanos. Para a coordenadora do NDDH, defensora pública Isabella Faustino, esse foi o reconhecimento de um trabalho realizado pela Instituição. “A premiação é um importante reconhecimento da atuação da Defensoria Pública na promoção e defesa dos direitos humanos – cumprimento de uma de suas indispensáveis missões, previstas no texto constitucional – e reafirma, também, a essencialidade da instituição para a efetivação dos direitos fundamentais. O Estado, por meio de seus Poderes, órgãos e instituições, só existe, em verdade, para garantir direitos humanos fundamentais. O reconhecimento da Defensoria Pública como referência na promoção desses direitos é um atestado de que vem cumprindo com seu valoroso objetivo, como espera a sociedade e, sobretudo, nosso público-alvo.”, destacou a Coordenadora do NDDH.

O Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos do Tocantins tem o objetivo de reconhecer o importante papel de pessoas físicas ou jurídicas, representantes ou não de entidades jurídicas da sociedade civil e Servidores Públicos, cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque nas áreas de promoção e defesa dos Direitos Humanos do Tocantins.

## Semana

A programação do Seminário contou com mesa redonda sobre as Perspectivas Atuais dos Direitos Humanos – Políticas de defesa da diversidade religiosa, trabalho escravo, igualdade racial, direitos dos usuários abusivos de drogas, criminalização dos movimentos sociais e direitos das pessoas privadas de liberdade, que foi mediada pela defensora pública Isabella Faustino. Momento de grande discussão entre os participantes. O Seminário foi promovido pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, composto por entidades governamentais e sociedade civil, dentre as quais a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O Seminário foi uma das ações da Semana de Direitos Humanos, que aconteceu de 05 a 08 de dezembro, e promoveu rodas de conversa com os adolescentes do ensino médio de escolas estaduais nas capitais. Conselheiros, parceiros e representantes de entidades parceiras estiveram presentes na rotina das salas de aula para conversar sobre os públicos vulneráveis, público foco do trabalho para quem é defensor dos direitos fundamentais.

Dentre os temas propostos, destacam-se o conceito de direitos humanos, os direitos das pessoas com deficiência e a liberdade religiosa, que foram trabalhadas pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins. A analista jurídica do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO, Liz Marina Ribeiro, ressaltou que o contato direto com os adolescentes foi proveitoso, pois a instituição pôde coletar as demandas trabalhadas nas rodas de conversa. “A questão da desigualdade racial prevalece nos debates, não só de oportunidade de acesso ao ensino e mercado de trabalho, mas também em relação ao desrespeito às manifestações das religiões de matrizes africanas. As rodas de conversa nos fizeram refletir sobre o nosso papel enquanto instituição e em todas as formas que temos de contribuir para a mudança dessa realidade”, afirmou.

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21017>>



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

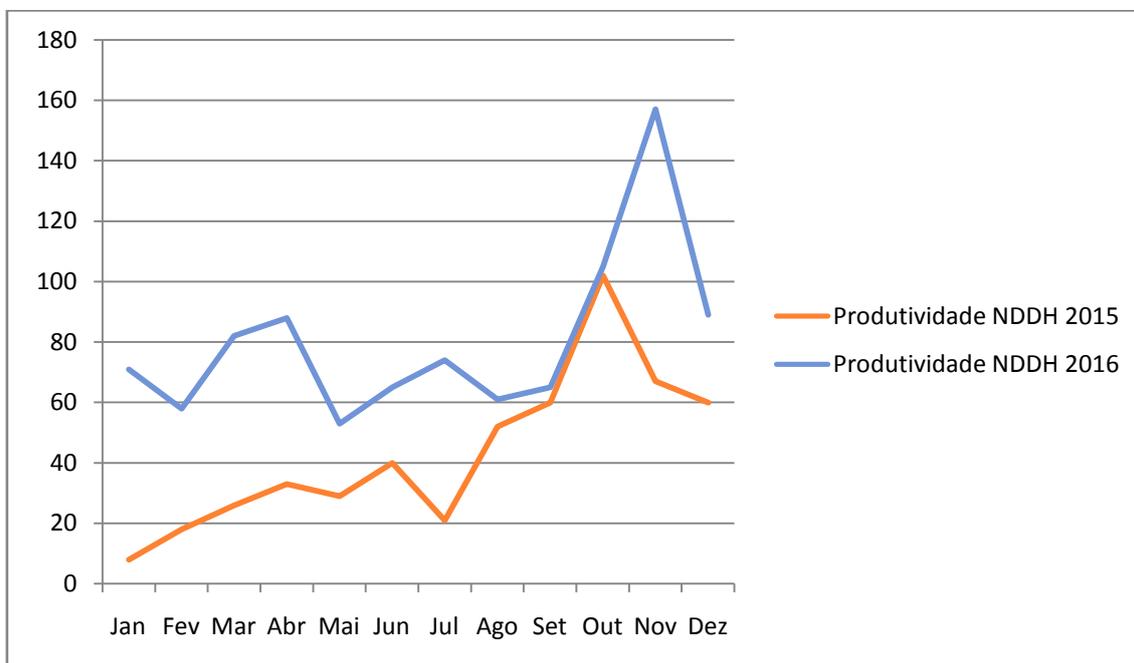
## ANEXO I

### 1. Tabela de atividades

| RELATÓRIO MENSAL DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - NDDH  |                       |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            | 2016         |            |
|--|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|--------------|------------|
| <p>O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos possui caráter permanente e missão primordial de prestar suporte e auxílio no desempenho da atividade funcional dos Membros da Instituição, sempre que a demanda apresentada referir-se, direta ou indiretamente, à violação das normas asseguradoras dos Direitos Humanos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1978) e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (1969), bem como demais tratados e convenções ratificados pelo Brasil. A Resolução-CSDPE nº 25, de 06 de agosto de 2008 cria o NDDH, sendo estabelecidas no artigo 3º suas atribuições.</p> |                       |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              |            |
| ATIVIDADES   | MESES                 |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            | TOTAL        |            |
|  | JAN                   | FEV       | MAR       | ABR       | MAI       | JUN       | JUL       | AGO       | SET       | OUT        | NOV        |              | DEZ        |
| Denúncia de violação à Direitos Humanos (inciso I, art. 3º)  | 1                     |           | 3         | 1         | 4         | 1         | 4         | 4         | 1         | 1          |            | 1            | 21         |
| <b>Apoio Operacional</b>   |                       |           |           |           |           | 5         | 5         | 4         | 4         | 1          |            |              | 19         |
| Atendimento coletivo (inciso I, art. 3º)   |                       |           | 1         | 2         |           |           | 1         | 1         |           | 1          |            |              | 6          |
| Orientação jurídica individual (inciso I, art. 3º)   |                       | 3         | 2         |           |           |           |           |           |           |            |            |              | 5          |
| Instauração de PROPAC (inciso II, art. 3º)   |                       | 1         |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              | 1          |
| Peticionamento às Cortes Internacionais (inciso III, art. 3º)  |                       |           |           |           | 1         |           |           |           |           |            |            |              | 1          |
| Peticionamento em jurisdição brasileira (incisos IV, art. 3º)  |                       |           |           | 2         | 3         |           |           | 2         | 2         |            |            | 2            | 11         |
| Recomendações (incisos IV, VII, art. 3º)   |                       |           | 1         |           |           |           |           | 1         |           |            |            |              | 2          |
| Estudos, cartilhas e apostilas (incisos V, X, XII, XVII art. 3º)   |                       | 1         |           | 1         |           |           |           | 5         | 1         |            | 4          | 2            | 14         |
| Reuniões em Conselhos de Direitos (incisos VI, XV, art. 3º)  | 3                     | 1         | 3         | 4         | 3         | 6         | 1         | 3         | 3         | 4          | 3          | 2            | 36         |
| Participação em reuniões oficiais (incisos VI, XIII, XIV, XV, art. 3º)   | 5                     | 1         | 8         | 2         | 2         | 6         | 5         | 1         | 4         | 5          | 1          |              | 40         |
| Realização de seminários e eventos (incisos VIII, IX, XI, art. 3º)   |                       | 1         |           | 4         | 4         | 3         |           | 2         |           |            | 3          | 4            | 21         |
| Palestras ministradas em outras instituições (incisos VIII, IX, XI, art. 3º)   |                       |           | 2         |           |           | 1         |           |           |           |            |            | 8            | 11         |
| Participação em congressos e eventos   | 1                     |           | 1         | 2         | 5         | 6         | 1         | 3         |           |            | 1          | 1            | 21         |
| Informativos (inciso X, art. 3º)   |                       |           |           | 1         | 1         |           |           | 1         |           |            |            |              | 3          |
| Artigos publicados e entrevistas à imprensa (incisos VIII e XI, art. 3º)   |                       | 4         | 3         | 1         | 2         |           |           | 1         |           |            |            |              | 11         |
| Relatórios (inciso IV, art. 3º)  |                       |           | 1         | 1         |           | 3         | 1         | 1         |           | 1          | 1          | 1            | 10         |
| Visitas e inspeções (incisos I e XII, art. 3º)   |                       | 1         | 1         | 1         |           |           |           |           |           |            | 1          |              | 4          |
| Notas Públicas   |                       | 1         | 1         |           |           | 1         |           |           |           |            |            |              | 3          |
| Propostas de resoluções, leis, projetos, roteiros e convênios  | 2                     | 1         |           |           | 3         |           | 6         | 1         | 1         | 1          | 3          |              | 18         |
| Processos SEI gerados  |                       |           | 2         | 3         |           | 1         | 5         | 2         | 7         | 4          | 5          |              | 29         |
| <b>SUBTOTAL</b>  | <b>12</b>             | <b>15</b> | <b>29</b> | <b>25</b> | <b>28</b> | <b>33</b> | <b>29</b> | <b>32</b> | <b>23</b> | <b>18</b>  | <b>22</b>  | <b>21</b>    | <b>287</b> |
| <b>ENCAMINHAMENTOS</b>   |                       |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            | <b>TOTAL</b> |            |
| Ofícios  | 10                    | 9         | 5         | 5         | 3         |           | 11        | 2         | 4         |            | 97         | 48           | 194        |
| Ofícios Conjuntos  |                       |           |           | 9         |           |           |           |           | 1         |            |            |              | 10         |
| Memorandos   | 5                     | 2         |           | 8         |           |           |           |           | 2         | 13         | 13         | 6            | 49         |
| E-mails  | 40                    | 29        | 36        | 14        | 14        | 25        | 25        | 19        | 27        | 51         | 19         | 9            | 308        |
| Despachos  | 2                     |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              | 2          |
| Outros   | 1                     | 3         | 5         | 1         | 1         |           |           |           | 3         | 22         | 1          | 1            | 38         |
| <b>SUBTOTAL</b>  | <b>58</b>             | <b>43</b> | <b>46</b> | <b>37</b> | <b>18</b> | <b>25</b> | <b>36</b> | <b>21</b> | <b>37</b> | <b>86</b>  | <b>130</b> | <b>64</b>    | <b>601</b> |
| <b>ATUAÇÕES CONJUNTAS (inciso XIII, XIV, XV, art. 3º)</b>  |                       |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            | <b>TOTAL</b> |            |
| NAC  |                       |           | 2         | 10        |           |           | 4         | 1         | 2         |            |            |              | 19         |
| NADEP  |                       |           | 1         | 2         |           | 1         | 2         | 1         | 2         |            |            | 1            | 10         |
| NUDIS  |                       |           |           |           |           | 1         | 1         |           |           |            |            |              | 2          |
| DPAGRA-DEFENSORIA QUILOMBOLA   |                       |           | 1         | 9         |           |           |           |           |           |            | 1          | 1            | 12         |
| NUSA   |                       |           |           |           | 2         |           |           |           |           |            | 2          |              | 4          |
| NUDECA   |                       |           |           |           |           | 1         |           |           |           | 1          |            |              | 2          |
| NUDEM  |                       |           | 1         |           | 1         | 1         |           |           |           |            |            |              | 3          |
| NUDECON  |                       |           | 1         |           |           | 1         |           |           |           |            |            |              | 2          |
| DEFENSORIAS PÚBLICAS   |                       |           | 2         | 5         | 4         | 1         | 1         | 6         | 1         |            | 2          | 1            | 23         |
| PALMAS PARTICIPA - UFT   | 1                     |           |           |           | 1         | 1         | 1         |           |           |            |            | 1            | 4          |
| <b>SUBTOTAL</b>  | <b>1</b>              | <b>0</b>  | <b>8</b>  | <b>26</b> | <b>8</b>  | <b>6</b>  | <b>9</b>  | <b>8</b>  | <b>5</b>  | <b>1</b>   | <b>5</b>   | <b>4</b>     | <b>81</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>   | <b>71</b>             | <b>58</b> | <b>82</b> | <b>88</b> | <b>54</b> | <b>65</b> | <b>74</b> | <b>61</b> | <b>65</b> | <b>105</b> | <b>157</b> | <b>89</b>    | <b>969</b> |
| <b>Equipe do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos</b>   |                       |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              |            |
| Dra. Isabella Faustino Alves   | Coordenadora          |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              |            |
| Dra. Denize Souza Leite  | Coordenadora Auxiliar |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              |            |
| Liz Marina Regis Ribeiro   | Analista Jurídica     |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              |            |
| Tatiane Dias Medeiros  | Estagiária de Direito |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |              |            |

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 2. Gráficos de produtividade



Este Núcleo Especializado expediu, no ano de 2016, 214 ofícios; 49 memorandos; compareceu a 36 reuniões oficiais de Comitês, Conselhos e Comissões de Direitos Humanos que integra, representando a Defensoria Pública; recebeu 40 solicitações de apoio técnico ou denúncias de violações; publicou 3 cartilhas informativas, 1 caderno de direitos humanos, 1 apostila temática e 3 informativos; realizou e/ou participou da organização de um total 32 eventos; propôs, em atuação conjunta e sozinho, 12 petições, entre elas, ações coletivas; elaborou 9 projetos relativos a sua área atuação, quais sejam: a) Projeto Oficinas da COETRAE/TO (1312-2/16); b) Projeto de Cartilha Informativa sobre Respeito à Diversidade Religiosa (1448-0/16); c) Projeto de Grupo de Estudo e Trabalho com ênfase em igualdade de gênero (1654-7/16); d) Projeto Cartilhas de Direitos Humanos (1834-5/16); e) Projeto Defensores da Cidadania (2703-4/16); Projeto Defensoria na Aldeia (2601-1/16); f) Projeto Caderno de Direitos Humanos (2855-3/16); g) Projeto de criação de Grupo de Trabalho sobre violência policial (2868-5); h) Projeto/Proposta – Protocolo de Atuação Técnica dos Defensores Públicos em casos de tortura (2942-8).

## ANEXO II

### 1. Cartazes dos eventos promovidos pelo NDDH

**Seminário**

# PALMAS EM FOCO

## Participação e Direito à Cidade

Venha participar desse amplo, rico e democrático debate sobre a cidade, seus problemas, potencialidades e o fortalecimento da participação social no processo de reforma do plano diretor de Palmas.

**Dias 2, 3 e 4 de fevereiro**

**Auditório da Defensoria Pública**

**Na programação estão previstas apresentações sobre:**  
A reforma do plano diretor, bem como seus aspectos jurídicos e metodológicos; Programa Palmas Sustentável; Metodologia participativa da comunidade; Região metropolitana; Mobilidade urbana.

Inscrições: [www.defensoria.to.gov.br](http://www.defensoria.to.gov.br)

**faça parte dessa discussão!**

apoio:



organização:



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## SEMANA NACIONAL DA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

### 4 a 8 de abril

**Credenciamento:**  
dias 6 e 8 no  
Auditório  
da DPE-TO.



**4 de abril**  
**14h**  
Abertura da Semana  
Nacional da Luta  
pelo Direito à  
Moradia

**14h15**  
Atendimento Coletivo  
na Vila Agrotins

Local:  
Rua 02, Chácara 36



**5 de abril**  
**19h**  
Atendimento  
Coletivo no Setor  
Lago Norte

Local:  
Setor Lago Norte  
Alameda 1, lote 18



**6 de abril**  
**14h**  
Roda de Conversa  
com os  
Representantes dos  
Movimentos Sociais

Local:  
Auditório da DPE-TO



**8 de abril**  
**09h**  
Roda de Conversa com  
Defensores Públicos

**14h**  
Audiência Pública

Local:  
Auditório da DPE-TO



Entidade apoiadora:



Realização:

**CEJUR**  
Centro de Estudos  
Jurídicos

**DPAGRA**  
Núcleo da Defensoria  
Pública Agrária

**NAC**  
Núcleo Especializado  
em Ações Coletivas

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**NUMECON**  
Núcleo Especializado  
de Mediação e Conciliação

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

## Trabalho Escravo em Foco: Uma Questão de Direitos Humanos

**30 DE MAIO**  
UNIRG | GURUPI

**8h às 12h**  
exclusivo para  
servidores públicos das  
regiões Sul e Sudeste

**OFICINAS TEMÁTICAS**  
Identificação de situações de  
trabalho análogas à  
escravidão, controle mais  
efetivo das denúncias e a  
criação de mecanismos para  
o controle e o afastamento.

**14h às 17h**  
aberto  
ao público

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
Assinatura de termo de  
cooperação entre  
autoridades locais.



**COETRAE**  
COMISSÃO ESTADUAL  
PARA ERRADICAÇÃO DO  
TRABALHO ESCRAVO

**NDDH**  
Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE-TO**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## II Seminário



# PALMAS EM FOCO

### Dinâmicas e Dilemas de uma Cidade

De 16 a 19 de agosto

Auditório da Defensoria Pública

## PROGRAMAÇÃO

| 16 DE AGOSTO   | 18 DE AGOSTO   | 19 DE AGOSTO  |
|--|--|---|
| <p>14h00 <b>Abertura</b></p> <p>14h30 <b>Tema: Plano Diretor: uma análise de elaboração e implantação do instrumento</b></p> <p>Palestrantes:<br/> <b>JOSÉ ALBERTO TOSTES</b> – Comissão Especial de Planejamento Urbano e Ambiental do CAU/BR;<br/> <b>PROF.ª ANA BEATRIZ ARAÚJO VELASQUES</b> – Universidade Federal do Tocantins - UFT;<br/> <b>PROF. JOÃO BAZOLLI</b> - Palmas Participa;<br/> <b>VENERANDA ROSA DE OLIVEIRA</b> - Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins.</p> <p>Mediadora: <b>PROF.ª ADRIANA DIAS</b> – CEULP/ULBRA.</p> <p>16h00 <b>Debates</b></p> | <p>08h00 <b>Início dos trabalhos</b></p> <p>08h30 <b>Tema: As eleições municipais de 2016 impedem a Revisão do Plano Diretor neste ano?</b></p> <p>Composição de mesa para debate:<br/> <b>ROGÉRIO DE FREITAS LEDA BARROS</b> - Câmara Municipal de Palmas;<br/> <b>EDILBERTO CARLOS CIPRIANO CARVALHO</b> e <b>FRANCIELE PAOLA RODRIGUES BARBOSA</b> - CEDU/OAB-TO;<br/> <b>ISABELLA FAUSTINO ALVES</b> - Defensoria Pública do Estado do Tocantins;<br/> <b>RUBEM RIBEIRO DE CARVALHO</b> - Juiz do TRE-TO<br/> <b>CLENAN RENAUT DE MELO</b> - Ministério Público Estadual.</p> <p>Mediadora: <b>PROF.ª ALINE SUELI DE SALLES SANTOS</b> - UFT.</p> <p>11h00 <b>Debates</b></p> <p>14h00 <b>Início dos trabalhos</b></p> <p>14h30 <b>Tema: Cidade e a financeirização urbana</b></p> <p>Palestra:<br/> <b>PROF. THIAGO A. P. HOSHINO</b> - Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná.</p> <p>15h15 <b>Tema: Cidade compactada ou dispersa</b></p> <p>Palestra:<br/> <b>PROF.ª OLÍVIA MAIA</b> - Universidade Federal do Tocantins - UFT.</p> <p>Mediador: <b>GIOVANNI ALESSANDRO ASSIS SILVA</b> Instituto Arquitetos do Brasil - IAB/TO.</p> <p>16h00 <b>Espaço para perguntas e discussões</b></p> | <p>08h00 <b>Início dos trabalhos</b></p> <p>08h30 <b>Tema: Ordenamento territorial no município de Palmas: a ocupação desordenada</b></p> <p>Palestrantes:<br/> <b>ANTÔNIO CÉSAR MELLO</b> - Presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/TO;<br/> <b>HERBERT BRITO BARROS</b> - Naturatins;<br/> <b>FELIPE LOPES BARBOZA CURY</b> - Defensoria Pública do Estado do Tocantins;<br/> <b>MATOSALÉM SANTANA</b> - Comissão de Políticas Urbanas e Ambientais;</p> <p>Mediadora: <b>PROF.ª ÂNGELA ISSA HAONAT</b> - UFT.</p> <p>11h00 <b>Debates</b></p> <p>14h00 <b>Início dos trabalhos</b></p> <p>14h30 <b>Tema: Os 15 anos do Estatuto da Cidade</b></p> <p>Palestra:<br/> <b>CLÁUDIO OLIVEIRA DE CARVALHO</b> - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia</p> <p>17h00 <b>Encerramento</b></p> <div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 10px; width: fit-content; margin: 10px auto;"> <p style="text-align: center;">NOVIDADE<br/>2 INTÉRPRETES</p> <p style="text-align: center; font-size: 8px;">Um intérprete de Libras para cada intérprete</p> </div> <div style="text-align: center; margin-top: 10px;"> <p><b>faça parte dessa discussão!</b></p> <p>Inscrições:<br/> <a href="http://www.defensoria.to.gov.br">www.defensoria.to.gov.br</a></p>  </div> |
| <p style="text-align: center; background-color: #008080; color: white; padding: 5px;"><b>17 DE AGOSTO</b></p> <p>08h00 <b>Tema: Expansão Urbana e Conflito Ambiental</b></p> <p>Visita técnica ao entorno da APA do Lajeado:<br/> <b>MATOSALÉM SANTANA</b> - Comissão de Políticas Urbanas e Ambientais.</p> <p>14h00 <b>Reunião Setorial da Revisão do Plano Diretor de Palmas</b> - a Prefeitura de Palmas realizará a apresentação da revisão do Plano Diretor de Palmas para a OAB/TO e CAU/TO.</p> <p>15h00 <b>Debates</b></p>  |  |   |

**Apoio:** 

**Organização:** 



## II Seminário Ações Afirmativas: garantia da igualdade racial

### 10 de novembro

Auditório da Defensoria Pública. Palmas-TO.

» Apresentação Cultural  
(Comunidades Quilombolas)

**INSCRIÇÕES PARA O SEMINÁRIO: [WWW.DEFENSORIA.TO.GOV.BR](http://WWW.DEFENSORIA.TO.GOV.BR)**

#### PROGRAMAÇÃO:

**8h30 Palestra**



**FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO**  
Palestrante: Dr. Silvio Luiz de Almeida – Advogado, presidente do Instituto Luiz Gama, Doutor e Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo de São Francisco). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. É também consultor técnico da Federação Quilombola do Estado de São Paulo. Autor de livros e artigos nas áreas do Direito, da Filosofia e da Política.

**10h30 Palestra**



**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS**  
Palestrante: Najara Lima Costa – Cientista Social graduada pela Universidade Federal Fluminense, professora, atualmente exerce a função de Supervisora de Ações Regionalizadas na Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR), onde também preside a Comissão de Monitoramento e Avaliação da lei 15.939/2013 - qual dispõe 20% de reserva de vagas para negros e negras nos serviços públicos do município de São Paulo em Cargos Efetivos e Comissionados (PL 223/13).

**MESA DE DEBATES COM PALESTRANTES**  
Mediadora: Denize Souza Leite – Defensora Pública, coordenadora auxiliar do NDDH

**14h AUDIÊNCIA PÚBLICA (ABERTA AO PÚBLICO)**  
Em pauta a efetivação de ações afirmativas que visem à promoção da igualdade racial no Estado do Tocantins.  
Convidados a compor a mesa: Palestrantes do Seminário; Universidade Federal do Tocantins; Presidente(a) do CEP/TO; Representantes do Poder Público Estadual; Representantes da Sociedade Civil organizada

**Apoiadores**



**Organizadores**



# 10

SEMINÁRIO

## Direitos Humanos em Foco



DEFENSORIA PÚBLICA PORTO NACIONAL

Inscrições no site [www.defensoria.to.gov.br](http://www.defensoria.to.gov.br)

### 1º e 02 de dezembro

Instituto Federal do Tocantins - IFTO (Campus de Porto Nacional)  
Av. Tocantins - Jardim América

#### Programação

#### 1º de Dezembro

19h Apresentação Cultural do Grupo Tambores do Tocantins;  
19h30 Mesa redonda: Direitos Humanos em Foco.

#### 02 de Dezembro

08h Café com Direitos Humanos;  
08h30 Rodas de Conversa Simultâneas sobre os Temas:

Direitos Humanos da Criança e do Adolescente;  
Saúde Pública e Direitos Humanos;  
Direito Humano à Igualdade e Identidade de Gênero;  
A Garantia dos Direitos Humanos no Sistema Prisional;  
A Liberdade Religiosa como Direito Humano.

12 às 14h Intervalo para almoço;  
14h Plenária para Socialização dos Temas;  
17h30 Encerramento

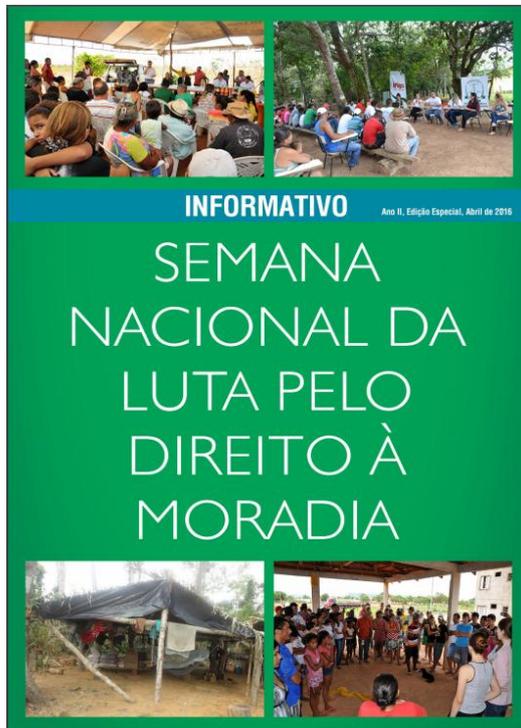
Certificação com carga horária de 12h



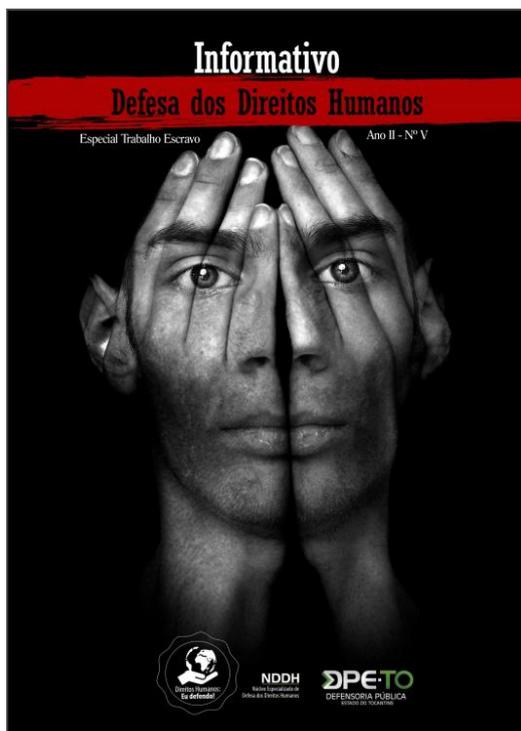
# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 1.2 Publicações

### 1.2.1. Informativos:

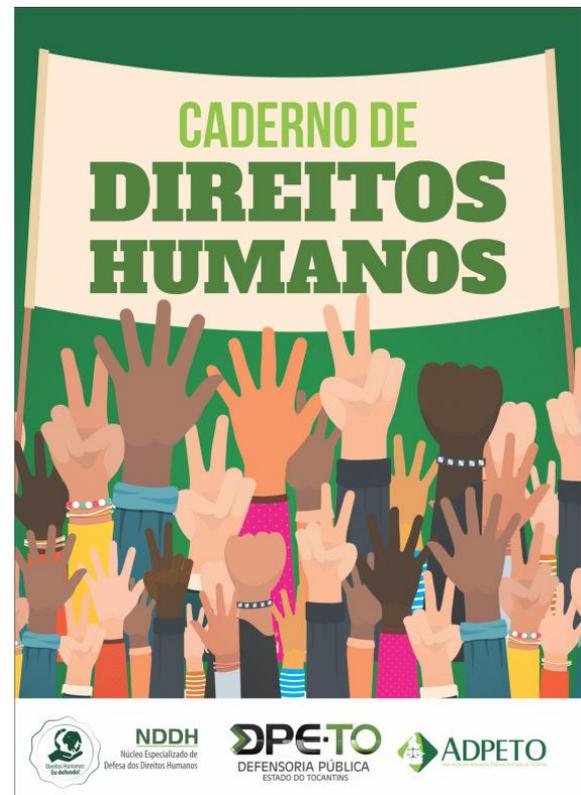
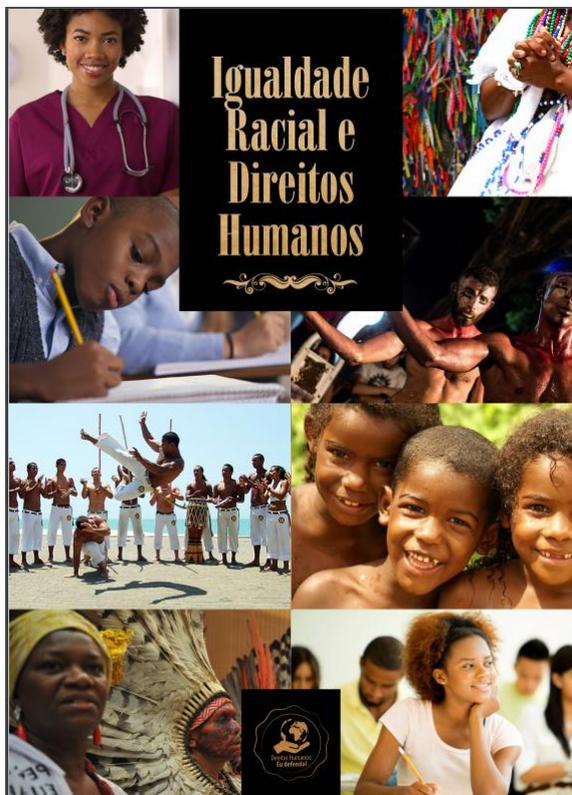
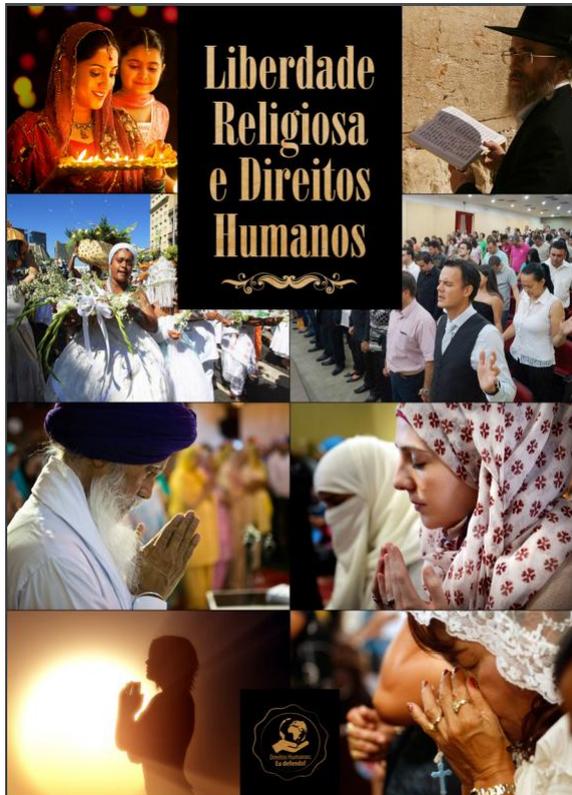


137



# RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2016

## 1.2.2. Cartilhas e Caderno



**NDDH**

Núcleo Especializado de  
Defesa dos Direitos Humanos

**DPE·TO**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS